



UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CONSTRUINDO A TERRA PROMETIDA

**DA TERRA DE (AGRO) NEGÓCIO À TERRA DE TRABALHO: A NOVA FACE DA
QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM UM
ACAMPAMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

LAILA FABÍOLA TEODOZIO PESSÔA COELHO

2009



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

CONSTRUINDO A TERRA PROMETIDA

**DA TERRA DE (AGRO) NEGÓCIO À TERRA DE TRABALHO: A NOVA FACE DA
QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA EM UM
ACAMPAMENTO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

LAILA FABÍOLA TEODOZIO PESSÔA COELHO

Sob a orientação do professor

Canrobert Costa Neto

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de **Mestre
em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação
de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, Julho de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

LAILA FABÍOLA TEODÓZIO PESSÔA COELHO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.

Dissertação aprovada em

Canrobert Costa Neto, Dr. CPDA, UFRRJ
(Orientador)

Regina Ângela Landim Bruno Dra. CPDA, UFRRJ

Maria das Graças Osório P. Lustosa, Dra. ESS, UFF

DEDICATÓRIA

A Severino Gonçalo Pessoa (*in memorian*), paraibano “arretado” e pai dedicado.

A Almir, companheiro de toda a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por sua presença constante em minha vida.

Ao meu marido Almir, por seu amor, dedicação e paciência, principalmente nos momentos em que precisei me ausentar para dar continuidade às pesquisas de campo. Também por estar sempre presente, me apoiando nos momentos mais difíceis.

À minha família, especialmente à minha mãe Maria da Penha, pelo apoio e incentivo, sem os quais eu não teria prosseguido.

Meus agradecimentos ao Professor Canrobert Costa Neto pela dedicação e excepcional orientação.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, da UFRRJ, pela oportunidade de elaboração do presente trabalho. Aos professores e aos colegas que fiz durante os anos de estudo nesta instituição, meus mais sinceros agradecimentos.

Serei sempre grata aos coordenadores e dirigentes do MST pelas longas “prosas” que me permitiram conhecer um pouco mais a história deste movimento a partir de suas trajetórias de vida.

Meus agradecimentos especiais aos companheiros e companheiras do acampamento Terra Prometida que me receberam em seus lares com calorosa acolhida. Obrigada a José Pio Neri, o Chumbo, por compartilhar comigo sua vasta experiência de vida; a Amaro, Osana e Miguel, família acolhedora, militantes ativos, Sem Terras constituídos pelo tempo e pela história.

Agradeço a oportunidade de participar ativamente do cotidiano de todos esses homens e mulheres Sem Terra, que me ensinaram o valor da persistência, da coragem e, principalmente, da esperança.

RESUMO

PESSÔA COELHO, Laila Fabíola Teodózio. **Construindo a terra prometida - Da terra de (agro) negócio à terra de trabalho: A nova face da questão agrária e a luta pela reforma agrária em um acampamento no estado do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

A presente dissertação se propõe analisar as manifestações da questão agrária, conforme se projetam na *luta pela terra de trabalho* no Estado do Rio de Janeiro do século XXI. O estudo tem como base analítica as trajetórias das famílias de trabalhadores rurais do Acampamento Terra Prometida. Atualmente situado na região da Baixada Fluminense, o acampamento comporta setenta e quatro famílias distribuídas em suas duas sedes: A primeira no distrito de Tinguá, em Nova Iguaçu e a segunda, no município de Duque de Caxias. Trata-se de resgate da questão agrária no Estado do Rio de Janeiro a partir da trajetória destas famílias. O Estado do Rio de Janeiro, apesar de considerado predominantemente urbano, possui consideráveis extensões de terras cultiváveis, muitas delas ociosas. Possui também um número crescente de trabalhadores rurais que, sem acesso ao trabalho na terra, vêm se somando à massa de trabalhadores urbanos sem qualquer qualificação, o que gera alguns problemas sociais semelhantes aos de outros estados brasileiros. Desde a década de 1950, o estado é palco de intensos conflitos pela posse da terra, entretanto, a partir do final do século passado é possível perceber um redimensionamento destes conflitos, que deixaram de se travar prioritariamente nos espaços rurais e adquiriram novas características. Os enfrentamentos, assim como as manifestações visíveis da questão agrária, têm agora no espaço urbano um novo palco de conflitos. As observações deste redimensionamento da questão agrária nos tempos atuais geraram alguns questionamentos que nortearam a pesquisa de campo. Como a questão agrária que alguns autores afirmam não mais existir pode, atualmente, ainda ser motivo de tantas disputas e lutas? Disputas estas que se dão tanto no espaço público, quanto no privado, com a ocorrência de violência, ameaças e assassinatos. Estaríamos convivendo hoje com uma “nova questão agrária” ou apenas com a versão modernizada de uma questão secular? É possível que a questão agrária tenha apenas se “atualizado” e não “desaparecido”? Para os trabalhadores rurais do século XXI, o que ou quem representa o latifúndio na atualidade? Sob que forma ou aspecto materializa-se a consciência destes trabalhadores sobre a terra de trabalho no estado do Rio de Janeiro dos anos recentes?

Palavras-chave: terra de trabalho; trabalhadores rurais Sem Terra; MST; acampamento Terra Prometida; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

PESSÔA COELHO, Laila Fabíola Teodózio. **Building the promised land – From the (agro) business land to the land of work: The agrarian question's new face and the fight for agrarian reform in an acampment in the state of Rio de Janeiro.** Dissertation for Master in Social Sciences. Human and Social Sciences Institute, Pos-graduation of Social Sciences in Development, Agriculture and Society. Seropédica: Federal Rural University of Rio de Janeiro, 2009.

This current study proposal is to analyze the manifestations of the agrarian question as they project themselves in the fight for the work land in the state of Rio de Janeiro at the XXI century. The study is analytically based on the trajectories of the families of agricultural workers from the encampment Terra Prometida. Currently situated in the region called Baixada Fluminense, the encampment holds seventy-four families distributed in its two headquarters: The first one in the district of Tinguá, Nova Iguaçu city and the second in the city of Duque de Caxias. That's about the rescue of the agrarian question in the state of Rio de Janeiro, looked by the trajectory of these families. The state of Rio de Janeiro, although considered predominantly urban, possesses considerable extensions of cultivating lands, many of them idle. It also possesses an increasing number of agricultural workers who, without access to the work in the land, come increasing the mass of urban workers without any qualification, what generates some similar social problems to the ones of other Brazilian states. The observation of the agrarian question redimensioning in the current times generated some questionings that had guided the field research. How can the agrarian question that some authors more affirm not to exist in the current times, still to be reason of as many disputes and fights? Disputes these that happen also in the public space and in the private one, with the occurrence of violence, threats and murders. Could we be coexisting today with a “new agrarian question” or only the modernized version of a secular question? Is it possible that the agrarian question have been “only updated” and not “disappeared”? For the agricultural workers of century XXI, what or who represents the large state in the present time? Under which forms or aspect materialize their conscience about the work land in the state of Rio de Janeiro of the recent years?

Key words: Work land; Landness workers; MST; encampment Terra Prometida, Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS, IDEOGRAMAS, MAPAS E IMAGENS

Figura 1. Destaque do símbolo central da bandeira do MST	79
Imagem 1. Acampamento Terra Prometida: Barracos de lona	74
Imagem 2. Produção de aipim no acampamento em Santa Cruz	81
Imagens 3. Produção de milho no acampamento em Santa Cruz	81
Imagem 4. Canteiro de obras da CSA em Santa Cruz	96
Imagem 5. Vista panorâmica das obras do complexo siderúrgico em Santa Cruz	101
Mapa 1. Mapa de localização espaço-temporal do acampamento Terra Prometida	131
Mapa 2. Planta de localização (aproximada) das Fazendas “JR” e “Paraíso”	134
Ideograma 1. Organização das famílias em núcleos de base	141
Ideograma 2. Organização dos trabalhadores em Setores	141
Ideograma 3. Organização política de um acampamento/assentamento rural do MST	142

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - A Luta pela Terra de Trabalho no Brasil: Da Terra de Gado à Terra de (Agro) Negócio	14
1.1. Espaço, Trajetória, Identidade e Memória Social	15
1.2. Breve Histórico da Questão Agrária Brasileira	17
1.2.1. As Ligas Camponesas do Nordeste	20
1.2.2. Os “posseiros” do Rio de Janeiro	23
1.3. “Revolução Verde”: a Tutela Militar sobre a Questão Agrária.....	31
1.3.1. A colonização da Amazônia – “Homens sem terra para terras sem homens”	40
1.3.2. Os reflexos da “revolução”	43
1.4. Agricultura Familiar e Agronegócio	44
1.5. A Luta pela Terra no Rio de Janeiro a partir dos Anos 80	50
1.5.1. A construção de novas “territorialidades”	52
CAPÍTULO II - A terra prometida	59
2.1. Fatores que Contribuíram para a Ocupação em Miguel Pereira e o Surgimento do MST/RJ	60
2.1.1. A ocupação em Miguel Pereira	64
2.2. A Chegada em Santa Cruz	73
2.3. As Famílias	75
2.3.1. Origens	75
2.3.2. Perfis	82
2.4. O MST no Cotidiano do Acampamento	87
CAPÍTULO III - Continuidades e Rupturas	92
3.1. A Questão Agrária Atual e os Desafios da Reforma Agrária.....	92
3.2. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável no Acampamento Terra Prometida.....	109
3.3. A Terra de Trabalho do Acampamento Terra Prometida	110
3.4. A “Nova” Roupagem da Questão Agrária	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121
ANEXOS	133

CARTA DA TERRA

Um dia, a vida surgiu na terra. A terra tinha com a vida um cordão umbilical. A vida e a terra. A terra era grande e a vida pequena. Inicial.

A vida foi crescendo e a terra ficando menor, não pequena. Cercada, a terra virou coisa de alguém, não de todos, não comum. Virou sorte de alguns e a desgraça de tantos. Na história foi tema de revoltas, revoluções, transformações. A terra e o grande proprietário. A terra e o sem terra. E a morte.

Muitas reformas se fizeram para dividir a terra, para torná-la de muitos e, quem sabe, de todas as pessoas. Mas isso não aconteceu em todos os lugares. A democracia esbarrou na cerca e se feriu nos seus arames farpados. O mundo está evidentemente atrasado. Onde se fez a reforma, o progresso chegou. Mas a verdade é que até agora a cerca venceu, o que nasceu para todas as pessoas, em poucas mãos ainda está.

No Brasil a terra, também cercada, está no centro da história. Os pedaços que foram democratizados custaram muito sangue, dor e sofrimento. Virou poder de Portugal, dos coronéis, dos grandes grupos, virou privilégio, poder político, base da exclusão, força de *apartheid*. Nas cidades, virou mansões e favelas. Virou absurdo sem limites, tabu.

Mas é tanta, é tão grande, tão produtiva que a cerca treme, os limites se rompem, a história muda e ao longo do tempo, o momento chega para pensar diferente: a terra é bem planetário, não pode ser privilégio de ninguém, é bem social e não privado, é patrimônio da humanidade, e não arma de egoísmo particular de ninguém. É para produzir, gerar alimentos, empregos, viver. É bem de todos para todos. Esse é o único destino possível para a terra.

Assinam esta carta os que desejam mudar a terra, querem democratizar a terra, querem democracia na terra. Mas ainda neste século. Já se esperou demais. A democracia na terra é condição de cidadania.

(...)

Herbert de Sousa (Betinho)

Articulador Nacional da Ação da Cidadania

Coordenador da Campanha Nacional pela Reforma Agrária

INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a este trabalho teve por objeto o estudo das manifestações da questão agrária, tal qual se projetam na atual *luta pela terra de trabalho* no Estado do Rio de Janeiro, com suas permanências e rupturas. Baseando-me nos relatos orais das famílias de trabalhadores rurais Sem Terra¹ do acampamento Terra Prometida procurei delinear o que designarei como um resgate da questão agrária no Estado do Rio de Janeiro a partir da trajetória destas famílias. Por tratar-se de uma análise comparativa, recorro ao intercâmbio com o estudo realizado na década de 1970 por Afrânio Garcia Júnior na Zona da Mata Pernambucana, intitulado Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de Pequenos Produtores, entre outros estudos que abordam a mesma região.

O Estado do Rio de Janeiro, apesar de considerado predominantemente urbano, possui consideráveis extensões de terras cultiváveis², muitas delas ociosas e, por outro lado, um grupo crescente de trabalhadores rurais que, sem acesso ao trabalho na terra, vêm se somando à massa de trabalhadores urbanos sem qualquer qualificação, o que gera alguns problemas sociais semelhantes aos de outros estados brasileiros, e outros problemas singulares – peculiares a essa região específica, à sua estrutura social e econômica.

Ao compararmos os dados do censo agropecuário de 1996 ao de 2006, é possível observar um aumento significativo nas áreas agrícolas em relação à pecuária (IBGE, 2006). O censo agropecuário anterior, de 1996, demonstrava que as atividades pecuárias estavam avançando rapidamente sobre as áreas antes destinadas à agricultura. Entretanto, mesmo com a diminuição da “tendência” da substituição da agricultura pela pecuária, ainda existe a questão da diminuição de áreas cultiváveis devido à urbanização que a cada ano vem avançando sobre áreas que antes eram estabelecimentos agrícolas. Nas regiões litorâneas também encontramos focos de conflitos em terras pleiteadas simultaneamente por

¹ Conforme explico adiante, utilizo a expressão “Sem Terra” com letras maiúsculas por se tratar de uma expressão que designa uma identidade construída.

² IBGE, 2006.

trabalhadores rurais sem-terra e grandes empresas interessadas em explorar o potencial turístico e imobiliário dessas áreas.

Esses conflitos intensificaram-se a partir da década de 1950. Segundo Alentejano (2005), em um primeiro momento, não significavam necessariamente a busca de um retorno ao rural e a possibilidade de se trabalhar na terra. Ocorriam principalmente para que os “trabalhadores desempregados, subempregados e aposentados mal pagos” dessas localidades do Estado pudessem conseguir um local de moradia que os livrasse da pesada obrigação do aluguel.

Nos anos 80 e 90 essa luta ganhou um tom mais urgente ao se juntarem ao primeiro grupo os trabalhadores da periferia urbana, que buscavam não somente uma saída para o aluguel, mas também o acesso à terra como alternativa de sobrevivência.

É nesse contexto que se insere o surgimento do acampamento Terra Prometida, no ano de 1999, no município de Miguel Pereira, formado por famílias de trabalhadores organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Tais famílias, de origem rural ou urbana, se encontravam com pouca ou nenhuma perspectiva econômica que lhes garantisse sua própria reprodução.

Por essas razões, tomamos por objeto de estudo as manifestações da questão agrária atual, materializada nas trajetórias das famílias do acampamento Terra Prometida, no estado do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que as hipóteses que nortearam este trabalho fundamentam-se, em parte, nos resultados do estudo de Afrânio Garcia Júnior, do ano de 1973, sobre pequenos produtores rurais da Zona da Mata Pernambucana. Seu livro contribui, entre outros aspectos, para a compreensão do significado e da construção do ideário da terra para os trabalhadores rurais de um modo geral. A obra permite estabelecer uma relação entre o significado atribuído à terra de trabalho pelos trabalhadores rurais acampados no acampamento Terra Prometida e o significado dado pelos trabalhadores estudados por Afrânio na região canavieira de Pernambuco.

Garcia Jr. (1983) buscou com seu trabalho compreender a situação do trabalhador do campo que vivia à margem das grandes plantações canavieiras de Pernambuco, constantemente ameaçado pela proximidade da grande *plantation*, posto que sua relação com a terra não se aproximava em nada da lógica de mercado que conduzia a grande plantação.

Para o autor, a existência desses trabalhadores periféricos era o reflexo da expropriação do morador dos engenhos, surgindo assim de uma forma de exploração que sempre existiu e se intensificava no campo. Uma forma de exploração da grande propriedade, mais do que nunca, capitalista. É a partir dessa expropriação que o trabalhador (camponês, na definição de Afrânio) vai ao encontro do que o autor se refere como sendo sua principal atividade, seu labor na “terra de trabalho”, o que lhe confere sua identidade social (GARCIA JR., 1983).

Também foram essenciais para a presente dissertação os dados resultantes do estudo coordenado por Luiz Marcos de Lima Jorge, entre os anos de 2002 e 2003, para o projeto de extensão da Universidade Federal Fluminense sobre o acampamento Terra Prometida. O projeto de extensão visou à obtenção de informações sobre as famílias de trabalhadores acampadas que permitissem traçar seu perfil sócio-econômico. A pesquisa empírica foi realizada no espaço do acampamento quando este ainda localizava-se no distrito de Santa Cruz, na zona oeste do município do Rio de Janeiro e, entre outros aspectos, foi relevante no sentido de ser o primeiro estudo mais aprofundado sobre o acampamento Terra Prometida. Durante a pesquisa, foram levantados dados sobre a percepção das famílias quanto às questões relacionadas à cidadania, assim como sobre sua participação na militância política do MST. Foi possível perceber com os resultados desse estudo que parte significativa dos trabalhadores acampados no Terra Prometida são de origem urbana. Uma questão interessante que o estudo realizado por Lima Jorge traz à luz de reflexão é a conotação que os trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida empregam ao significado da expressão cidadania, posto que, em sua percepção, estaria diretamente relacionada ao desenvolvimento de alguma atividade laboral, na terra ou fora dela, formal ou não. Estes estudos foram fundamentais para a confrontação entre o material coletado na pesquisa de campo e as hipóteses levantadas.

A pesquisa de campo realizada para a presente dissertação ocorreu no período de janeiro a novembro de 2008, porém, meu contato com as famílias do acampamento Terra Prometida precede ao momento de realização da pesquisa. Ele remonta ao ano de 2001, logo após as famílias terem transferido o acampamento das margens da rodovia RJ125, no município de Miguel Pereira, para Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro. Naquele momento, estavam acampadas às margens da área pleiteada, uma fazenda de 950 hectares pertencente à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), órgão do Governo Federal.

Essas terras, nos anos 80, foram destinadas para a construção de uma usina nuclear, mas devido ao embargo do projeto em virtude de questões ambientais, permaneceram ociosas até a chegada dos trabalhadores rurais Sem Terra que ali acamparam em outubro de 2000.

O objetivo inicial da presente dissertação era estudar a luta pela terra no estado do Rio de Janeiro, a partir da trajetória das famílias de trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida, resgatando sua história através das histórias de vida das famílias de trabalhadores acampados. Por meio de relatos dos trabalhadores, minha intenção era compreender o que os levou a buscar de forma coletiva o acesso à terra, como percebiam sua participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e também resgatar algumas características da luta dos trabalhadores rurais Sem Terra no Rio de Janeiro, um estado extremamente associado ao “urbano”. No entanto, o decorrer da pesquisa trouxe à percepção a importância da trajetória das famílias acampadas não somente para a compreensão e resgate da história de um acampamento, mas, sobretudo, da trajetória histórica da própria questão agrária ao longo das últimas décadas, em comparação a estudos de décadas anteriores. O estudo de Garcia Júnior (1983) foi fundamental para a mudança de foco da pesquisa de campo, pois possibilitou a comparação entre duas categorias de trabalhadores rurais que, embora se diferenciavam em alguns aspectos, como em relação à propriedade da terra, assemelhavam-se na condição da carência da terra de trabalho para sua reprodução física e social.

Assim, a pesquisa de campo objetivou a compreensão e o registro da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro a partir da reconstrução da história do acampamento Terra Prometida. Reconstrução feita com base nos relatos orais das famílias acampadas e entrevistas com coordenadores do próprio acampamento e dirigentes do MST.

Para tanto, foi necessário delimitar dentro do grupo estudado os indivíduos a serem entrevistados. Entre os dirigentes do MST foram priorizados aqueles que possuíam histórico de atuação dentro do estado e envolvimento direto com o acampamento Terra Prometida. Foram esboçadas algumas tentativas antes da realização das primeiras entrevistas com os dirigentes estaduais e nacionais do MST, pois possuíam uma agenda repleta de compromissos em outras regiões e estados. Os convites para as entrevistas ocorreram tanto por contato telefônico como pessoalmente³, quando prontamente agendávamos data e local

³ Em geral os convites pessoais aconteciam por ocasião de ações de protestos do MST, quando realizados em locais públicos, das quais os dirigentes participam ativamente.

para sua realização. Em algumas situações foi necessário conversar mais de uma vez com o mesmo dirigente, quando do surgimento de novos fatos relevantes em entrevistas posteriores. Várias entrevistas foram concluídas durante uma vigília⁴, quando muitos dos dirigentes participaram do acampamento montado por trabalhadores de diversas regiões do estado dentro da sede da superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Rio de Janeiro (INCRA/RJ), no bairro do Catete.

Uma das dificuldades encontradas para a realização das entrevistas durante esse período foi o intenso número de atividades das quais os dirigentes participavam durante os dias de vigília, estando geralmente envolvidos durante todo o dia nesses afazeres e boa parte da noite na preparação das atividades do dia seguinte. A solução encontrada para aproveitar esta ocasião e espaço para entrevistá-los foi permanecer também acampada aguardando a melhor oportunidade para a realização de uma boa entrevista sem interrupções ou, como geralmente ocorria, o horário de silêncio estipulado para o acampamento improvisado, geralmente após as 23 horas. A partir desse horário era possível dispor de um ambiente propício para as entrevistas utilizando salas vazias na sede da superintendência. Estas entrevistas tinham duração média entre uma hora e uma hora e meia. Algumas entrevistas, no entanto, foram mais longas, necessitando por vezes de dois ou três encontros para sua conclusão, variando em função da eloquência do entrevistado. Por vezes, havia dirigentes envolvidos em atividades fora do estado, para os quais foi necessário aguardar o retorno ou agendar a entrevistas para locais específicos.

As técnicas utilizadas na coleta e no registro das informações durante a pesquisa de campo com os dirigentes variaram de acordo com as circunstâncias da entrevista e do momento observado. A maior parte foi aberta, ou seja, composta por temas pontuais e sem seguir rígido esquema de perguntas predeterminadas. Os dirigentes foram estimulados a falar principalmente de suas experiências no MST dentro do estado do Rio de Janeiro e de sua relação com o acampamento Terra Prometida. As entrevistas eram registradas a princípio com

⁴ As vigílias são atos políticos caracterizados por períodos estratégicos de acampamento em locais de grande visibilidade ou prédios públicos em reivindicação de demandas específicas. Na vigília em questão, os Sem Terra tinham em mãos uma pauta de assuntos para serem discutidos com o Superintendente do INCRA/RJ, dentre os quais constava a exigência da realização de 60 (sessenta) vistorias em áreas pleiteadas, que, conforme o MST; estavam estagnadas nos trâmites legais. A vigília perduraria até que as demandas fossem atendidas ou as partes firmassem um acordo que atendessem às expectativas dos trabalhadores ali acampados, neste caso, há mais de 60 dias. É importante destacar que também estavam acampados na sede do INCRA/RJ por ocasião desta vigília trabalhadores de outros movimentos sociais, em apoio à luta do MST ou simplesmente somando forças para aumentar o impacto das reivindicações, como, por exemplo, o Movimento dos Sem Teto, representantes da Fetag e da Contag, o Movimento Com Lutas, entre outros.

o auxílio de um gravador de áudio, sendo a gravação submetida à autorização prévia do entrevistado e, por vezes, à sua apreciação posterior, quando era reproduzida em parte ou por completo. Também foram registradas observações em um caderno de campo.

A pesquisa de campo com as famílias foi realizada dentro do acampamento Terra Prometida, onde foram selecionadas as famílias que dele participavam continuamente desde a ocupação de constituição do acampamento, em 1999, no município de Miguel Pereira. No período de coleta das informações, ocorrido entre julho e outubro de 2008, o acampamento estava instalado em duas áreas distintas: a primeira composta por duas fazendas fronteiriças, JR e Paraíso, em Tinguá, distrito do município de Nova Iguaçu; e a segunda, Fazenda Sempre Verde, no município de Duque de Caxias, relativamente próxima à primeira (vide mapa na página 137). Em ambas as áreas foi constatada a presença de famílias oriundas da formação original do acampamento.

Em uma das visitas feitas ao acampamento da região de Tinguá apresentei a proposta do estudo para os trabalhadores que viviam naquele acampamento, assim como para um grupo que morava na parte pertencente ao outro município e que estavam ali presentes no momento de minha visita. Foi acordado um retorno para a coleta dos relatos orais das famílias, o que demandaria um espaço de tempo maior. Retornando ao acampamento de Tinguá, fiquei hospedada na casa de uma família. Seriam meus primeiros entrevistados. Minha proposta inicial foi a realização de uma observação participante na rotina das famílias estudadas, antes da coleta dos relatos orais. Entretanto, houve casos em que a coleta de informações era feita nos primeiros dias de convívio. Depois de concluída a etapa com uma família, hospedava-me em outro núcleo familiar.

A observação participante consistia no envolvimento integral com a rotina da família dentro e fora dos barracos⁵. Nesta fase da pesquisa foi essencial o auxílio de um diário de campo, no qual eram registradas as impressões observadas. Um desafio encontrado nesta etapa da pesquisa foi a dificuldade de mobilidade, visto que o acesso ao acampamento localizado em Tinguá é prejudicado pela ausência de transporte regular, sendo necessário percorrer uma distância de aproximadamente seis quilômetros de estrada de chão, a pé ou em carroças, condição agravada em períodos de chuva, quando o acampamento fica praticamente isolado.

⁵ O termo “barracos” se refere à maneira como os próprios acampados descrevem suas moradias, que, em sua maioria, ainda hoje, após quase dez anos de acampamento, são confeccionadas com bambus e lona preta.

A pesquisa de campo realizada na extensão do acampamento localizada na antiga Fazenda Sempre Verde, em Duque de Caxias contou com um grau de dificuldade ainda maior. Por se tratar de área mais ampla, onde os lotes permanentes já se encontram praticamente definidos, a distância entre os barracos é maior e, por isso, mais difícil a mobilidade entre eles, o que demandou mais tempo para a abordagem de todas as famílias selecionadas. Por uma questão de logística, preferi terminar a pesquisa em Tinguá antes de me deslocar para Duque de Caxias. É importante frisar que, apesar das dificuldades impostas pela distância e pelas condições das vias de acesso, algumas famílias transitavam com frequência de uma área do acampamento à outra.

As técnicas utilizadas na coleta dos relatos orais foram entrevistas abertas, nas quais as famílias eram estimuladas a relatar suas trajetórias de vida em dois momentos: o primeiro, desde a vida em sua cidade natal até o período que antecedeu a ocupação e constituição do acampamento Terra Prometida, no município de Miguel Pereira; e o segundo, a partir da condição de acampado até os planos e expectativas para o futuro assentamento rural que se formará após os trâmites legais e a liberação dos títulos de propriedade. O registro destas informações foi feito nas residências dos trabalhadores e contou com o auxílio de um gravador de áudio, cujo uso foi submetido à sua aprovação preliminar. Em geral, as informações eram fornecidas pelo(a) representante do grupo familiar que se apresentava como a pessoa responsável pela família, na maioria dos casos um homem, acompanhado ou não da esposa ou companheira. No entanto, houve famílias em que a mulher se apresentava como responsável familiar e se propunha a fornecer as informações, ainda que possuísse um esposo/companheiro vivendo consigo.

Para as entrevistas com os coordenadores de núcleo do acampamento foram priorizados aqueles que não fizessem parte das famílias já observadas. Técnicas diferenciadas de coleta de dados foram aplicadas nessas entrevistas, conforme a situação observada. Durante a pesquisa de campo com os coordenadores, realizadas no espaço do acampamento, a maior parte das entrevistas foi semi-estruturada, visando à obtenção de informações mais específicas sobre a organização interna do acampamento.

Durante a pesquisa documental, foram consultados o processo referente ao acampamento Terra Prometida nos arquivos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Superintendência do Estado do Rio de Janeiro (INCRA/RJ) e documentos do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj). No INCRA/RJ foi

possível obter informações sobre os laudos de vistorias da Fazenda Santana, ocupada no ano de 1999 no município de Miguel Pereira e os processos para vistoria e desapropriação da área em Santa Cruz, pertencente à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), entre outros documentos referentes ao histórico do acampamento. Com relação ao processo do acampamento que tramita no Iterj, foi possível ter acesso aos documentos referentes às Fazendas JR e Paraíso, na região de Tinguá, e à Fazenda Sempre Verde, em Duque de Caxias. Estes documentos eram compostos por mapas cartográficos das áreas, estudos sobre os terrenos e composição dos solos, assim como cópias de documentos assinados sobre acordos firmados com as famílias acampadas durante o processo de negociação entre os trabalhadores rurais, uma empresa multinacional que pleiteava a área ocupada pelo acampamento no distrito de Santa Cruz e o órgão estadual. As cópias dos processos tramitantes no Iterj foram fornecidas por algumas das famílias e por um coordenador do acampamento. Para a realização da consulta aos processos no INCRA/RJ recebi autorização prévia do órgão para pesquisá-los dentro dos arquivos do instituto.

Ao longo da realização da pesquisa de campo, o interesse pela relevância do estudo da trajetória das famílias de trabalhadores rurais para o resgate histórico das manifestações da questão agrária no estado do Rio de Janeiro foi amplificado, visto que, ainda que o estado apresente características peculiares, as manifestações de conflitos agrários vivenciadas ativamente pelo grupo de famílias estudado se assemelhavam aos conflitos por terras registrados na historiografia de várias regiões do país.

A pesquisa foi norteada pela intenção de aprofundar e responder algumas questões surgidas durante meus primeiros contatos com o acampamento. Como a questão agrária que alguns autores⁶ afirmam não mais existir pode, nos tempos atuais, ainda ser motivo de tantas disputas (ou lutas)? Disputas estas que se dão tanto no espaço público, quanto no privado, com a ocorrência de violência, ameaças e assassinatos. Estaríamos convivendo hoje com uma “nova questão agrária” ou com uma versão “atualizada” de uma questão secular? É possível que a questão agrária tenha apenas se “modernizado” e não desaparecido? Para os trabalhadores rurais do século XXI, o que ou quem representa o latifúndio na atualidade? Sob que forma ou aspecto materializa-se a sua consciência sobre a terra de trabalho no estado do Rio de Janeiro, na atualidade?

⁶ Martins, 2000; Graziano da Silva, 2001 e 2007.

Cabe ressaltar que, antes da realização da pesquisa de campo, a leitura de Bourdieu (2005) e Levi (2005) chamou a atenção para a importância da estrutura social, onde o grupo (ou o indivíduo) está inserido, no estudo das trajetórias. Esses autores foram essenciais para a percepção de que a estrutura social é tão importante para a compreensão das trajetórias de um grupo ou um indivíduo, quanto o inverso, desde que contextualizada no tempo e no espaço. Desse modo, os relatos orais das famílias de trabalhadores do acampamento Terra Prometida, pelos quais expressam sua própria visão sobre as suas experiências de vida, são também elementos importantes para a compreensão do contexto social estudado. Logo, se para entender a questão agrária com suas manifestações no Rio de Janeiro atual é necessário compreender o processo que a gerou (op. cit.), o estudo dos resultados deste processo sobre a vida de um grupo social, quando vinculados ao contexto histórico, pode ajudar a compreender a situação mais ampla onde as trajetórias deste grupo estão inseridas – neste caso, as manifestações da questão agrária no estado do Rio de Janeiro no período compreendido entre 1999 a 2009.

O processo que culminou no surgimento de movimentos sociais rurais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, com eles, nas ocupações de terras como a que gerou o acampamento Terra Prometida, teve início nos primórdios de nossa história colonial. No entanto, em períodos específicos os rumos dos acontecimentos se convergem, divergem, ou simplesmente se *modificam* produzindo resultados distintos. Nesse contexto, a presente dissertação é um estudo de caso, tendo em primeiro plano a trajetória contextualizada historicamente das famílias de trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida, cujos relatos orais permitem a reconstrução não somente da história do próprio acampamento, mas de um período de manifestação da questão agrária dentro do estado do Rio de Janeiro.

As leituras de Grynszpan (2001 e 1987) e Alentejano (2003) contribuíram para o quadro de referências teóricas ao abordarem os conflitos por terra que permearam o estado Rio de Janeiro desde a década de 1950, principalmente na região metropolitana. Essas regiões, palco de disputas após o regime militar, quando do ressurgimento das lutas pela terra em maior número e intensidade no estado, receberam um *status* de prioritárias pelos grupos demandantes de terra por tratarem-se de áreas de conflitos anteriores, principalmente aquelas retomadas durante o regime militar, cujos ocupantes (posseiros ou assentados) foram expulsos em nome da reintegração de posse aos antigos proprietários. A leitura dos trabalhos destes

autores nos permite traçar uma linha cronológica “evolutiva” dos conflitos por terra travados no estado. Inicialmente travados entre agricultores meeiros, posseiros e trabalhadores rurais expropriados, expulsos ou demitidos da lavoura de citricultura que diminuía na região da Baixada Fluminense e, posteriormente, entre posseiros e grileiros, permeados por projetos urbanísticos e de infraestrutura governamental, passando por conflitos mais complexos entre grandes empreendimentos imobiliários e moradores subempregados de regiões próximas a centros urbanos, até a luta dos Sem Terra nos dias atuais.

Já a leitura de Mendonça (2005) chamou a atenção para o fato da existência de uma “confusão” – “principalmente, no meio acadêmico” – entre as noções de *questão agrária* e *reforma agrária*. A autora reforça sua tese afirmando que “no campo das ciências sociais (...) nenhuma escolha de palavras é ingênua” (p. 10). Para Mendonça a “intenção” seria a desqualificação da questão agrária, ao confundi-la com as diversificadas políticas de reforma agrária. Porto-Gonçalves vem corroborar essa observação de Mendonça ao afirmar que a questão agrária passa a existir no momento em que surge a primeira contestação do agro, ou, em suas palavras, quando o agro é “posto em questão” (PORTO-GONÇALVES, 2005). Apesar de primária, a clara diferenciação entre as noções de questão agrária e reforma agrária foi muito importante para a delimitação do escopo da pesquisa. Com base nesses autores, o presente estudo não foi direcionado para as políticas de reforma agrária⁷, mas para a questão agrária, ou mais precisamente, para suas manifestações expressas na luta pelo acesso à terra de trabalho.

Durante a pesquisa de campo um fato recorrente me chamou a atenção: a referência frequente que os trabalhadores rurais do acampamento faziam à terra como o lugar de trabalho. Tinham a concepção de que somente a produção poderia ser realmente considerada como trabalho e, acreditando nisso, atribuíam importância fundamental ao trabalho na terra para sua reprodução física e social. Muito embora alguns entrevistados desenvolvessem atividades econômicas desvinculadas da terra, tais atividades eram percebidas por eles como algo de menor importância. Geralmente essas atividades lhes garantiam recursos suficientes apenas para investimentos na compra de sementes e preparação dos lotes para o plantio. Logo, o conceito de terra de trabalho surgiu no início da pesquisa de campo como um termo extraído do modo como os próprios trabalhadores do acampamento se referiam à terra, caracterizando-

⁷ Embora as políticas de reforma agrária tenham sua importância para a compreensão de diversos momentos históricos em suas dimensões política, econômica e social e, portanto, não possam ser desprezadas.

se assim como categoria nativa. Todas as vezes que usavam a palavra terra, esta sempre era seguida por outra que passou a ser vista como componente de uma única expressão. Esta outra palavra era *trabalho*: “terra é isso, é trabalho”⁸; “trabalho mesmo eu vou fazer quando a terra sair de verdade”⁹. Essa associação me remeteu ao estudo de Afrânio Garcia Júnior, intitulado *Terra de Trabalho: Trabalho familiar de pequenos produtores*. O conceito *terra de trabalho* foi utilizado por Afrânio no estudo, onde também tal termo foi apropriado por este a partir das falas dos trabalhadores que entrevistou, por ocasião de sua pesquisa com pequenos produtores cujas terras localizavam-se na periferia de grandes plantações canavieiras em Pernambuco. No referido estudo, a expressão terra de trabalho se referia a áreas específicas onde o trabalho familiar poderia ser empregado, produzindo assim o alimento necessário à reprodução do grupo doméstico. Havia uma diferenciação entre o local de moradia, onde era construída a residência familiar, o local de criação de pequenos animais e o local onde o trabalho seria desenvolvido com a finalidade principal de atender às necessidades básicas do grupo familiar, ou seja, a terra de trabalho.

Entretanto, com base nas observações da forma como esta categoria nativa me foi apresentada pelos trabalhadores do acampamento Terra Prometida, desenvolvi um conceito de terra de trabalho que pareceu mais apropriado ao sentido atribuído pelas famílias acampadas. Desta forma a expressão “terra de trabalho” será utilizada no presente estudo, no tocante ao acampamento Terra Prometida, com o significado de uma área resultante de processo de reforma agrária, objetivando o trabalho como forma de emancipação e autonomia do trabalhador, em contraposição à terra ociosa ou mesmo à terra de grande exploração monocultora, a qual não será relacionada à categoria “de trabalho” por sua baixa empregabilidade em relação à pequena propriedade familiar. Em outras palavras, a *terra de trabalho* se apresenta assim como uma possibilidade realizada de trabalho, conquistada por meio da luta pela terra.

A presente pesquisa não se trata, pois, de uma análise etnográfica, embora também tenha sido feito uso deste instrumento. Dentro das particularidades de cada situação observada foram utilizados outros métodos de pesquisa, obtendo assim, um conjunto de dados, cada qual com sua especificidade e relevância. O trabalho foi norteado pela consciência de que, para a

⁸ Trecho extraído da entrevista realizada com trabalhador rural X durante o ano de 2002, por ocasião da pesquisa para o projeto de Extensão da Universidade Federal Fluminense.

⁹ Trecho extraído da entrevista realizada com a trabalhadora rural Y no segundo semestre de 2008, por ocasião da pesquisa de campo para o presente estudo. A resposta veio após ter elogiado o bonito “trabalho” de artesanato em tecido que Y havia feito para tentar vender e assim complementar a renda familiar.

delimitação das origens históricas e sociais dos fatos ocorridos dentro do período estudado, apenas a memória social não seria suficiente, sendo importante também consultar trabalhos de historiadores que discorreram sobre o período correspondente, assim como autores que dissertaram a respeito da questão agrária de modo mais geral e abrangente.

Deste modo, o Capítulo I vem tratar de algumas questões de caráter histórico no que se refere à questão agrária brasileira e suas manifestações. São acontecimentos que antecederam às manifestações atuais da questão e que, de alguma forma, as influenciaram. Essa contextualização da luta pela terra no Brasil vai abordar os acontecimentos que precederam o golpe militar de 1964 – um período em que os trabalhadores rurais adquiriam grande visibilidade no cenário político nacional – e principalmente o período durante o regime ditatorial, momento em que a questão agrária brasileira adquiriu novos elementos advindos das transformações econômico-sociais ocorridas durante o regime militar.

Parte do Capítulo I é reservada às especificidades do Estado do Rio de Janeiro, onde a luta pela terra se intensificou a partir da década de 1950, com as disputas entre “posseiros” e os “grileiros”, tendo como pano de fundo o crescimento da especulação imobiliária em regiões que se “urbanizavam”. Nesse Capítulo também é abordada a retomada da luta pela terra no estado a partir do final do regime militar, período em que o país como um todo observa o surgimento de novos atores sociais no cenário político. No estado do Rio de Janeiro, suas ações se darão, a princípio, em regiões muito específicas e se caracterizarão como a retomada da luta antes do golpe militar com a agregação de novos elementos. As ocupações de terras promovidas a partir de então se darão em áreas conquistadas anteriormente e que, durante o regime militar, foram devolvidas a seus antigos proprietários.

No Capítulo II exponho o cotidiano dos trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida. Tratar-se-á também da trajetória do acampamento, com base nos depoimentos coletados a partir das entrevistas com as famílias de trabalhadores rurais acampadas. Neste Capítulo será dada uma ênfase especial à sua luta pela conquista da terra de trabalho e aos desafios cotidianos enfrentados por estes trabalhadores rurais em prol da reforma agrária, desde a primeira ocupação de terras que deu origem ao acampamento. Alguns destes trabalhadores tiveram seu primeiro contato com o ambiente rural a partir do momento em que, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), construíram o acampamento Terra Prometida no município de Miguel Pereira. Este fato caracteriza o perfil das ocupações de terra no estado do Rio de Janeiro, que envolvem além de trabalhadores

rurais expropriados em suas regiões de origem, trabalhadores desempregados, subempregados e mal-remunerados das periferias metropolitanas. Estes trabalhadores, porém, ao adentrarem no processo de luta pela terra de trabalho, constroem dentro do grupo em que estão inseridos uma identidade coletiva que os agrega como trabalhadores rurais. É entre essas pessoas, que nunca antes haviam tido contato com ambiente rural, que verificamos alguns dos trabalhadores que mais sobressaem nas atividades com a terra dentro do acampamento, dentro de um ambiente constituído em coletividade e a partir de uma identidade construída.

O Capítulo III aborda as continuidades e rupturas da questão agrária brasileira antes e após o golpe militar de 1964. Atribuindo maior ênfase ao estado do Rio de Janeiro, onde as famílias dos trabalhadores do Terra Prometida estão acampadas à espera de seu assentamento, veremos como a situação em que estas famílias se encontram, apesar de mesclada por particularidades que envolvem o estado, representa a atualidade de grande parte dos trabalhadores rurais do país. Tendo o período ditatorial como marco para as transformações ocorridas no mundo rural brasileiro, explicitaremos os novos elementos agregados à questão agrária, resultantes de um processo de transformações político-econômicas e sociais ocorridas no Brasil, principalmente a partir da década de 1970. Veremos também como a questão agrária surge nos anos posteriores, redimensionada em seu caráter tanto social quanto geográfico-político. Esse redimensionamento, não significa, entretanto, uma mudança de sua essência, mas apenas a agregação de novos fatores que atravessam o espaço rural em um contexto de transformações das conjunturas político-econômica, social e territorial.

CAPÍTULO I

A luta pela terra no Brasil: da terra de gado à terra de (agro) negócio

*Não se pode esquecer que a história é cruel
com aqueles que pensam que ela é eterna.*

Porque ela não é eterna.

*Ela muda de faces, muda as exigências
e pode se converter num abismo e afogar
aqueles que não percebem
em que momento mudar de rumo.*

Florestan Fernandes

Neste Capítulo tratar-se-á de acontecimentos que antecederam e perpassaram as manifestações da questão agrária presentes nas trajetórias das famílias de trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida. É importante destacar que, ao se reportar às *trajetórias* destas famílias, alude-se ao que Bourdieu (2005) chamou de *colocações e deslocamentos no espaço social*, como uma espécie de “caminho”, percorrido com temporalidades que demarcam as rupturas e continuidades na vida de um indivíduo ou grupo social. Colocações e deslocamentos que são indissociáveis do contexto político, social e econômico de cada período histórico, posto que, conforme Giovanni Levi (2005) remetendo a Bourdieu, as trajetórias sociais possuem singularidades correspondentes ao “estilo próprio de uma época ou de uma classe” [BOURDIEU (1972), citado por LEVI (2005)]. Bourdieu também nos alerta que é falho tentar explicar uma trajetória sem levar em consideração toda a estrutura social onde o indivíduo ou grupo se insere.

Entende-se que existe um universo social específico em que o indivíduo é produzido como tal. Ainda conforme Bourdieu (1989) são as relações de forças dentro deste “universo social” que definem e direcionam os campos de atuação dos sujeitos. Da mesma forma, se tentamos entender um fato ou período específico a partir da trajetória de um grupo ou indivíduo é preciso buscar os fundamentos sociais dos fatos delimitando suas origens históricas e sociais e, por mais conhecimento que se julgue ter sobre determinado campo, é necessário ter claro que o campo nada seria fora das suas relações com o todo (op. cit., p.31). Deste modo, a memória social apenas deve ser analisada se consideradas suas relações com o contexto histórico, social, político e econômico que a envolve.

1.1. Espaço, Trajetória, Identidade e Memória Social

É em um contexto social específico que se processa a construção de identidade do grupo de trabalhadores rurais estudados para a elaboração da presente dissertação. O acampamento Terra Prometida é composto por trabalhadores de origens distintas, cujas trajetórias vão mostrar que parte significativa destas famílias foi proveniente de ambiente urbano antes da ocupação de terra que deu origem ao acampamento rural em questão. Este fato, porém, não negou a estes trabalhadores sua futura identificação como trabalhadores rurais. Ao contrário, lhes permitiu desenvolver uma forma particular de percepção sobre as representações de terra e de trabalho. Tal forma de percepção particular desse grupo social aparece como reflexo de uma identidade coletivamente construída e/ou reconstruída em função de conjunturas específicas.

A identidade a que se refere este trabalho é a sociologicamente definida como identidade coletiva, entendendo-a pelos sentimentos de continuidade, de unidade e de coerência adquiridos por cada membro de um grupo por meio do(s) processo(s) a que o grupo tenha se submetido ao longo do tempo, no qual cada um se sente ligado ao outro e se define da mesma maneira em algum aspecto comum a todos. Por exemplo, no caso específico do acampamento Terra Prometida, a primeira percepção desta identidade coletiva se deve ao fato de todas as pessoas acampadas se definirem como “trabalhadores rurais” e “Sem Terra”.

Esta idéia de identidade coletiva é defendida por Michael Pollak (1992), intimamente ligada ao conceito de memória. Para Pollak “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (p.204).

Segundo Wagner (1996), a identidade coletiva pode se caracterizar também pela percepção de que todos em um grupo estão empenhados em uma mesma luta, a qual, em um primeiro momento, pode parecer evidente no caso de trabalhadores rurais que se dedicam a lutar pela conquista da terra. Entretanto, pude observar no acampamento Terra Prometida que as questões relacionadas à identidade dos trabalhadores são muito mais amplas que apenas o envolvimento em uma mesma luta.

Essa identidade coletivamente construída ocorre, para as famílias de trabalhadores rurais em questão, dentro de contexto ímpar, em um espaço também construído coletivamente por esses próprios homens e mulheres, por meio da ocupação de terra – ação desempenhada em conjunto a partir de uma mesma necessidade, a necessidade de conquistar a “terra de trabalho”.

Segundo Castells (2000), *identidade* é uma fonte de significados e experiências de um grupo. Este autor trabalha identidade como um processo de construção de significados baseados em aspectos culturais. Castells concentra-se nas identidades coletivas, afirmando em consonância com o ponto de vista sociológico, que toda identidade é construída e que cada processo de construção de identidades leva a um resultado distinto. A construção desta identidade coletiva específica de trabalhador rural e também de Sem Terra foi responsável pelo desenvolvimento de laços de solidariedade entre as famílias, que se fortaleciam nos momentos de maiores dificuldades enfrentados pelos trabalhadores rurais durante os quase dez anos em que se encontram acampados. Esses laços se fortaleciam à medida em que as famílias se percebiam mais semelhantes na divisão do trabalho, no objetivo que buscavam alcançar com o acampamento, na forma de lidar com a terra, na maneira de perceber o outro. Foram construindo e fortalecendo as relações de solidariedade à medida que construíam sua própria identidade, uma identidade coletiva, a identidade de Sem Terra.

As relações sociais observadas dentro do espaço do acampamento Terra Prometida permitiram a percepção de alguns elementos distintivos deste grupo, entre eles a relação dos trabalhadores rurais com a terra, que é atravessada por fatores que se referem tanto ao espaço rural quanto ao urbano. A própria constituição do acampamento torna-se distinta e específica

se considerarmos que este também foi um espaço construído coletivamente no sentido de que existiu em diversas regiões do estado a cada vez que as famílias foram obrigadas a desmontar seus barracos de lona preta, remontando-os em locais diferentes.

A própria noção de trabalhador rural e camponês sofre modificações e se diferencia com as mudanças conjunturais, principalmente quando o espaço do rural se confunde com o do urbano. Todas as mutações de sentidos e significados podem levar a uma confusão metodológica. Até mesmo no que se refere às ciências humanas podemos encontrar uma superficial generalização. O perfil do trabalhador rural, assim como a visão social e política sobre ele e a agricultura familiar, também muda com o passar do tempo e das transformações conjunturais.

Conforme José de Sousa Martins (1981) é com o fim do período de Regime Militar que a expressão “camponês” vai adquirir no Brasil o sentido de identidade, correspondente ao sentimento de pertencimento a uma classe social. Isto somente foi possível em função de uma perspectiva histórica de lutas políticas, o que ocasionou um acúmulo de vivências compartilhadas por um grupo social, resultando na construção de uma memória coletiva. Dessa forma, a conceituação de Pollak tornou-se mais adequada ao trabalho a que me propus realizar, seja por sua abrangência, seja pela relação direta deste com a memória das trabalhadoras e trabalhadores do acampamento Terra Prometida. Memória esta que por ocasião da pesquisa empírica trouxe-me informações importantes sobre as trajetórias de vida dos trabalhadores, assim como sobre o processo de construção das identidades coletivas destes homens e mulheres que compõem o acampamento. Memória que não está deslocada do tempo e do espaço, mas localizada em um ponto específico destes e impregnada do contexto social onde está inserida. Percebe-se, então, de fundamental importância o levantamento de um panorama histórico de fatores concernentes à questão agrária que permitirão situar o presente estudo em períodos específicos de suas manifestações.

1.2. Breve Histórico da Questão Agrária Brasileira

Após 1930, apesar do processo de modernização pelo qual o país passava – com a criação das chamadas *indústrias de base*, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco

(CHESF) –, sua estrutura fundiária permaneceu inalterada, tendo por base a monocultura e a concentração de grandes extensões de terras.

Ao assumir o poder, em 1930, Getúlio Vargas encontrou-se em uma difícil situação: precisava atender às forças que o haviam apoiado. De um lado, o tenentismo propunha a distribuição de terras, a elaboração de uma legislação que protegesse os trabalhadores rurais e a colonização das terras devolutas, voltadas à formação de pequenas propriedades. De outro lado estavam os grandes proprietários de terras, que defendiam a permanência do latifúndio e a exclusão dos trabalhadores rurais no acesso às políticas sociais trabalhistas.

Também foi um fator condicionante à conservação da estrutura agrária durante o Governo Vargas o fato de os trabalhadores rurais não possuírem qualquer tipo de organização naquele momento histórico; o que acontece somente a partir da década de 50, através da organização das Ligas Camponesas e, posteriormente, dos sindicatos rurais, mesmo assim estes últimos sob tutela do Estado.

No Brasil da segunda metade do século passado, as lutas camponesas, embora como eventos isolados, aconteceram em quase todo o território nacional. O período compreendido entre 1950 e 1964, foi marcado por intensos conflitos agrários que adquiriram um caráter ideológico de alcance nacional. Conforme Afrânio Garcia Júnior está neste período a gênese dos pequenos produtores periféricos por ele estudados. Sendo o surgimento desses pequenos produtores o reflexo da expropriação do morador dos engenhos, intensificada por transformações ocorridas nas formas tradicionais de relações entre o trabalhador e o proprietário.

(...) a transformação das relações sociais tradicionais entre o trabalhador da grande plantação e o grande proprietário (...) esteve associada ao crescimento da pequena produção, e ressalta o papel desempenhado pelos pequenos produtores no processo de mudança social nesta área. Um dos pontos centrais desta transformação foi que os trabalhadores da cana perderam o acesso às formas tradicionais de obter sua subsistência, como a casa dentro dos engenhos, os lotes de terra para plantação por conta própria, e passaram a depender do salário obtido pelos dias trabalhados na cana, associado a outras maneiras de obter renda em dinheiro para garantir sua própria subsistência. (...) A expulsão dos moradores dos engenhos não é (...) um processo que implique apenas na proletarianização dos moradores tradicionais, mas supõe que o crescimento de pequenos produtores independentes, enquanto camponeses, represente a outra face do processo de proletarianização dos trabalhadores da cana. (GARCIA JÚNIOR, 1983: 9-10)

É, portanto, a partir desta expropriação que o trabalhador encontra sua principal atividade, aquela que lhe confere sua identidade social, a atividade na “terra de trabalho”. Ao desenvolver uma identidade social coletiva, esse grupo adquire as ferramentas necessárias para desempenhar um papel que ultrapassa o caráter econômico como também fundamental importância em sua dimensão política.

(...)Fundamental foi o papel político desempenhado por parte deste grupo, sobretudo aqueles conhecidos por *foreiros*, nas lutas sociais que têm início na segunda metade da década de 50. Lutando contra o processo de expulsão da terra por eles ocupada, ou simplesmente contra a volta dos grandes proprietários que tinham abandonado o controle da propriedade em época anterior. (...) O movimento levantou também a questão da grande concentração da propriedade da terra e a necessidade da quebra do monopólio de uso da terra em mãos de uns poucos. (Op. cit., p. 10)

Assim, nas mudanças ocorridas na Zona da Mata, onde se localiza o grupo estudado por Garcia Júnior, os foreiros foram os pioneiros na formação de movimentos de contestação da estrutura fundiária local que surgiram no estado de Pernambuco na década de 1950 e conquistaram ampla visibilidade nos anos subsequentes.

No mesmo período, intensificava-se a luta organizada pela terra também em outras regiões do país. Não por coincidência, foi nesse período que surgiram grandes organizações camponesas que lutavam por reforma agrária, como a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas - *Ultab*¹⁰, criado pelo PCB, em 1954; o Movimento dos Agricultores Sem Terra - *Master*¹¹, surgido no final da década de 1950, no Sul do país, que pressionava o governo do Rio Grande do Sul a realizar o assentamento de famílias de trabalhadores rurais e as *Ligas Camponesas*¹², que surgiram em meados da década de 1950, em Pernambuco.

¹⁰ A Ultab foi criada para coordenar as associações camponesas e tinha por objetivo promover uma aliança política entre os trabalhadores rurais e o operariado. Sua liderança era composta por camponeses e também por algumas pessoas indicadas pelo PCB.

¹¹ O Master surgiu a partir da resistência de 300 famílias de posseiros do Município de Encruzilhado do Sul, no Rio Grande do Sul, em 1958, influenciado por alguns líderes políticos do PTB. Este movimento vigorou até 1964, quando foi declarado ilegal pela ditadura militar. Embora o Master tenha se constituído como um movimento forte de pressão governamental, não conseguiu tornar-se um movimento social autônomo, estando fortemente ligado ao PTB e, assim como a Ultab, iniciou a organização dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, que até 1962 somente era permitido aos trabalhadores assalariados urbanos.

¹² “Em 1955, os donos do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (...) tentaram expulsar os foreiros da terra, que passaram a se mobilizar. Foi quando o advogado e deputado Francisco Julião, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), passou a representá-los”. (Morissawa, 2001: 93) Esse grupo de trabalhadores rurais passou a reunir-se com frequência no casebre que sediava a “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”, que passou a abrigar também as reuniões da entidade conhecida como *Liga Camponesa da Galiléia*. Novas ligas foram formadas em outros municípios de Pernambuco, assim como em outras regiões do

1.2.1. As Ligas Camponesas do Nordeste

Foi o Partido Comunista do Brasil (PCB) que inicialmente investiu na organização dos trabalhadores do campo, entendendo que a “aliança operário-camponesa” – *slogan* hoje também presente nos discursos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – era o instrumento primordial na luta pelo poder político. O planejamento do PCB envolvia a junção das diversas categorias de trabalhadores rurais, como os assalariados, posseiros, parceiros, pequenos proprietários, meeiros, foreiros e rendeiros, entre outros. O objetivo do partido era viabilizar que as organizações fossem constituídas dentro do próprio campo de atuação dos trabalhadores.

A estratégia adotada para atingir os objetivos foi seguir a dinâmica organizacional utilizada pela Igreja Católica, figura bastante próxima destes trabalhadores. Assim o PCB ajudava os trabalhadores a organizarem-se em espécies de “Irmandades” como os grupos católicos (Irmandade de Santo Antônio, Filhos de Maria), que convergiram, mas não obrigatoriamente, para as Ligas Camponesas.

Foi por volta de 1945 que surgiram no Brasil as primeiras Ligas Camponesas. Embora tenham surgido em quase todas as regiões do país, as Ligas do Nordeste foram as que mais se destacaram. Em três de janeiro de 1946 foi criada a Liga Camponesa de Ipubitinga, em Ipubitinga, Pernambuco, próximo do Recife, dirigida por José dos Prazeres, um dos líderes do movimento camponês pernambucano.

Após o ano de 1947, durante a Guerra Fria, o ambiente político interno tornou-se extremamente hostil para o trabalho do PCB, que teve seu registro eleitoral cassado. Nesse período, as organizações rurais praticamente desapareceram.

Com a experiência vivida com as Irmandades e as Ligas Camponesas, a partir da primeira metade dos anos 50, o Partido Comunista adotou uma forma de organização que enfatizava a personalidade jurídica, e, apoiando-se em um artigo do Código Civil, deu início à criação de Associações de Caráter Civil. A organização em “sociedades civis” era a mais viável, pois dispensava as formalidades legais exigidas a outras formas de organização como,

país. Estes camponeses pleiteavam uma “reforma agrária radical”. Seu lema era “Reforma agrária na lei ou na marra”, posição que não era apoiada nem pela Igreja Católica, nem pelo PCB.

por exemplo, os sindicatos. Para a constituição de uma sociedade civil bastava o registro da associação em um cartório.

A intensificação do modo de exploração capitalista da força de trabalho no campo brasileiro a partir dos anos 50 modificou significativamente as formas de exploração do trabalhador rural. Ocorre nesse momento, em Pernambuco, assim como em outras regiões do país, o aumento do número de trabalhadores rurais assalariados e temporários. As relações entre proprietários e não-proprietários, predominantes até então, agora convergiam para relações entre empregadores e empregados. Este fato impessoalizava as relações e também aumentava as tensões sociais.

Cada vez mais trabalhadores rurais que caminhavam para a “proletarização” – perdendo direitos consuetudinários estabelecidos pelo tempo, como o direito ao uso da terra para o cultivo de uma lavoura de subsistência, assim como os pequenos proprietários expropriados por grandes latifundiários e suas monoculturas para a exportação, os trabalhadores sob o regime do colonato e parceria e outros trabalhadores que se viam tolhidos de seu costumeiro direito ao uso da terra, organizavam movimentos de reações, inicialmente de forma localizada, mas que iam se avolumando e ganhando visibilidade, expandindo-se como uma luta comum de uma categoria de trabalhadores.

Em um momento em que sua reprodução tornava-se cada vez mais onerosa, uma parcela destes trabalhadores passou a lutar também por melhores condições de vida. Entretanto essas “melhorias” nas condições de vida dos trabalhadores não significavam um consenso sobre a volta das antigas condições de trabalho e vida. Alguns reivindicavam inclusive a consolidação das novas formas de organização e gestão do trabalho rural a partir do reconhecimento legal, assim como a extensão para a categoria de trabalhadores rurais das garantias legais oferecidas aos trabalhadores assalariados urbanos. Prova disso foi a constatação de que durante o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961, uma das principais reivindicações que figuravam ao lado do pleito por reforma agrária, era justamente a extensão dos direitos consolidados nas Leis Trabalhistas aos trabalhadores rurais.

Foi com as Ligas Camponesas e sua luta pela reforma agrária que o debate sobre a questão agrária atingiu proporção nacional no início dos anos 60. As Ligas se expandiram

mais pelo Nordeste, segundo Martins (1981) inicialmente apoiadas pelo PCB e enfrentando a oposição da Igreja Católica.

A primeira liga camponesa com objetivos de lutar pela posse da terra e reforma agrária foi criada em 1955, em Pernambuco, como uma das “associações de caráter civil”, sob o nome de **Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco**. O batismo como liga camponesa ficou a cargo dos jornais do Recife na época, com o objetivo de “torná-la ilegal”. Do mesmo modo a **Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Sapé**, tornou-se a *Liga Camponesa do Sapé* cuja liderança mais conhecida foi João Pedro Teixeira (O PASQUIM, 1979 – Disponível em: <www.pe-az.com.br/biografias/francisco_juliao.htm>).

Esse tipo de associação difundiu-se muito no Nordeste brasileiro e com o tempo adquiriu um caráter nacional, marcado pelo Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961, com a participação de 1600 delegados representantes de trabalhadores rurais de todo o país. Entre as principais reivindicações feitas neste congresso estavam a reforma agrária e a extensão do direito à Consolidação das Leis Trabalhistas – neste momento de exclusividade dos trabalhadores urbanos – aos trabalhadores do campo.

Outras Ligas Camponesas foram criadas com objetivos similares às nordestinas e com a reforma agrária como primeiro item da pauta de reivindicações. O número dessas associações cresceu muito durante o governo João Goulart e, proporcionalmente, cresceram os sindicatos rurais – organizações vinculadas por força da lei ao controle do Estado. Seja através de ligas ou de sindicatos, é importante ressaltar que os camponeses organizados apresentavam maior poder de negociação nos entraves com governo e latifundiários. Assim, essas ligas ganharam repercussão internacional em um período da história brasileira marcado pela ascensão da classe trabalhadora do campo e da cidade, através de grandes mobilizações que alcançavam cada vez mais visibilidade. Antônio Flores de Oliveira, militante do movimento sindical paulista desde 1957, descreve o período que antecederia a ditadura militar como um momento de unificação da classe trabalhadora onde “o movimento operário no Brasil (...) começava a se unificar com os camponeses, começava a criar uma aliança de classes e estava partindo para grandes conquistas” (Depoimento de A. F. de Oliveira In ALENCAR, et. al., 1985:308).

1.2.2. Os “posseiros” do Rio de Janeiro

No estado do Rio de Janeiro da década de 1950 os conflitos por terra também aconteciam. Várias foram as situações onde a grilagem de terras gerou confrontos entre posseiros e latifundiários (GRYNSPAN, 1987), estes representados pela força de jagunços e da polícia. Esses conflitos, sempre crescentes e geralmente vencidos pelo lado mais forte, exigiram dos trabalhadores um grau de organização que aos poucos foi estruturando-se. Marchas até a Assembléia Legislativa, ao Palácio do Governo e ao Palácio da Justiça eram algumas das ferramentas que auxiliaram na divulgação da causa camponesa e, por consequência, na redução das ações de despejo. Contudo, ainda assim, a ação dos grileiros continuava sendo um entrave para a solução do problema agrário.

A particularidade do estado do Rio de Janeiro está no fato de que nele os conflitos por terra aconteciam principalmente em áreas em processo de urbanização (ALENTEJANO, 2003), como a região da “Baixada Fluminense” e outras áreas em torno do centro metropolitano da então Capital Federal.

No caso específico da Baixada Fluminense, a partir do período de pós-guerra deu-se início a um processo de diversas transformações, principalmente de ordem social e econômica. No município de Nova Iguaçu, entre os anos 20 e 30, se desenvolveu de forma intensa o cultivo de frutas cítricas, voltadas inclusive para o setor agro-exportador. Com os processos emancipatórios que tornaram independentes os atuais municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, na década de 1940, Nova Iguaçu perdeu parte de sua área total e iniciou-se aí paulatinamente um processo de loteamento das áreas que antes eram fazendas fruticultoras. Este processo se intensificou após uma forte crise no setor de produção de laranjas. Nos anos 40, a partir da aplicação do Programa de Drenagem do Governo Federal, a área correspondente à região da Baixada Fluminense foi subitamente atingida pelos efeitos da especulação imobiliária, que iniciava um processo de transformação: áreas onde até então trabalhadores rurais viviam e trabalhavam no plantio e colheita de gêneros alimentícios transformavam-se em loteamentos urbanos.

Os lotes inicialmente eram vendidos a preços muito baixos, o que atraiu interessados de diversas regiões do país que migravam para o Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades. O setor industrial crescia na capital do estado e as regiões da Baixada Fluminense localizam-se a uma distância relativamente pequena. Assim, os loteamentos

proporcionaram imensa transformação social na região da Baixada Fluminense, o que se configurou na expansão da região metropolitana do município do Rio de Janeiro a partir de áreas que antes eram fazendas de plantação de laranjas (SONALI SOUZA, 1992). Isso levou, em seguida, a um conflito entre os “moradores antigos” e o “pessoal de fora” que chegavam e compravam lotes. Logo iriam ocorrer, em paralelo às compras de lotes, as *ocupações* dos loteamentos por trabalhadores das indústrias e também por camponeses que antes viviam da citricultura, o que resultava em disputas pela terra.

Os camponeses, muitas vezes se autodenominando e outras sendo denominados *posseiros*, resistiram às tentativas de retomada das terras por aqueles que se apresentavam como proprietários¹³, criando ações de mobilização camponesa, como reação à presença dos *grileiros*. Grynszpan demonstra que neste momento está se construindo e afirmando uma representação que associa a região em disputa a uma terra de “fronteira, agreste, que deveria ser conquistada”. (GRYNSZPAN, 1987).

O programa de drenagem objetivava a criação de um “cinturão verde” na região da Baixada, que servisse como fonte de abastecimento para a capital que se expandia economicamente, industrializando-se. Entretanto, a proximidade da cidade do Rio de Janeiro com a região da Baixada Fluminense e a extrema valorização das terras em função das obras de infraestrutura do programa de drenagem do governo Federal acabaram por gerar intensa especulação imobiliária com vistas à ocupação urbana, projetando o território mais como “cidades-dormitórios” para a grande massa de trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro do que como potencial abastecedor de gêneros agrícolas, pretensão divulgada inicialmente pelo governo. Este processo, segundo Alentejano (2005)

(...) foi viabilizado pelo enorme crescimento populacional da região. De 1950 a 1970, Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Nilópolis tiveram crescimento populacional de 340%, contra 80% do Rio de Janeiro. A construção de estradas de rodagem e a eletrificação das estradas de ferro dotaram a região de ampla estrutura viária, facilitando o acesso à capital e criando as condições para a formação de cidades-dormitório. (sp)

¹³ Essas pessoas foram denominadas pelos “posseiros” de grileiros, ou seja, aqueles que se valendo da falsificação do documento de propriedade, se apresentava como o proprietário legítimo que agora tentava reaver sua propriedade. Conforme Grynszpan (1999) os termos *posseiro* e *grileiro* surgiam investidos de conotação política visando a legitimação da ação dos trabalhadores que se apossavam das terras desocupadas e nelas iniciavam algum tipo de produção. A incidência de grileiros tentando e, muitas vezes, concretizando a expulsão de posseiros das terras ocupadas aumentou consideravelmente a partir da década de 1940 devido à valorização das terras da Baixada Fluminense, em função de investimentos governamentais em projetos de infraestrutura para a região.

Deste modo, a região da Baixada Fluminense passou por um expressivo aumento populacional a partir da década de 1950, com investimentos governamentais para a melhoria da infraestrutura regional, que ganhou uma rede viária moderna ligando a região à capital. Após as primeiras obras, a região passou a receber investimentos do Estado que viabilizaram o surgimento de grandes indústrias (ALENTEJANO, op.cit.) como a Fábrica Nacional de Motores, em Mantiqueira (já extinta) e a Refinaria Duque de Caxias (a Reduc) que até os dias atuais é a base econômica que sustenta os bairros ao seu redor, como Campos Eliseos e Jardim Primavera, onde grande parte da população economicamente ativa trabalha na refinaria ou em empreendimentos a ela relacionados.

Foi na região da Baixada Fluminense que surgiu no final do ano de 1949, em Xerém, um conflito por terra que rendeu grande repercussão. A evolução de formas primárias de organização convergiu para a criação de comissões, que depois culminaram na formação da Associação dos Lavradores Fluminense (ALF) a primeira organização camponesa do Estado do Rio de Janeiro, registrada como organização civil, seguindo a linha política das estratégias então adotadas pelo PCB. Esta associação foi responsável pela promoção de ocupações de terras em quase todo o estado do Rio de Janeiro, principalmente nos municípios da Baixada Fluminense. Como exemplo dos resultados obtidos por essa organização de trabalhadores rurais fluminenses pode-se citar a sentença judicial que, na década de 1950, atendendo às reivindicações de famílias de trabalhadores rurais despejados de uma área em Duque de Caxias, e acampados em sinal de protesto em frente ao Palácio do Governo, concedeu terras, transferindo-os para o município de Casemiro de Abreu.

(...) os grileiros começavam a nos ameaçar de despejo. Foi então que procurei alguns vizinhos e palestrei com eles no sentido de formar uma comissão de defesa dos lavradores.

A comissão de três pessoas, criada em tais circunstâncias, constituiu-se no embrião da nossa organização. Nessa época já existia um Sindicato de Trabalhadores Rurais em Campos, mas que só atendia às reivindicações dos assalariados da cana. Daí a necessidade de formar uma organização que defendesse todas as camadas de camponeses, tais como os posseiros, meeiros, terceiros, arrendatários, pequenos proprietários, peões, colonos etc.

Em vista do pouco conhecimento que tínhamos de organização, decidimos consultar um advogado perito em assuntos de terra, o Dr. Heitor da Rocha Farias. Ele nos aconselhou fundar uma organização que atendesse ao Estado do Rio de Janeiro em benefício de todo o tipo de lavrador (JOSÉ PUREZA, 1982, pp. 25).

Após ser criada no distrito de Xerém, a Associação dos Lavradores Fluminenses, a convite de representantes de camponeses de outros distritos e municípios, seguiu organizando “Núcleos” da ALF em diversas localidades.

Foi assim que o movimento de lavradores do distrito de Xerém conseguiu evitar por três anos que estes trabalhadores fossem expulsos da região. A partir de 1952 o número de despejos sem ordem judicial na Baixada Fluminense aumentou consideravelmente, sendo praticados por jagunços contratados pelos que se apresentavam como proprietários e até mesmo com o auxílio de policiais. Como resposta aos despejos, os trabalhadores da ALF realizaram diversos protestos públicos que incluíam passeatas à Assembléia Legislativa e ao palácio do Governo, como também denúncias através de jornais locais.

Em 1959, a Associação de Lavradores Fluminense cedeu lugar à Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro – a FALERJ – unindo na mesma organização várias associações de lavradores do estado, entre elas a Associação de Pedra Lisa, fundada pelo militante do PCB Bráulio Rodrigues da Silva. A Falerj reuniu assim grandes nomes da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro, ao agregar na mesma instituição os militantes Bráulio e José Pureza.

Um episódio violento envolvendo a Federação, ocorrido em 1961, na Fazenda São Lourenço, no município de Duque de Caxias, em torno de uma ordem de despejo, demonstra tanto o aparato legal do qual se cercavam os lavradores representados pela Falerj e seu grau de articulação política com outras associações, imprensa e representantes do poder público, quanto o potencial da resistência oferecida pelos lavradores para não deixar a terra ocupada.

Os advogados da FALERJ, que atuavam no processo judicial, não conseguiram evitar a rotina das decisões judiciais sempre favoráveis aos pretensos proprietários de terras e contra os camponeses.

Uma vez o despejo decretado, recorri à prefeitura de Duque de Caxias, à Assembléia Legislativa e ao Palácio do Governo em Niterói. Com as autoridades que conversei, responsabilizava o governo pelo que viesse a suceder em São Lourenço, tendo em vista a decisão dos camponeses de não aceitar o despejo.

(...) Os camponeses tinham feito uma escavação na entrada da fazenda para impossibilitar a penetração do contingente policial. Era melhor deixar a polícia entrar derrubar a primeira casa e a segunda. Ficaria assim caracterizada a arbitrariedade. Aí então se impedia a derrubada da próxima casa.

(...)Quando os policiais, acompanhados pelo oficial de justiça e guiados por um lavrador alcaguete, foram derrubar a terceira casa, os lavradores

entrincheirados atiraram (...). No tiroteio atingiram também o oficial de justiça. O resto da tropa levantou os braços e pediu licença para levar os feridos.(...) Após ter ouvido a notícia do combate pelo rádio (...) decidi procurar Tenório Cavalcanti, deputado federal, e levá-lo comigo (...) e mais um carro das revistas Cruzeiro e Manchete(...)

[No Q. G. dos lavradores vieram] dez camponeses para passar a procuração do processo para Tenório. Ele ficou sendo nosso advogado na questão [o que] (...) provocou um grande alarido na imprensa. O governador Celso Peçanha decidiu então enviar a Caxias seu Secretário do Interior e Justiça que declarou ao juiz o interesse do governo pela área com fins de desapropriação. As tropas já requisitadas receberam ordens de dispensa.

Os lavradores de São Lourenço conquistaram assim uma vitória, comemorada por todos os *Núcleos* de lavradores das proximidades: o de Piranema, Tabuleiro, FNM, Capitão Santa Cruz, Fazenda Mato Grosso, Ponte Coberta e Km 49, além da “Associação de Pedra Lisa”, criada pelo companheiro Bráulio e outros. Todos esses *Núcleos* haviam manifestado disposição de se unir em armas aos companheiros de São Lourenço. (*Memória Camponesa*. JOSÉ PUREZA, 1982, pp. 53-6)

Analisando as lutas por terra ocorridas no Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960 e a situação dos camponeses envolvidos nestes conflitos, Grynszpan (1998) destaca que neste período o camponês se afirma como categoria política, como aqueles que lutam por terra, assim como por direitos sociais e políticos. Segundo o autor a intensificação das mobilizações de camponeses a partir da década de 1950 provocou transformações profundas na percepção das demais categorias sociais sobre o “mundo rural”, passando os conflitos no campo a serem associados a problemas sociais decorrentes da concentração fundiária. Uma parcela considerável da sociedade deixa então de ter a questão agrária como “um caso de polícia” para pensá-la como um caso de política demandante, portanto, de solução política.

Desta forma os “camponeses de maneira geral (...) passaram a ser identificados como atores políticos importantes e, por esta via, também motivo de disputa entre grupos e partidos que buscavam apresentarem-se como seus porta-vozes e legítimos representantes” (GRYNSZPAN, 1998, sp). Esta nova percepção sobre a categoria do camponês fez com que os olhares da sociedade como um todo se voltassem para eles. Os jornais das décadas de 1950 e 1960 traziam como notícia de primeira página os assuntos relacionados aos conflitos envolvendo trabalhadores rurais. Conflitos que eram inúmeros, frequentes e violentos. Um

dos problemas enfrentados por estes trabalhadores eram os numerosos despejos que retiravam os lavradores¹⁴, mesmo os mais antigos, das terras que ocupavam.

No entanto, em função do “novo olhar” social sobre os trabalhadores do campo e, principalmente, da participação de organizações que assessoravam os trabalhadores jurídica e politicamente, esses conflitos quase sempre se transformavam em ações judiciais, impetradas tanto por legítimos ou supostos proprietários querendo reaver para si o poder sobre as terras ocupadas pelos “lavradores”, quanto pelos próprios trabalhadores rurais que as ocupavam. Um exemplo foi o caso da Fazenda São Lourenço, em Duque de Caxias, relatado anteriormente, em que mesmo perpassado por ações e reações violentas de destruição de moradias, queima de lavouras, pistolagem, assassinatos, seguia juridicamente em paralelo, por intermédio de petições, mandatos, ou seja, ações judiciais dentro de processos legais legitimados pelo poder público.

Em sua maioria, as ações judiciais tendiam a beneficiar os grileiros, determinando a expulsão dos posseiros que ocupavam as terras. Quase sem exceções, os trabalhadores ocupantes resistiam, em função de uma percepção de direito legitimado pela posse e consagrado pelo trabalho na terra, ou seja, a noção de um direito consagrado por sua efetiva prática. Esse direito iria além das ordens judiciais de despejo que eram vistas pelos posseiros como ilegítimas e arbitrárias. Neste sentido, torna-se evidente como o entendimento do que seja direito pode levar ao questionamento de normas impostas como Lei, em um confronto latente entre Lei e costumes¹⁵. Essa noção do direito pode ser percebida na fala de uma liderança camponesa ao relatar a luta pela terra no cenário fluminense da década de 1960.

(...) havia vários sítios de lavradores que estavam dispostos a não abandonar, de forma alguma, suas terras. (...) apareceram também grileiros com documentação falsa das terras. De 1952 a 1956 aumentou muito o número de despejos arbitrários, feitos pelos jagunços e policiais armados, com a ajuda dos seus padrinhos parlamentares e juízes. (JOSÉ PUREZA, 1982)

Por considerarem as ordens de despejo como ilegítimas e denominando os autores das ações como *grileiros*, os trabalhadores rurais fluminenses, se auto-denominando *posseiros* (GRYNSZPAN, 1987) resistiam o quanto podiam ao cumprimento das reintegrações de

¹⁴ Termo frequentemente usado nos jornais da época como equivalente a camponês e que também englobava várias categorias de trabalhadores rurais (GRYNSZPAN, 1998).

¹⁵ Ver THOMPSON, E. P. (1997) *Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra* e THOMPSON, E. P. (1998) *Costumes em Comum*.

posse. Algumas vezes, eram vitoriosos, como no caso citado sobre a Fazenda São Lourenço. Entretanto, no estado do Rio de Janeiro,

Respaldados ou não por ordens judiciais, os despejos ocorreram em diversos municípios. Eles abrangeram áreas desde São João da Barra e Macaé, ao norte do estado, até Barra Mansa e Vassouras, passando por Cabo Frio, Casemiro de Abreu, Miracema, Paracambi, Silva Jardim e Trajano de Moraes. Sua região de maior incidência, no entanto, foi aquela mais próxima à cidade do Rio de Janeiro, conhecida como Baixada Fluminense, destacando-se os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé, mas também, conforme utilização corrente à época, Cachoeiras de Macacu, Itaboraí e Itaguaí. (GRYNSZPAN, 1998, sp)

Ao invés de coibir a luta, os despejos a impulsionavam, tornando-a mais forte, com a adesão cada vez maior de trabalhadores de diversas áreas que vinham ocupar terras na região da Baixada Fluminense. Dessa forma, as lutas por terra nessa região acabaram por acarretar a entrada numerosa de posseiros na Baixada Fluminense, com o intuito de adquirir uma propriedade a partir da percepção da região como “área de terras livres” (GRYNSZPAN, op. cit.), tendo nos movimentos de luta pela terra que figuravam nas associações de lavradores seu aporte político-ideológico. A chegada de novos posseiros provocou um aumento da área cultivada na região fluminense, sobretudo naquelas onde os conflitos por terra se apresentavam de forma mais grave. Paradoxalmente, estas eram também as áreas onde a especulação imobiliária se proliferava, agravando exponencialmente os conflitos.

Segundo Grynszpan (1998), estas disputas se deviam principalmente à falta de titulação e indefinição dos limites das propriedades da região; nos casos em que havia algum registro, este indicava apenas de forma imprecisa a extensão da propriedade. Da mesma forma, eram os assuntos concernentes às terras públicas, cujos registros por sua imprecisão em função de “sucessivas ocupações” não possibilitava diferenciar as áreas públicas das propriedades privadas.

Assim é que, ao mesmo tempo em que se observava uma ampliação da área de lavoura na Baixada, impulsionada em larga medida pela ação de pequenos lavradores, avançavam também a especulação e as disputas por terras. Alimentadas pela valorização e pela indefinição dos limites e da titulação das propriedades, a especulação e as disputas, no entanto, ameaçavam as áreas mesmas de plantio.

(...) O próprio Ministério da Agricultura notava (...) que boa parte das terras próximas aos grandes centros não era explorada, visando apenas à especulação. Alguns dos seus proprietários jamais foram agricultores e aguardavam somente a valorização para realizarem pequenos loteamentos

residenciais. A Baixada era apontada como exemplo eloquente disso. (GRYNSZPAN, op. cit.)

Se os loteamentos com finalidades urbanas não se restringiam apenas às “áreas incultas”, avançavam também sobre áreas de lavouras, destruindo-as (GRYNSZPAN, op. cit.). Isso não significava que seriam utilizadas com finalidades urbanas tão logo demarcadas. Na grande maioria dos casos, permaneceriam apenas como loteamentos especulativos, sem que edificações fossem construídas de imediato, ficando ociosas, na expectativa de uma maior valorização dos terrenos.

A organização dos trabalhadores em sua luta pelo direito à terra de trabalho também se refletiu em outras regiões do estado, como no município de Campos, no norte fluminense, onde, em 1963, José Pureza liderou camponeses na resistência contra usineiros, ocupando terras que se encontravam em situação irregular desde 1959.

Na década de 1960, com o emergir das organizações de trabalhadores rurais no cenário político nacional, advindo tanto dos processos de organização de suas bases quanto da repercussão que suas mobilizações alcançavam na mídia, os trabalhadores conquistaram avanços significativos, obtendo o apoio de grupos estratégicos e efetuando acordos importantes em direção à concretização de uma *reforma agrária* que atendesse a seus anseios. Os trabalhadores dos anos 60 depositaram suas expectativas na promessa do presidente João Goulart de finalmente realizar a reforma da estrutura fundiária brasileira.

Assim, para responder a essa expectativa e acreditando que esta seria uma solução para a retomada do crescimento da economia brasileira e para os conflitos que ocorriam no meio rural, o governo do presidente João Goulart propôs implementar algumas das reformas de base pleiteadas, entre elas a reforma agrária. Em 13 de março de 1964, Goulart assinou um decreto que previa a desapropriação de terras para fins de reforma agrária, seguido de outro decreto, assinado no mesmo mês, onde desapropriava terras às margens de rodovias federais, ainda para a “causa da reforma agrária”.

Os grandes empresários, temerosos da possibilidade das reformas levarem o Brasil a uma “era socialista”, – a exemplo do que vinha acontecendo em outros países latino-americanos, visto que, “a quebra do poder dos coronéis, do poder dos grandes proprietários de terra, se por um lado fortalecia os setores políticos e militares interessados na centralização do poder, por outro lado enfraquecendo os fazendeiros fortalecia os trabalhadores rurais”

(Martins, 1984: 21) – e os grandes proprietários de terras, preocupados com a efetivação do projeto de reforma agrária que João Goulart se propôs a implementar, uniram forças e, reagindo à intensificação dos conflitos entre os interesses econômicos, tanto nacionais quanto internacionais, optaram por uma ação drástica.

Algumas horas depois da assinatura do decreto de desapropriação, teve início um levante de tropas do Exército partindo do Estado de Minas Gerais, que deu início ao Golpe de Estado por meio do qual militares, apoiados por representantes do empresariado industrial, do capital financeiro, de grupos de latifundiários, e com apoio internacional, derrubaram o Governo João Goulart e tomaram o poder político. Com o golpe militar caiu por terra a esperança de ver realizada a reforma que Goulart prometera aos trabalhadores. Desse modo, foi com o apoio de grupos que detinham o poder econômico no campo e na cidade, que os militares tomaram o poder político do país no ano de 1964. Incorria, então, o golpe que daria início a um longo período de regime militar. Um regime que “teve entre outras finalidades a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez em sua história ingressavam maciçamente no cenário político” (Martins, 1984: 21).

Apesar do estado do Rio de Janeiro, principalmente a região da Baixada Fluminense, ter sido palco de violentos conflitos por terra desde os anos 50, esse ciclo de mobilizações foi interrompido pelo golpe militar em 1964. Neste mesmo período as áreas que haviam sido desapropriadas por pressão da organização dos trabalhadores começaram a ser devolvidas aos seus antigos proprietários ou mesmo para “grileiros” que alegassem a propriedade das terras. O discurso para a retomada das terras era o de que as áreas em litígio eram de “vocação urbana”, sendo assim impróprias para o plantio. Essa alegação foi amplamente difundida e apoiada pelos militares, que a utilizavam para justificar as devoluções. Este fato despertou maior interesse nos especuladores imobiliários, intensificando ainda mais o processo de especulação.

1.3. “Revolução Verde”: a Tutela Militar sobre a Questão Agrária

A relação entre o golpe militar de 1964 e a implantação de uma política de preservação da propriedade e repressão à luta dos trabalhadores rurais por reforma agrária foi claramente

apresentada à sociedade através da violenta repressão contra os movimentos de luta pela terra, sendo explicitada diversas vezes através de prisões e assassinatos de lideranças camponesas em todo o país. Segundo as palavras de ordem dos generais “*era preciso combater o comunismo no campo e nas cidades*”. Assim, em um breve intervalo de tempo, após o golpe de 1964, quase todas as organizações de trabalhadores rurais foram fechadas ou colocadas na ilegalidade.

Porém, esta não foi a única intervenção do governo militar na questão agrária. A partir de 1950, os países ricos vinham intensificando o processo de industrialização da agricultura dos países mais pobres, principalmente na América Latina. Esse processo trazia em sua implantação um “pacote tecnológico” que incluía sementes modificadas em laboratórios, maquinários agrícolas, defensivos, fertilizantes químicos, criação de entidades de fomento à produção e a necessidade da propriedade privada da terra com extensão cada vez maior para tornar viável tamanho investimento tecnológico.

Esse processo se intensificou no Brasil durante o período ditatorial. Sob a tutela do governo militar a bandeira do progresso necessário foi novamente levantada, mas desta vez pendia fortemente para o meio rural brasileiro, no qual a ameaça comunista se manifestara no pré-64. Aos olhos do governo, a Revolução Verde era necessária para superar definitivamente a ameaça vermelha que, mesmo sufocada pela força de um golpe de Estado, ainda preocupava o governo militar (PORTO-GONÇALVES, 2005). Seria também por meio dessa “revolução” tecnológica que se demonstraria a preocupação do novo governo com o povo, mostrando à sociedade sua ação para superar o problema da fome, que era apresentado como uma questão meramente técnica, na qual a tecnologia inovadora da manipulação de sementes em laboratórios poderia potencializar sua produtividade e com isso solucionar um problema social incômodo.

Assim, o discurso econômico que incentivava a adoção do pacote tecnológico da Revolução Verde garantia rápido retorno financeiro e um aumento considerável de produtividade para as propriedades rurais que investissem na tecnologia; o discurso ideológico apresentava tal pacote como uma solução para acabar com a fome nos países que o adotassem. Mera demagogia, se considerarmos que o aparato tecnológico embutido no pacote da Revolução Verde era fortemente voltado para a monocultura direcionada à exportação. Logo, não abasteceria o mercado interno e tampouco produziria excedentes de alimentos, tendo em vista que grande parte da produção era de grãos para o mercado internacional ou

para a confecção de ração animal, outro ponto priorizado pelo governo militar: a expansão da pecuária.

O uso da tecnologia realmente garantia um aumento de produtividade, porém, o desgaste da terra era tamanho que a produção tornava-se cada vez mais dependente dos suplementos químicos para superar a degradação dos nutrientes do solo e as pragas, próprias dos desequilíbrios no ecossistema provocados pela monocultura das “*plantations*”. Os países ricos de economias capitalistas mais sólidas não estavam, no entanto, interessados apenas em aumentar a produtividade agrícola dos países latino-americanos, embora isso também os beneficiasse com a baixa no preço dos produtos agrícolas. Tratava-se, sobretudo de ampliar um mercado consumidor de maquinários, fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes laboratorialmente modificadas desenvolvidas por esses países, principalmente pelos EUA. As sementes híbridas, apresentadas como variedades de alto rendimento, já vinham sendo produzidas em laboratórios de pesquisas espalhados pelo mundo desde meados do século passado. No México e nas Filipinas laboratórios de pesquisas instalados por fundações norte-americanas eram responsáveis por experiências com sementes de trigo e arroz. Para além de um aumento na produtividade, as sementes híbridas significavam a quebra da autonomia dos países em relação à produção de sementes, agora patenteadas e com dispositivos tecnológicos que possibilitam inibir sua reprodução espontânea. Esse fato veio à tona no final dos anos 90, ao serem divulgadas massivamente por movimentos sociais ecológicos e pelo próprio MST informações sobre transgenia e o aditivo genético denominado “*Terminator*” para o qual as empresas de manipulação genética de sementes tentam, desde 1998, obter autorização governamental visando “proteger seu patrimônio tecnológico”.¹⁶

Um conjunto de medidas foi implementado durante o governo militar, inspiradas por empresas transnacionais norte-americanas interessadas na modernização da agricultura como forma de ampliar o consumo e utilização das técnicas e produtos por elas desenvolvidos. Uma preocupação que não passou pelas mentes dos governantes militares foi se a tecnologia agropecuária adotada dos países ricos seria a mais indicada para as condições socioeconômicas dos agricultores brasileiros. E realmente não era. Ao menos não para os pequenos produtores, meeiros, arrendatários que se viram tolhidos de usufruir dos “avanços”

¹⁶ As sementes denominadas *terminator*, visam dar origem a plantas estéreis com mecanismos de restrição reprodutiva (geneticamente modificadas), experimento cujos defensores alegam servir ao “desenvolvimento científico” (Greenpeace, 2008) e “tecnológico da agricultura nacional” (AS-PTA, 2007). (Veja: www.greenpeace.org.br e www.aspta.org.br/aspta)

tecnológicos em voga. Por necessitar de maior quantidade de área para a produção, os moldes da Revolução Verde fizeram aumentar o número de pequenos produtores expropriados ou simplesmente impedidos de usufruir parcelas de terras de grandes proprietários como costumeiramente faziam através do arrendamento. Grandes propriedades rurais absorviam as pequenas ao redor expulsando os pequenos agricultores que partiam em busca de terras em regiões mais distantes ou migravam para as regiões metropolitanas em busca de outras oportunidades de trabalho.

Garcia Júnior (1983), analisando a grande plantação monocultora de cana-de-açúcar da Zona da Mata Pernambucana, faz referência ao fato de a produtividade da lavoura estar diretamente relacionada à mobilidade dos pequenos produtores e trabalhadores rurais:

(...) a rentabilidade positiva da lavoura comercial pode conduzir a que a área detida pelos proprietários de *plantation* seja insuficiente para atingir a área explorada desejada, e isto levar a uma expansão das terras sobre controle direto da *plantation*. Com isso queremos acentuar que, se a dominação sobre o campesinato marginal é um fato constante da *plantation* (Steward, 1959), a expulsão do campesinato marginal da área por ele ocupada é um fato casual. (...) os movimentos de contração e expansão da *plantation* podem liberar ou exigir a drenagem da força de trabalho do campesinato marginal, o que também está associado à disponibilidade de terras com que conta este campesinato. Pois é a insuficiência relativa de terras cultiváveis pela força de trabalho familiar que obriga este campesinato a trabalhar na área da *plantation*. (op. cit., p.23)

A insuficiência de terras para a lavoura do pequeno produtor o torna dependente do arrendamento das terras da grande propriedade. Assim, quando os proprietários da *plantation* desejam expandir a área explorada, este fato pode afetar o pequeno produtor de duas formas distintas, mas cujos resultados se assemelham. Em uma primeira situação, o pequeno produtor não poderá mais dispor das terras do grande proprietário, agora totalmente direcionadas para a *plantation*. Como suas terras são insuficientes para a reprodução familiar, os trabalhadores rurais são obrigados a migrar. Na segunda situação, quando a propriedade da *plantation* é insuficiente para a expansão desejada da produção, vemos a falta de possibilidade de o pequeno produtor usufruir das terras dos grandes proprietários associada à necessidade destes de expandir seus domínios para ampliar a produção. Nesse caso, o que ocorre é a absorção das pequenas propriedades ao redor da *plantation* que passam a compor a grande propriedade. Novamente, os trabalhadores rurais são obrigados a migrar.

Note-se que a pesquisa de Garcia Júnior é feita entre os anos de 1972 e 1973, quando a mecanização da agricultura caminhava a passos largos e a lógica da produção era norteadada pela implementação da tecnologia “verde”. Notemos também que a terra de trabalho aparece para os trabalhadores de Garcia Júnior em oposição à *terra de gado* e a terra de gado como o local onde se materializa uma atividade estranha aos pequenos produtores, uma atividade do grande proprietário de terras, ou seja, uma atividade característica do latifúndio. Terra de trabalho, por sua vez, dentro desta oposição, estaria representando o lugar onde o trabalho familiar pode se materializar. É o local onde será realizado o trabalho visto pelo grupo estudado como essencial para a sua própria reprodução física e social. Neste conjunto, entretanto, não são incluídos o trabalho feminino que cultiva as horticulturas ao redor das moradias, tampouco a criação de pequenos animais domésticos. A terra de trabalho é uma representação muito específica do local de materialização de uma força de trabalho também específica: “A terra usada para o cultivo das ‘lavouras de subsistência’ pelo trabalhador e sua família é designada por *terra de trabalho*” (GARCIA JUNIOR, 1983:35).

Há, por exemplo, uma diferenciação entre o local de moradia e a terra de trabalho. Como os pequenos produtores pernambucanos estudados por Afrânio em sua quase totalidade não possuíam terras suficientes para a reprodução familiar, arrendavam lotes de terras de grandes proprietários para os cultivos de ciclos curtos como feijão, arroz, mandioca. Esse local para a reprodução familiar é a terra de trabalho. Observe-se que a terra de trabalho não precisa necessariamente ser de propriedade do pequeno produtor; na grande maioria das vezes não o é. É arrendada ou utilizada sob outra forma, contando sempre com o consentimento de um grande proprietário de terras.

Assim, ao utilizarem a contradição terra de trabalho *versus* terra de gado, os pequenos produtores estão claramente opondo uma atividade familiar que lhes garanta a reprodução física e social a uma atividade dos grandes proprietários de terra, ou seja, uma atividade do latifúndio. A terra de trabalho, sendo própria ou não, é o local onde o trabalho é materializado com a finalidade de sustento familiar. Este local, entretanto, quando não pertence ao núcleo familiar que o utiliza, deixa essa família sob a condição de dependência de um grande proprietário que lhes disponibilize a terra de trabalho. Mediante alguma forma de pagamento, a família pode enfim desempenhar sua atividade laboral e produzir o necessário para sua reprodução. Mesmo quando os pequenos produtores criam animais domésticos como galinhas e até mesmo gado (o que normalmente ocorre sob a figura de uma vaca leiteira), a finalidade é

outra: a utilização dos animais, por exemplo, resumindo-se ao consumo doméstico ou à venda para atender alguma necessidade do núcleo familiar que não possa ser suprida com a produção da lavoura. Estes animais são mantidos ao redor da moradia dos pequenos produtores e nunca ocupam o espaço das terras de trabalho.

A terra de trabalho deixa de existir para os pequenos produtores estudados por Garcia Júnior a partir de uma mudança na estrutura de produção do latifúndio, que já não comporta mais os pequenos produtores ao seu redor. A terra de gado aparece sempre externa e ameaçadora à pequena propriedade rural: “a expansão da pecuária obrigou a migração de parte dos pequenos produtores, desorganizando relações de solidariedade por laços de parentesco e vizinhança” (GARCIA JÚNIOR, op. cit.: p. 161) como atividade exclusiva do latifúndio. Como dito anteriormente, esta atividade muitas vezes absorve a pequena propriedade obrigando o pequeno produtor a se desfazer de seu sítio e migrar para outras regiões em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esse fato se amplificou imensamente durante a década de 1970 com os investimentos do governo militar para modernização da agricultura.

Parte das famílias hoje acampadas no Terra Prometida chegaram ao Rio de Janeiro vindas de outros estados justamente entre meados da década de 1970 e início da década de 1980. Foi também na década de 1980, não por coincidência, que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nomeou representantes para atuar no estado assessorando um movimento de ocupação de terras que se iniciava na Baixada Fluminense¹⁷.

Os pequenos agricultores que não possuíam recursos para usufruir do pacote tecnológico da Revolução Verde viam-se cada vez mais distantes dos grandes proprietários. Para compensar o aumento nos custos da produção, a tecnologia verde impunha a necessidade de produção em maior escala. Deste modo, a Revolução Verde contribuiu para ampliar a distância entre os agricultores ricos e os pobres, assim como também deixou uma grande parcela da população rural sem acesso ao trabalho na terra, pois a tecnologia verde permite uma significativa redução da mão-de-obra.

É importante ressaltar que não estamos aqui nos atendo especificamente aos aspectos ecológicos, ainda que sejam de vital importância. O modelo de agricultura que se iniciou com

¹⁷ Informação obtida durante entrevista realizada no primeiro semestre de 2008 com integrante da CPT no estado do Rio de Janeiro.

a Revolução Verde é mecanizado e, portanto, dependente da energia não renovável do petróleo. Ao utilizar fertilizantes e defensivos químicos também se potencializa a contaminação do solo e lençóis freáticos. Os trabalhadores rurais que lidam diretamente com os agentes químicos de combate às pragas sofrem contaminação e adoecem. Os consumidores dos produtos manejados com venenos também consomem um percentual significativo dos resíduos químicos absorvidos por estes produtos. Também a produção intensiva esgota os nutrientes do solo, tornando a produção cada vez mais dependente de aditivos químicos, gerando um círculo vicioso de dependência química para a produção de alimentos.

Além de agravar os problemas de caráter ecológico, a Revolução Verde também propiciou o aumento da concentração das terras, a elevação do preço das propriedades e contribuiu para inflacionar o valor cobrado pelo arrendamento de terras. Logo, da Revolução Verde incentivada e promovida pelo governo militar, movido por interesses externos, resultou a maior concentração da propriedade privada e, por conseguinte, a ampliação do poder dos grandes proprietários.

Note-se que, mesmo negando os trabalhadores rurais, a ditadura militar instituirá políticas para a reforma agrária. No entanto, as políticas beneficiavam apenas os agricultores com “vocação empresarial”, ao beneficiar empresas rurais e incentivar a “modernização” e mecanização da agricultura, o que, para tornar viável o alto investimento necessário, exigia uma maior concentração de terras. Em um quadro de pressão social tanto interna quanto externa, pouco tempo após o golpe militar foi enviado ao Congresso Nacional pelo Marechal Castelo Branco um projeto elaborado meses antes do golpe por empresários e militares sob a figura do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES. O Projeto de Lei n  4.504 foi aprovado rapidamente em 30 de novembro de 1964 e ficou conhecido como o *Estatuto da Terra*. Com o estatuto, o governo militar não intencionava a promoção da reforma agrária tal como a pleiteada pelos trabalhadores. Tratava-se da estruturação da grande propriedade como empresa agrícola. Pretendiam uma reestruturação do latifúndio no sentido de torná-lo mais moderno e capaz de absorver e comportar as empresas capitalistas que se instalavam agora em grande volume no campo brasileiro. A ambiguidade presente no texto desta lei   notória, principalmente com relação   desapropriação por interesse social que, prevista no Estatuto, entretanto, era tornada inoperante em função das restrições estipuladas pelo próprio documento.

O governo militar atuou de variadas formas para a implementação de seu projeto para a questão agrária. Algumas dessas frentes de ação foram a criação de programas de créditos que beneficiavam os grandes empresários rurais e o investimento massivo em obras de infraestrutura para o escoamento da produção. Também houve, neste período, o incentivo à pesquisa e extensão rural que, existindo desde 1948, teve nos anos pós-64 seus maiores investimentos, dirigidos principalmente para a transferência de tecnologias de produção agropecuária para as médias propriedades. Paralelamente a essas ações, o Estado promoveu investimento em pesquisas voltadas para a busca de novas tecnologias, visando à modernização dos médios e grandes proprietários rurais.

Após a aprovação do Estatuto da Terra o governo militar extinguiu a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e criou o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), dois órgãos voltados para o “desenvolvimento” agrário brasileiro: o primeiro direcionado às políticas de reforma agrária e o segundo, mais especificamente para as políticas de desenvolvimento pensadas para o período, tendo em vista o pacote tecnológico da Revolução Verde.

Entretanto, a reforma agrária prevista no Estatuto não se concretizou, pois esta lei surgiu mais como um mecanismo para afastar o fantasma da “revolução social” tal qual a ocorrida em Cuba no ano de 1959, que assombrava os empresários brasileiros e estrangeiros que possuíam interesses em nosso território, do que para a realização da reforma agrária. Na época de sua aprovação, o Estatuto da Terra sofreu críticas profundas de grandes proprietários rurais. Este fato não só foi responsável por algumas modificações em seu texto como também demonstra as ambiguidades decorrentes das relações de forças presentes entre o momento histórico em que a Lei 4.504 foi elaborada e o período de sua aprovação.

É importante reforçar que a ditadura militar imposta ao povo brasileiro, mesmo sendo uma ação autocrática, antes de fixar-se exclusivamente pela força, precisava de algum respaldo institucional. Daí a necessidade da burocratização excessiva e de todos os “aparatos legais” registrados neste período. Os grandes empresários – ao menos no início – apoiavam a intervenção militar e sua plataforma política; para a população em geral, surgiram as ferramentas de alienação e controle social, como por exemplo, a censura dos meios de comunicação, a intensificação da implementação de projetos e programas assistenciais que serviam como uma “compensação” pela perda dos poderes políticos sem, entretanto, deixar de lado a coerção pela força, o que evitaria que os “subversivos” se proliferassem.

No que se refere ao processo de exclusão social, o referido período apresentou índices que contrastavam com a expansão econômica dentro do regime autoritário. O avanço econômico com taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) que variavam em torno de 7,5% ao ano (POCHMANN, 2003) não atingia a grande massa da população nacional. Nas cidades ocorria o que Pochmann chamou de “movimento de empobrecimento da população urbana responsável pela tendência de reprodução em novas bases de pobreza” (op. cit., p. 36), acompanhado pela ocorrência de um êxodo rural em massa que fornecia às cidades um enorme contingente de mão-de-obra desqualificada cujas cidades mais industrializadas, como o Rio de Janeiro, não comportavam.

É nesse sentido que o Estatuto da Terra enquadra-se na categoria de “política compensatória” ou, melhor dizendo, política ilusória, visto que nunca foi realmente implementado, ao menos não para atender às necessidades dos trabalhadores rurais. Conforme Martins (1984),

(...) O Estatuto abria o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo dos proprietários, mas fechava o acesso à terra quando se olha o assunto do ângulo da grande massa de trabalhadores sem terra: (...) as desapropriações só ocorreram no caso de conflitos ou de tensão social grave. Entre 1965 e 1981, o governo federal baixou somente 124 decretos de desapropriação de terras para fins de reforma agrária, conforme levantamento feito no Senado Federal. O que dá menos de 8 desapropriações por ano, enquanto que o número de conflitos por causa de terra foi de pelo menos 70 por ano (op. cit., p, 22).

Podemos constatar que ao elaborar o Estatuto da Terra e aprová-lo tão logo após a instauração do governo militar,

(...) o Estado estava fortemente motivado a interferir na questão agrária e a evitar que as populações rurais e os trabalhadores rurais, camponeses e não-camponeses, com a sua força política, com a pressão que estavam fazendo, acabassem levando a uma alteração no que se pode chamar, com toda a propriedade, de “pacto de classes” que sustentava o Estado brasileiro (Martins, 1986:58).

Não devemos, entretanto, desconsiderar o avanço que o Estatuto da Terra representou no trato da questão agrária no Brasil, com a definição da função social da terra. Essa Lei determinou que fosse passível de desapropriação toda e qualquer propriedade rural - de minifúndios a latifúndios - que não cumprisse sua *função social*, e também estabeleceu o que se caracteriza por esta denominação. O Estatuto criou o imposto territorial, embora não

definiu sua forma de aplicação, e introduziu novos conceitos aos aspectos da reforma agrária, ao classificar as propriedades rurais em minifúndio, módulo rural, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão.

O Estatuto da Terra classificou as propriedades rurais a partir de critérios que levam em conta a extensão e utilização da terra. Ao dizer que ele não foi implantado de fato, refere-se ao modo como foi aplicado, desapropriando apenas poucas áreas quando representavam pontos de conflitos graves. Em linhas gerais, o Estatuto da Terra representou a forma pela qual o governo atendia a dois grupos distintos e opostos: por um lado, apoiado no Estatuto, promovia pequenas desapropriações e “concedia” terras para amenizar conflitos em determinadas regiões do país, enquanto por outro conferia imensas extensões de terras públicas para multinacionais e grupos empresariais interessados em explorá-las, como, por exemplo, as grandes empresas, nacionais ou não, que se instalaram na região da Amazônia nesse mesmo período, incentivando a proliferação de grandes empreendimentos agroindustriais mecanizados, voltados para o mercado externo.

Ainda que tenha sido mais uma política “ilusória” do que propriamente para a promoção da reforma agrária, o Estatuto da Terra serviu para apaziguar ânimos afoitos. Também veio salvaguardar grandes latifundiários que poderiam apoiar-se no princípio da função social da terra, ainda não muito claro.

1.3.1. A colonização da Amazônia - “Homens sem terra para terras sem homens”

Foi durante o período de expansão das fronteiras agrícolas, ainda sob o governo militar, que o país vivenciou gigantescos investimentos em infraestrutura. Também neste período o crédito rural era fartamente distribuído entre os grandes proprietários. O critério da propriedade como garantia para a concessão de créditos fazia com que apenas os grandes latifundiários se beneficiassem com os empréstimos a fundo perdido oferecidos pelo governo. Ao mesmo tempo, o escoamento da produção era garantido pelas obras públicas realizadas pelo Estado, que abria novas estradas, investia em pavimentações, na construção de redes de energia e implantação de indústrias de base para o setor agrário, como por exemplo, a agroquímica.

Afrânio Garcia Júnior, referindo-se ao Pernambuco dos anos 70 cita esta “facilidade dos ricos em arranjar dinheiro” acrescentando que tal fato “está associado aos créditos concedidos pelo banco do Governo” (GARCIA JÚNIOR, 1983, p.222). Estes créditos concedidos “pelo Governo” propiciam o aumento das terras dos grandes latifundiários, servindo também para comprar as terras de pequenos proprietários vizinhos.

A partir de 1964, com a elaboração do Estatuto da Terra e a retomada pelo Estado do “direito” de legislar sobre a propriedade privada da terra, um importante ponto é sinalizado na Lei 4.504: a necessidade de elaboração de planos regionais de reforma agrária. Após a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966, o Governo inicia a política de incentivos às grandes empresas nacionais e multinacionais que quisessem estender seus negócios na região. Um processo que se intensifica durante o governo Geisel (1974-1979), quando os incentivos são extremamente ampliados (PESSÔA, 2005).

Como a reforma agrária não era a prioridade do governo militar, a implementação do Estatuto da Terra foi sendo em parte adiada. Assim, apenas em 1969 foi criado o Grupo Interministerial de Trabalho sobre a Reforma Agrária (GERA), a partir de uma visita ao Brasil de uma missão da *Food Agricultural Organization* (FAO), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), quando foi sugerida a fusão do INDA com o IBRA, o que gerou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 09 de julho de 1970 (OLIVEIRA, 2007). Nesta fusão estava embutida uma estratégia para por em prática o plano do governo militar para estender parte do pacote econômico da Revolução Verde à região amazônica, onde precisavam superar o obstáculo da carência de força de trabalho para implementar grandes projetos agropecuários e agrominerais.

É importante ressaltar que:

(...) um dos dispositivos do Estatuto da Terra mencionava a ocupação das regiões pioneiras pelas populações excedentes nas áreas agrícolas de tensão social como a saída que o governo tinha e oferecia para aliviar essas tensões, especialmente no caso das regiões de minifúndios. (...) A área pioneira no Brasil era a região que foi em seguida definida como a Amazônia Legal (Martins, 1986:62).

A propaganda oficial do Governo divulgava a informação de que na região amazônica existiam terras em abundância às margens de grandes rodovias como, por exemplo, a Cuiabá-

Santarém, a Cuiabá-Porto Velho e a Transamazônica. Terras essas que “precisavam” ser colonizadas em nome da “segurança nacional”, pois, de sua colonização dependia a proteção contra a “penetração estrangeira”. Tratava-se também de uma estratégia para desafogar a região Nordeste, que, por sua estrutura fundiária extremamente concentrada, era foco permanente de tensões. Assim, o governo militar pretendia “fazer a reforma agrária do Nordeste na Amazônia” com o auxílio do INCRA e do Programa de Integração Nacional (PIN) que criou uma rodovia que ligava a região Nordeste à Amazônia (OLIVEIRA, 2007). Por este período, a pecuária se estendia em terras pernambucanas deixando trabalhadores rurais e pequenos produtores, como os estudados por Afrânio Garcia Júnior (1983), expropriados do direito de trabalhar na terra. Terras que, nesse momento, estavam sendo tomadas pelo gado. Por sua vez, ao ocupar as terras de trabalho dos agricultores, potencializava as tensões.

Dessa forma, o governo militar atuava em duas frentes estratégicas: primeiro esvaziava os conflitos pela terra (ao menos aqueles mais graves) à medida que deslocava os colonos da região de conflito para as terras da Amazônia; e, segundo, garantia mão-de-obra para os grandes empreendimentos instalados na região amazônica. Iniciava-se assim o projeto do general Médici de “levar os homens sem terra do Nordeste para as terras sem homens da Amazônia.” (Apud OLIVEIRA, 2007).

A princípio adotou-se uma política de colonização que incluía a criação de núcleos de povoamento. Através dessa política, entre 1970 e 1974, milhares de pessoas foram atraídas para a região amazônica, vindas de diversos estados brasileiros (PESSÔA, 2005). Esse projeto de “colonização” da Amazônia adotado pelo governo e administrado pelo INCRA pode ser resumido em dois projetos principais, que são o Projeto Integrado de Colonização (PIC) e o Projeto de Assentamento (PA).

O Projeto Integrado de Colonização (PIC) era direcionado ao povoamento da região ao redor da Rodovia Transamazônica. Este projeto promovia o assentamento das famílias, concedia empréstimos em dinheiro e prestava assistência técnica. Já o Projeto de Assentamento (PA) por sua vez apenas fazia a demarcação das terras dos colonos e, após a separação dos lotes, fornecia-lhes o documento de propriedade. Não prestava assistência técnica nem financeira (Op. cit.).

Uma grande parcela dos migrantes atraídos para a região amazônica não conseguiu ser inserida nos projetos de colonização do governo. Para estes trabalhadores “sobrantes” restou apenas a opção de tornar-se mão-de-obra à disposição das empresas agropecuárias ou minerais e dos grandes proprietários da região.

Para os colonos que conseguiram fazer parte dos projetos de colonização do governo a situação não foi muito diferente. Devido à falta de assistência financeira, de assistência técnica (como no caso do PA), à dificuldade de escoamento da produção e à falta de assistência médica e escolar, esses projetos não floresceram, deixando milhares de colonos nas mãos dos grandes proprietários (Op. cit.). Muitos vendiam seus lotes para tentar retornar às suas regiões de origem.

A partir do ano de 1973, com a queda do Ministro da Agricultura, Cirne Lima, o governo muda radicalmente seu projeto de colonização da região amazônica. Desativa a colonização na Transamazônica e intensifica uma política de colonização por empresas particulares. Inicia um processo de distribuição das terras da Amazônia para grandes empresários (PESSÔA, 2005). A partir deste momento, o governo militar consagra a renda fundiária como um dos fundamentos do processo de acumulação. Essa nova política do governo torna-se extremamente favorável à expropriação das populações rurais da região.

1.3.2 – Os reflexos da “revolução”

Conforme Alencar et. al. (1985), como consequência da crescente exploração empresarial do campo, incentivada pela nova linha política do governo militar, começam a se intensificar os conflitos por terra e surgem com mais frequência informações a respeito de conflitos em vários pontos do país. Neste período era possível medir os reflexos do processo de mecanização e industrialização da agricultura que, embora incipientes, já provocavam no Brasil problemas sociais extremos no meio rural e urbano. O processo de “modernização” da agricultura adotado com a Revolução Verde também se configurou, mais tarde, no grande responsável pela expulsão de um enorme contingente de trabalhadores rurais que, expropriados de suas terras ou simplesmente sem acesso às terras de trabalho, migravam para as grandes capitais em busca de trabalho e melhores condições de vida. A Revolução Verde, no entanto, não se restringe ao território brasileiro, tem origens internacionais e tampouco se

resume ao período em que as relações sociais e de produção são duramente afetados pela introdução massiva de fertilizantes, defensivos e maquinários agrícolas. Desde meados do século passado, os países ricos vêm intensificando o processo de industrialização da agricultura de países mais pobres na América Latina (ADAS, 1988). No Brasil, entretanto, estes reflexos são sentidos mais intensamente durante os anos 70. Notificam-se conflitos por terra em locais até então jamais afetados por esse tipo de confronto.

Neste contexto, grande número de trabalhadores que migravam em busca de um lote de terra para trabalhar e, então, se encontravam expropriados, iniciam um processo de resistência. A maioria destes trabalhadores, originária do Nordeste, já havia sido expulsa de outras áreas anteriormente (OLIVEIRA, 2007). Podemos dizer que a “Revolução Verde” do regime militar de 1964 deslocou o eixo geográfico da questão agrária, que de problema mais específico do meio rural, passou a manifestar-se com maior intensidade também nos ambientes urbanos.

1.4. Agricultura Familiar e Agronegócio

A agricultura familiar vem enfrentando vários problemas nas últimas décadas, resultado do modelo de desenvolvimento implantado pela Revolução Verde ou, nas palavras de Porto-Gonçalves, “revolução nas relações sociais e de poder por meio da tecnologia verde”. Dentre esses problemas, podemos destacar questões tanto ambientais quanto sócio-econômicas como, por exemplo, o aumento da devastação de ecossistemas, contaminação de solos e de lençóis freáticos pelo uso de fertilizantes e “defensivos” químicos que afetam tanto a saúde do trabalhador rural e dos consumidores destes produtos quanto o custo da produção. Podemos citar também a crescente dependência tecnológica que acompanha o “pacote” da revolução verde e, no caso do Rio de Janeiro mais intensamente, a pressão realizada pela especulação imobiliária.

Deste modo, as profundas modificações ambientais e sociais no cenário agropecuário fluminense das últimas décadas também decorrem diretamente do modelo de desenvolvimento implantado nacionalmente no campo, que por meio de políticas de incentivos e fomento à agricultura, aprofundou as relações capitalistas de produção no meio

rural, ampliando a contrapartida social deste processo por meio da degradação ambiental e das relações de trabalho.

Costa Neto, em estudo publicado no ano de 2007, aborda a relação entre agricultura familiar e capitalismo agrário, recorrendo a três correntes teóricas. A primeira delas refere-se à argumentação de Abramovay (1992), para quem “o desenvolvimento capitalista mina as bases do campesinato” em função do conflito entre a racionalidade econômica do capitalismo e o modo de vida camponês, onde predominam “relações de caráter extra-econômico” (COSTA NETO, 2007: 262). A segunda corrente é sustentada por Hugo Lovisoló (1989) para quem, segundo Costa Neto “a produção familiar camponesa é funcional ao capitalismo em termos sociais” (p.263) ao permitir que uma parcela significativa da sociedade se reproduza sem oneração ao capital. A terceira corrente sustentada por Costa Neto (1998, Apud, 2007) em artigo onde compara e critica as interpretações de Abramovay e Lovisoló e desenvolve a “concepção de funcionalidade/desfuncionalidade de todo tipo de produção familiar em face ao capitalismo no campo” (p.265), distingue a agricultura familiar camponesa de uma agricultura descrita por ele como *não-camponesa* em função do nível de tecnificação de sua prática agrícola. O autor explica que

(...) a funcionalidade entre agricultura familiar e capital decorre do fato de que os agricultores familiares fornecem trabalho gratuito à sociedade, através dos baixos preços de mercado de seus produtos, da comercialização precária e da insuficiência do crédito, que provocam a interceptação e imediata transferência da renda gerada na atividade produtiva sob a forma de trabalho agrícola. Este trabalho interceptado é transferido para a agroindústria e para a própria indústria urbana, redundando em fonte de acumulação de capital nestes dois segmentos empresariais. (COSTA NETO, 2007: 265)

No Brasil, a agricultura familiar representa importante segmento na economia interna em diversas cadeias produtivas e comporta o maior número de estabelecimentos agrícolas no país. Entretanto, este segmento da agricultura ainda não foi incluído de forma significativa nas políticas de incentivo à agricultura e desenvolvimento rural do governo brasileiro. Conforme Nelson Giordano Delgado (2007), a partir de 1994, com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), as negociações relativas à agricultura adquiriram peso significativamente alto em relação ao conjunto de negociações comerciais internacionais. Com a aprovação de um acordo internacional sobre agricultura estabeleceram-se os principais pilares sobre os quais se organizariam as negociações internacionais a respeito da agricultura.

Estes pilares são: apoio doméstico, acesso a mercados e subsídios à exportação. Com relação a eles, a agricultura familiar desempenhava um papel coadjuvante nas pretensões das políticas agrárias implementadas no país.

Todavia, Delgado aponta para o fato da experiência brasileira ser singular, pois o país possui dois Ministérios distintos para tratar dos mesmos temas, ou seja, duas abordagens diferenciadas para os assuntos agrários e agrícolas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que trata dos assuntos pertinentes à agricultura familiar e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), vinculado ao agronegócio. Na opinião do autor, significa “o reconhecimento tenso e conflitante pelo Estado e pela sociedade brasileira da existência (...) [de] dois tipos de agricultura que, embora não sejam independentes em sua dinâmica, são portadores de propostas antagônicas de desenvolvimento rural” (op. cit.: p. 177).

Ao analisar a agricultura familiar no Governo Lula, em comparação à grande produção de monoculturas, o autor avalia que neste período os interesses da agricultura familiar passaram a fazer parte da agenda política do governo juntamente com os do agronegócio e que:

(...) a mudança na política de negociações comerciais sobre agricultura no Governo Lula permitiu, pela primeira vez no Brasil, que os interesses da agricultura familiar estivessem presentes no processo de negociações, tanto através de representantes das organizações e movimentos sociais dos agricultores familiares, como de funcionários do MDA, sob a liderança direta do ministro do Desenvolvimento Agrário.

Nesse sentido, a experiência do primeiro Governo Lula representou, por um lado a urgência da incorporação do tema das negociações comerciais internacionais na agenda política das organizações e dos movimentos sociais dos agricultores familiares. (...)

Por outro lado, essa experiência governamental também significou uma ampliação das arenas de discussão e de decisão do processo da política pública para a agricultura familiar e um alargamento da esfera pública acessível aos representantes desses grupos sociais, expressando um esforço conjunto de organizações de agricultores e de segmentos específicos da burocracia estatal para dilatar a democratização do acesso a essas arenas. (Delgado, 2007: p. 186)

Entretanto, isto não significa que a agricultura familiar tenha alcançado um patamar de prioridade na agenda política, visto que o que se expressou durante esse governo foi apenas uma maior participação de outros segmentos populares no cenário e no debate político, considerando que:

O grande impasse contido na experiência de negociações comerciais internacionais e agricultura familiar no primeiro Governo Lula está em que os ganhos e avanços no processo não têm qualquer garantia de serem sustentáveis ao longo do tempo. E as ameaças à sua sustentabilidade agravam-se com as ambiguidades do Governo Lula nesta matéria e com o peso dos interesses do agronegócio na política doméstica e externa do governo.

(...) Assim sendo, o ganho de importância do Brasil nas negociações comerciais internacionais tem sido acompanhado por um processo crescente de monoculturização da produção de grãos no país e de intensificação do modelo tradicional de modernização da agricultura brasileira, fato que pode ser agravado pela atual prioridade de acelerar a produção de biocombustíveis, caso não seja acompanhada por regulação econômica e social adequada. (...) (Op. cit.: p. 192)

Durante o período de “modernização conservadora” a agricultura familiar foi “direcionada”, conforme Guilherme Delgado (2005), para o consumo interno, enquanto a monocultura recebia subsídios de políticas econômicas que beneficiavam a agricultura de exportação. Acontecia, portanto, um aprofundamento da relação entre agricultura, indústria e setor externo (agro-exportador). O autor também afirma que, na década de 1980, dentro de um processo de “ajustamento constrangido” a uma nova ordem econômica, as políticas agrícolas implementadas neste período de inclinações neoliberais foram concebidas como políticas de “desenvolvimento” econômico. Entretanto, tiveram como consequências a redução da agricultura familiar e sua transformação em atividade de subsistência.

Nesse período, o agronegócio volta a ser a prioridade da agenda política, tanto no que se refere à macroeconomia externa quanto à política agrícola interna. As políticas econômicas de caráter neoliberal, consequentes das políticas de “ajustamento constrangido” aumentam o distanciamento econômico e social entre a agricultura familiar e o setor do agronegócio.

Leite e Palmeira enfatizam que dentro do próprio Estado existem poderosos interesses agrários que prejudicam a realização da reforma agrária e mantêm a propriedade privada da terra como um grande negócio, o que consequentemente não permite a valorização da agricultura familiar como veículo de produção agrícola e de distribuição de renda e nega a valorização do trabalhador rural como produtor de peso significativo para a economia do país. Ao discutir a questão do desenvolvimento sob o panorama agrário do país, Leite et al. (2004) observam que a reforma agrária está inserida em um debate “polarizado” no qual os argumentos políticos influenciam os rumos do debate acadêmico de modo que os estudos, em

sua maioria, são realizados “de forma a verificar o ‘sucesso’ ou o ‘fracasso’ da política de assentamentos” (p. 22) e voltados quase exclusivamente para questões econômicas.

Embora não possamos descartá-la por completo, podemos nos esquivar da lógica exclusivamente econômica levando-se em consideração outros elementos – que também podem ser analisados do ponto de vista econômico, mas não somente deste – como, por exemplo, os “saberes” ou, na definição de Escobar (2005), o “conhecimento local (...) no contexto dos programas de desenvolvimento e conservação” (p.137) que compõe a noção de sustentabilidade ambiental. Esta noção é apresentada por Moreira (2007) como uma “matriz discursiva dominante e globalmente hegemônica” (p. 143) na forma pela qual esta noção é apresentada em relatório da ONU analisado pelo autor.

A partir desta matriz de pensamento, Moreira (2007) desenvolve o conceito de “renda da natureza”, dentro da qual o território ecossistêmico pode ser visualizado como “mercadoria ou ativo financeiro”. Desta forma o autor desenvolve a idéia de que “as assimetrias de poder na atual ordem capitalista globalizada tendem a colocar a determinação da renda da natureza para além dos domínios da propriedade privada e nacional” inserindo-a em uma ordem de caráter global como “uma espécie de patrimônio da humanidade tecido pelas teias dos mercados e do capitalismo financeiro transnacionalizado” (p. 144).

Sob essa nova lógica da natureza globalizada, o “lugar” tal como defendido por Escobar em suas dimensões cultural, econômica e biológica seria *homogeneizado* sob uma visão econômica. Desse modo, os temas preservação ambiental e segurança alimentar não devem ser incluídos somente na esfera da reforma agrária, haja vista que estaria inserida sob uma perspectiva ecológica em função das próprias características da agricultura familiar, como “potencialmente conservadora dos recursos naturais”, pelo baixo impacto ambiental de sua produção (DIEGUES, 2001). Neste sentido, a questão ambiental e de segurança alimentar deve ser incluída, sobretudo e, principalmente, na esfera do agronegócio, que com sua monocultura direcionada para o mercado externo, segundo dados recentes (MAY e LIMA, 2007) vem provocando um aumento significativo na degradação de recursos naturais – como, por exemplo, tem sido verificado no aumento do desmatamento da floresta Amazônica nas áreas de expansão da soja subsidiada por recursos governamentais. O tema dos organismos geneticamente modificados (OGM) – ou como os classifica Porto-Gonçalves, “organismos laboratorialmente modificados” – também deve ser levada em consideração, tendo em vista

prováveis impactos ambientais ainda não devidamente debatidos com a sociedade¹⁸.
Conforme Porto-Gonçalves (2005)

“Trata-se de um tema estratégico (...) [que] não pode ser resumido ao debate acerca da poluição do ambiente, em si mesmo importante. É um tema rigorosamente vital para todos os que se colocam numa perspectiva emancipatória (...). Diz respeito à possibilidade que se coloca de separar a produção do alimento da sua reprodução por meio das sementes industrializadas.” (2005: p. 28).

Considerando os autores abordados, é possível dizer que a reforma agrária, compreendida como política direcionada à agricultura familiar, nunca esteve tão repleta de sentido como na atualidade, seja econômico, social ou ecológico.

Cabe assim, reavaliar a dimensão que se pretende incumbir à agricultura como promotora de *desenvolvimento* social e econômico. E, por outro lado, é necessária uma clara definição do que se entende por desenvolvimento e, principalmente, esclarecer o tipo de desenvolvimento pretendido.

Se considerarmos como desenvolvimento o modelo dos pacotes econômicos propostos pela doutrina neoliberal de mercado, o atual modelo de agronegócio incentivado por subsídios governamentais e pela participação crescente de empresas multinacionais cumpriria um papel de destaque no desenvolvimento do país, especialmente no que se refere ao processo descrito por Flexor (2007) como a “transnacionalização do sistema agroalimentar brasileiro” (p. 281). Entretanto, considerando o conceito de desenvolvimento econômico tal como defendido por Maluf (2000) a partir da idéia de *melhoria e processo*, como sendo “o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo” (p. 71), à agricultura familiar poderia ser atribuído um grande papel no desenvolvimento tanto econômico quanto social do país.

¹⁸ A saber, as sementes denominadas *terminator*, plantas estéreis (geneticamente modificadas) com mecanismos de restrição reprodutiva. Greenpeace, (2008) e AS-PTA (2007).

1.5. A Luta pela Terra no Rio de Janeiro a partir dos Anos 80

Quando o regime militar caminhava para o fim, as mobilizações camponesas já se faziam presentes em algumas regiões do país. Uma ocupação coletiva de fazenda foi realizada no Rio Grande do Sul no ano de 1979, terminando com o assentamento de 600 famílias em 1983 (ainda durante o regime ditatorial). No mesmo ano, no Rio de Janeiro ocorreu a ocupação de uma fazenda em Cachoeiras de Macacu. Com o fim do regime militar ocorre a retomada das lutas por terra em todo o país. O interessante a destacar é que as primeiras ocupações de terra realizadas nos anos 80 ocorrem em áreas marcadas por conflitos no período anterior ao golpe de 1964. Muitas áreas são as que foram “devolvidas” aos proprietários durante o governo militar.

Conforme Alentejano (2005), os conflitos por terra nas regiões metropolitanas do estado do Rio de Janeiro ocorriam, de início, principalmente em função dos trabalhadores subempregados, desempregados ou aposentados com baixíssimos salários destas localidades que buscavam conseguir um local de moradia que os livrasse do aluguel.

A partir dos anos 80 e durante os anos 90, os conflitos adquiriram um tom mais urgente quando se juntaram ao grupo anterior aqueles trabalhadores da periferia urbana, que buscavam não somente uma saída para o aluguel, mas também o acesso à terra como alternativa de sobrevivência. “Na medida em que conseguiam algum sucesso na permanência na terra, as áreas de resistência se constituíam em exemplos a serem seguidos e incentivavam a vinda de mais posseiros para a região, gerando inclusive um novo fenômeno: as ocupações”. Segundo Alentejano (op. cit.) esse fato adquiriu mais ênfase a partir da (re)organização do MST no estado, que já havia tentado se organizar no Rio de Janeiro na década de 1980, sem sucesso, retornando nos anos 90, quando teve melhor desempenho.

Assim, a partir dos anos 80, os grupos demandantes por terra reapareceram com mais ênfase no estado, realizando novas ocupações. A primeira grande ocupação do Rio de Janeiro após o golpe militar ocorreu no período denominado “de abertura”, no município de Cachoeiras de Macacu, na fazenda São José da Boa Morte, em 1979, onde participaram basicamente trabalhadores de origem rural da região. A esta se seguiram outras ocupações, que em sua maioria ocorreram nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé com o mesmo perfil da primeira. Entretanto,

(...) ao contrário dos anos 50/60, quando o confronto envolvia basicamente posseiros e grileiros, nos anos 80 o conflito se dará em função da ação de desempregados e subempregados dos bairros pobres da periferia das cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro que, sem alternativas diante da profunda crise sócio-econômica do início dos anos 80, realizam uma série de ocupações de terra na região (ALENTEJANO, 2005).

Os trabalhadores organizados em movimentos sociais continuaram lutando e ocupando terras nos anos 90. Nesse período, diversas dessas ações, principalmente as praticadas por trabalhadores organizados pelo MST, ocorreram no interior do estado, mais precisamente nas regiões Norte e Sul Fluminense. Nestas regiões era marcante a existência de fatores potencializadores de conflitos, tais como a tradição da monocultura para exportação, a expropriação de pequenos produtores – cujas terras eram englobadas por grandes companhias agro-exportadoras –, a incidência de trabalho em condições análogas à escravidão e de trabalhadores submetidos a péssimas condições de vida e trabalho em função dos baixos salários etc. Eram regiões cujas características de grande concentração fundiária e alto índice de exploração da força de trabalho traçavam as condições favoráveis à expansão do movimento, facilitando as ações de convocação de trabalhadores para as ocupações de terra e luta por melhores condições de vida.

As ações desses grupos se direcionaram mais para o interior do estado, segundo Alentejano (2005), em função da dificuldade agregada à disputa pela crescente urbanização do território. Todavia, as disputas por terra na Baixada Fluminense continuaram, e ainda existiam muitas áreas de conflito, tendo um deles culminado na ocupação de Campo Alegre, em 1984, que foi responsável pela ação do Governo Estadual de criar uma política agrária para o estado do Rio de Janeiro. Após esta ocupação, outras se seguiram, como as fazendas Boa Esperança, em Japeri, do Barreiro, em Paracambi (atual Vitória da União), da Conquista, em Valença, Pedra Lisa, em Nova Iguaçu, e Mutirão da Fé, em Queimados. Foi também em meio a esse processo de interiorização¹⁹ que ocorreu a ocupação no município de Miguel Pereira, onde foi constituído o acampamento *Terra Prometida*, em 1999.

Alentejano (op. cit.) enfatiza que “as lutas por terra na Baixada provocaram disputas políticas e deram visibilidade à questão agrária fluminense, no mesmo momento em que a questão da terra era um dos principais temas em disputa no quadro político nacional, ao mesmo tempo em que demonstra seu caráter rur-urbano desde os primórdios”. Para Alentejano, o período das ocupações próximas a regiões metropolitanas reflete as dificuldades

¹⁹ Ver ALENTEJANO (2005).

enfrentadas pelo MST em sua primeira investida no estado, ao se deparar com um território “tão fortemente marcado pela urbanização e a metropolização”. Dessa forma, para o autor, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teria se afastado dos grandes centros urbanos para não perder sua característica de movimento social rural. Ele aponta ainda a ocupação feita em Miguel Pereira como “uma ocupação secundária dentro da estratégia do MST” e suas pretensões para o estado do Rio de Janeiro.

Isso tudo porque, segundo o próprio Alentejano,

(...) o que se observa no Rio de Janeiro é a existência de uma expressiva quantidade de terras improdutivas e de boas condições, principalmente para a produção de olerícolas e criação de pequenos animais, porém, o processo maciço de expulsão de trabalhadores do meio rural fluminense ocorrido nos últimos anos faz com que a realização de um processo de reestruturação fundiária tenha necessariamente que incorporar trabalhadores que se encontram hoje desempregados e subempregados nas cidades fluminenses (ALENTEJANO, op. cit.).

Trabalhadores na condição de “desempregados” e “subempregados” que são maioria nas ocupações de terras promovidas pelo MST no estado do Rio de Janeiro também estavam em grande número na ocupação no município de Miguel Pereira que deu origem ao acampamento Terra Prometida no final da década de 1990.

1.5.1. A construção de novas “territorialidades”

Segundo Porto-Gonçalves (2007) a questão agrária na atualidade está “urbanizada”, o que torna necessário uma abordagem diferenciada das que até então se vêm utilizando. Para José Graziano da Silva (2007) não se deveria falar em “urbanizada”, embora não negue o caráter “urbano” da maioria dos que expressam a questão agrária no debate político. O ponto central para este autor não seria sua urbanização, mas sua “regionalização”. Assim, Silva afirma que

(...) a questão agrária brasileira não é mais uma questão nacional, mas regional. Ou mais especificamente, do Nordeste Semi-Arido brasileiro. Uma política de assentamentos só se justifica a nível nacional, como uma política de geração de empregos, pois não há outra ‘porta de saída’ para milhões de famílias extremamente pobres nas áreas menos desenvolvidas do País – independentemente da região geográfica onde localiza. Porque é nas periferias das áreas metropolitanas e nas zonas rurais, nos grotões (...) que se concentra hoje os maiores índices de miséria e fome do País. E não há outra

política pública capaz de dinamizar esses locais, fornecendo casa, comida e ocupação a uma população sem qualquer outra possibilidade de inserção produtiva na sociedade do século XXI (p.03).

Seus argumentos demonstram uma percepção um tanto quanto simplificadora de uma questão mais ampla do que uma simples regionalização da pobreza. A questão agrária, conforme Alentejano & Delgado (2007), continua tendo em sua essência uma estrutura fundiária de séculos de concentração de terras nas mãos de uma elite privilegiada enquanto a maior parte da população sem acesso à terra se vê em situação de dependência, “nas periferias das áreas metropolitanas e nas zonas rurais, nos grotões” vivendo sob “os maiores índices de miséria e fome do País” (G. SILVA, op. cit.). Segundo José de Souza Martins (1986 e 1990), que mais recentemente chegou a negar a permanência da questão agrária na atualidade (Op. cit., 2004), a questão agrária é uma questão *estrutural* e como tal ela não pode ser regionalizada. Pode, pois, apresentar suas especificidades em determinada região, como é o caso do estado do Rio de Janeiro (ALENTEJANO, 2003), onde os conflitos por terra dos anos 50 ocorreram principalmente em áreas em processo de urbanização, mas em sua essência sempre esteve uma estrutura fundiária secular.

No caso específico da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro é importante considerar que apesar de ser comumente associado ao urbano (ALENTEJANO, 1997), manifestam-se no estado várias expressões da questão agrária. É possível perceber elementos comuns no que se refere a outros estados do país, apesar das especificidades características do Rio de Janeiro. Assim é possível dizer que as afirmações de Silva parecem corretas se considerarmos as especificidades com que a questão agrária se apresenta em diferentes regiões, entretanto, é claro que existem elementos comuns presentes de uma forma geral em todos os casos em que a questão agrária se apresenta.

Conforme a definição dada por Delgado durante a Conferência Internacional Vozes de Nossa América, em sua forma geral, a questão agrária apresenta-se como relativa à “questão dos ‘camponeses’ no capitalismo, ao lugar dos ‘camponeses’ no sistema capitalista de produção” (ALENTEJANO e DELGADO, 2007) e, deste modo, assim como as relações comerciais e de produção dentro do sistema capitalista globalizado perdem sua referência ao lugar, estes camponeses/trabalhadores rurais, dentro do mesmo sistema capitalista de produção, encontram-se cada vez mais deslocados de sua referência ao local, ao lugar. Suas raízes desvinculam-se de seu lugar de origem, posto que estes trabalhadores se deslocam,

obrigados por necessidades além de sua compreensão, do rural para o urbano, que se confunde em sua subjetividade com a perda da referência do lugar dentro de relações globalizadas.

Deste modo, ao definir a questão agrária atual como “urbanizada”, Porto-Gonçaves baseia-se em exemplos de manifestações sociais que atribui à questão agrária e que se expressam nas regiões metropolitanas. Manifestações da condição de extrema pobreza em que vive uma grande parcela da população nos centros urbanos, resultante da expropriação sofrida por trabalhadores rurais obrigados a migrar, algumas décadas atrás, para as cidades em busca de melhores condições de vida e trabalho. Esta expressão da questão agrária se torna latente e adquire maior visibilidade na sociedade atual a partir das ações dos movimentos sociais rurais, que se manifestam nos centros urbanos denunciando o caráter agrário da *questão social* que observamos nas cidades.

Os dados preliminares do Censo Agropecuário de 2006²⁰ mostram que o estado do Rio de Janeiro possui 2.629.365 hectares pertencentes a estabelecimentos agropecuários, sendo 604.005 hectares de lavoura, 1.605.959 hectares destinados a pastagens e 419.401 hectares divididos entre matas, florestas e outras áreas não utilizadas, segundo os dados do IBGE. Os dados demonstram que, apesar do estado do Rio de Janeiro ser considerado um estado predominantemente urbano²¹, possui consideráveis extensões de terras cultiváveis.

Como tema intrigante e polêmico, a classificação do rural e do urbano tem despertado o interesse de muitos pesquisadores no Brasil e no mundo. Apesar de tema recorrente nos círculos acadêmicos brasileiros, a definição do que seja rural ou urbano não encontra consenso tanto neste espaço quanto nos ambientes mais técnicos dos especialistas e estudiosos do “planejamento urbano”. A própria legislação não é suficientemente clara sobre o assunto. Vigente desde o “Estado Novo”, o decreto-Lei 311 de 1938 define como cidade ou área urbana as sedes dos municípios. Na atualidade, existem muitos interesses políticos e econômico-tributários envolvidos nos processos emancipatórios “em massa” que fazem surgir novas cidades ou áreas urbanas, tornando insuficientes as linhas geográficas como divisórias entre o rural e o urbano. Essa separação físico-espacial não é suficiente para englobar os

²⁰ IBGE. “Censo agropecuário 2006”. Resultados Preliminares. In: www.ibge.gov.br.

²¹ ALENTEJANO, P. R. “Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro”. In: Revista eletrônica da AGB, ano 1, Niterói, jan-jun/2005 – http://www.agbniteroi.org.br/Revista1/rfg1_texto7.htm

processos complexos que penetram e ultrapassam as fronteiras destes espaços socioeconômicos.

Os conceitos de rural e de urbano estão relacionados tanto a aspectos antropológicos, culturais, filosóficos, quanto a demográficos, geográficos, sociais e econômicos. Do ponto de vista político ou, melhor dizendo, sob a ótica da política urbana, a definição de áreas urbanas é um debate que ainda não ultrapassou os critérios estabelecidos pelo decreto lei 311 de 1938, cuja classificação abrangente permite uma confusão metodológica na definição de regiões urbanas. Se a definição *oficial* de urbano, a partir desse decreto, classifica como cidades todas as sedes de municípios, não levam em consideração as características, tanto estruturais quanto funcionais destes espaços (GONÇALVES et. al., 2005), pondo, por exemplo, no mesmo patamar classificatório “o Município de São Paulo que tem 10,7 milhões de habitantes e é parte de uma metrópole de 17 milhões quanto pequenos ajuntamentos” com um número ínfimo de pessoas (PNDU, 2004: p. 46). O rural, por sua vez, seria tudo o que não fosse relacionado ao urbano, aparecendo em oposição a ele.

No Censo Demográfico de 2001, já constavam no Brasil 5.507 cidades. Isto porque, politicamente, no Brasil as cidades se definem por critérios “estritamente administrativos” (VEIGA, 2002) e o rural, neste contexto, é tudo aquilo que não se encaixa na descrição de cidade. Do ponto de vista sociológico, o urbano e o rural aparecem para alguns estudiosos em uma relação de oposição.

Para Caio Prado Júnior (1986) é uma dialética econômica a responsável pela estrutura do rural brasileiro. Nas relações sociais interferem os resquícios de cunho colonial, o que responde por uma divisão profunda entre a população rural e o restante da população não rural. Temos em Caio Prado Júnior a referência a uma forma de conexão entre o rural e o urbano. Referindo-se aos trabalhadores assalariados da economia agrária, este autor via um cunho de modernidade dentro do rural, capaz de romper com os resquícios coloniais deixados em nossa sociedade.

José de Souza Martins (1986) entende por rural o que está intrinsecamente relacionado às circunstâncias e condições sociais em que esta noção foi elaborada. Segundo este autor, a sociologia rural tende a uma visão sustentada na contraposição entre urbano e rural, pois ao formular o rural como objeto do conhecimento, a sociologia estaria se pautando em uma forma de conhecimento que expressa a dominação do urbano sobre o rural. Sob outra ótica

mais radical, cujo destaque atribuo ao texto de Sorokin, Zimmerman e Galpin²², também temos o urbano sobrepondo-se ao rural, visto como inerte, imutável e imune à influências externas, como um mundo fechado em si. Para esta corrente, toda a dinâmica social é proveniente dos centros urbanos.

Diferente de Sorokin, Zimmerman e Galpin e tendo em vista os fatores observados no acampamento Terra Prometida, desenvolvo neste trabalho uma visão de complementaridade sobre o urbano em relação ao rural. Concebendo, desta forma, a relação rural-urbano, sendo estes, rural e urbano, entendidos como processos que se observam em comportamentos e práticas, como uma identidade histórica que se constrói associada a modos de vida que se modificam em conformidade com a dinâmica tempo-espacial, tomo aqui como base teórica a visão de autores como Francisco Duran (1998), para quem a ruralidade tem se mostrado na atualidade como uma construção social, mas que, além disto, também está vinculada a questões de cunho histórico, político, econômico e territorial a partir do redimensionamento da concepção de rural.

A modernidade “globalizante” traz consigo uma acelerada troca de informações (GIDDENS, 1991) e a agilidade nas formas de comunicação e transporte, agiliza também a mobilidade entre fronteiras. Daí dizermos que a modernidade é globalizante, pois rompe fronteiras, liga espaços, indivíduos e culturas. Assim, rompe também as fronteiras entre o urbano e o rural e intensifica as trocas entre estes espaços que se reorganizam. Diante disto, não há uma contraposição ou a suplantação do rural pelo crescimento da urbanização como afirmam alguns estudiosos do assunto, mas o surgimento do que autores atuais chamam de uma *nova ruralidade*²³.

Se entendermos ruralidade como algo histórica e socialmente construído, a *nova ruralidade* a que se referem Veiga (2002, 2004a e 2004b) e Wanderley (2000) difere-se apenas por ser construída em contexto sócio-cultural e político-econômico diferenciado. Mesmo não superada a oposição rural-urbano como oposição do atraso ao moderno, hoje temos outros olhares que também associam ao rural elementos lúdicos de vertente ecológica, de lazer, lugar de uma opção de vida e, logicamente, de trabalho, em meio à incapacidade do urbano proporcionar trabalho para todos. Mais do que uma *opção* de vida, o rural se torna

²² SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C. e GALPIN, C. (1986) “Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano”. In. MARTINS, J. S. Introdução Crítica à Sociologia Rural.

²³ Veiga, 2002, 2004a e 2004b; Wanderley, 2000.

uma *possibilidade* de vida e trabalho frente ao esgotamento da capacidade de acolhimento do urbano, um urbano que vem convivendo com o aumento do subemprego, desemprego estrutural²⁴ e um proporcional aumento do número de miseráveis que vivem nas metrópoles das grandes cidades.

Para os trabalhadores do acampamento Terra Prometida, compreendendo o sistema de relações e inter-relações que articulam as formas de convivência sustentando o espaço deste acampamento rural em meio a comunidades urbanas e considerando a formação de consciência, a construção de identidades e as relações sociais e político-econômicas vividas por estas famílias no ambiente do acampamento e suas inter-relações com o ambiente externo, foi possível perceber ali uma relação entre o rural-urbano que ultrapassa o plano da oposição partindo para a complementaridade. Relação esta que nos direciona para a percepção de continuidades e rupturas entre os dois espaços eco-sócioeconômicos e políticos. Entendo assim, a partir da “realidade” estudada, o rural e o urbano não como espaços geográficos distintos, mas como espaços idealizados e construídos, frutos de uma construção coletiva em função de necessidades específicas, tanto materiais quanto simbólicas.

Nesse sentido, conforme mencionado anteriormente, o urbano surge como uma extensão do rural, um rural construído coletivamente dentro e fora dos espaços geograficamente determinados. Nesse sentido os espaços se complementam e garantem um a existência do outro. Quando um trabalhador acampado utiliza o trabalho nos “bicos” realizado em um ambiente externo ao acampamento, com suas atividades “urbanas” para garantir que suas atividades rurais tenham continuidade, nos demonstra para além da “consciência camponesa”, os limites simbólicos da atual “territorialização” do rural. E a terra de trabalho aparece para as famílias dos trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida como o lugar de materialização da força de trabalho, com a finalidade de manutenção do lote. Notemos que aqui a expressão terra de trabalho toma novo significado, diferenciando-se do significado atribuído à expressão pelos trabalhadores estudados por Garcia Júnior (1983), mas continua sendo essencial para a manutenção do *status quo* de existência como trabalhador rural. Essa nova terra de trabalho intensifica-se ao ultrapassar os limites tanto do lote quanto do rural. Ela estende-se e se “territorializa” para outros locais onde a força de trabalho destes

²⁴ ANTUNES, Ricardo (1995) Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.

trabalhadores rurais Sem Terra se materializa com a finalidade última de manutenção dos lotes.

Deste modo, a terra de trabalho, a terra onde esses trabalhadores rurais podem materializar sua força de trabalho, não necessariamente precisa estar no lote, como as terras de trabalho dos trabalhadores estudados por Garcia Júnior (Op. cit.) não estavam necessariamente nos próprios sítios. Entretanto, mesmo que a terra de trabalho possa estender-se para além dos lotes dos trabalhadores rurais, ela depende da existência dos lotes para que possa existir como uma terra de trabalho camponesa, pois trata-se de uma área constituída para a materialização da força de trabalho, a partir de uma realidade muito específica.

CAPÍTULO II

A Terra Prometida

*“Poder dormir
Poder morar
Poder sair
Poder chegar
Poder viver
Bem devagar
E depois de partir poder voltar
E dizer: este aqui é o meu lugar
E poder assistir ao entardecer
E saber que vai ver o sol raiar
E ter amor e dar amor
E receber amor até não poder mais
E sem querer nenhum poder
Poder viver feliz pra se morrer em paz”²⁵*

Na madrugada de vinte e oito de novembro de 1999 desembarcavam no município de Miguel Pereira cento e cinquenta e três famílias, trazidas em ônibus fretados e acompanhadas por um caminhão que transportava seus pertences pessoais e a lona preta necessária para a construção de seus barracos. O destino era a Fazenda Santana, uma grande extensão de terras planas – incomum àquela região do sul fluminense – com capacidade para comportar um grande número de famílias, e cujos indícios de improdutividade levaram os organizadores da ocupação a acreditar em uma rápida ação desapropriatória. Aquela noite não podiam imaginar que após quase dez anos ainda estariam esperando por uma ação da justiça que concretizasse o assentamento das famílias.

Essa é parte da história das famílias de trabalhadores, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que vieram a formar um acampamento rural

²⁵ “A Terra Prometida”, letra de Vinicius de Moraes.

demandante de reforma agrária no Rio de Janeiro. Esses homens, mulheres e crianças construíam e reconstruíam seus sonhos, metamorfoseados nos barracos de lona que erguiam a cada vez que precisavam fazer o acampamento “ressurgir” em outro local. Miguel Pereira foi a primeira ocupação de que participou a maioria destas famílias. E tão certos estavam de que também seria a última que batizaram o local escolhido de “Terra Prometida”, como se já a tivessem conquistado, mas esta ocupação foi apenas a primeira de uma série que para eles “parecia interminável”.

Atualmente o acampamento é composto por setenta e quatro famílias de trabalhadores rurais Sem Terra – conforme eles próprios se denominam. Trabalhadores rurais que, apesar de viverem no estado do Rio de Janeiro, veem sua história se repetindo há décadas em quase todos os estados brasileiros, como resultado de uma estrutura fundiária arcaica, concentradora, repleta de desigualdades e injustiças sociais. Uma história que diz respeito não somente a estas famílias de trabalhadores rurais Sem Terra, homens, mulheres e crianças de nosso país, mas a toda a sociedade brasileira, não porque os seus problemas se reflitam na vida social e econômica do país como um todo, mas, principalmente, porque *são o reflexo dessa* realidade social e da forma como ela vem sendo conduzida através de cinco séculos de história.

2.1. Fatores que Contribuíram para a Ocupação em Miguel Pereira e o Surgimento do MST/RJ

Quando diversas lutas sociais voltavam a ser travadas no cenário nacional na década de 1980, a reforma agrária voltou a ocupar os espaços públicos com intensidade superior à desenvolvida por seus atores antes do golpe militar de 1964. Assim como em outras partes do país, também ocorriam lutas por terra no estado do Rio de Janeiro, com trabalhadores organizados pleiteando acesso à terra. Destas reivindicações, surgiam os acampamentos e, por vezes, os assentamentos de reforma agrária. Foi assim que ocorreu na década de 1980 o auge das ocupações de terras no estado.

As ocupações geraram diversos assentamentos, inclusive no município de Miguel Pereira e seus arredores. Estes assentamentos foram de fundamental importância para a

ocupação da Fazenda Santana, que deu origem ao acampamento Terra Prometida. Desse modo, a escolha do local que seria ocupado não foi ao acaso, pois se tratava de uma área estratégica, para além de seus adjetivos geográficos descritos anteriormente. Isso pode ser percebido claramente na fala de um antigo membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), hoje coordenador estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Rio de Janeiro:

Foram, sobretudo, os sem terra do município de Japeri que fizeram a ocupação em Miguel Pereira acontecer. Fizemos reuniões em igrejas – eu me lembro perfeitamente de uma delas. Tivemos reuniões em um acampamento em Japeri e uma das figuras que teve uma presença ali foi o *P* que tinha sido da coordenação do MST anteriormente. A organização dos trabalhos foi feita sobretudo no município de Japeri. (...)

Na própria decorrência daquele curso anterior que teve na década de 1980 de conquistas de muitas áreas naquela região, ali próximo, no próprio município de Miguel Pereira tem um assentamento daquele período. Um dos últimos assentamentos decorrentes daquele ciclo de lutas que é o Paes Leme. As ocupações que resultaram em assentamentos criaram naquela ocasião o que nós chamamos de uma mobilização de luta pela terra. E os próprios assentamentos serviram de retaguarda para a organização de novas famílias²⁶.

Na região Sul Fluminense, nesse período, já existiam assentamentos rurais como o assentamento Vitória da União e o Nova Esperança, no município de Japeri. A princípio serviram de pontos de encontro para a realização das reuniões de frente de massa²⁷. Era também desses assentamentos que saíam pessoas encarregadas de convidar mais gente para participar dos encontros, divulgando os locais e horários das reuniões seguintes, atingindo basicamente os habitantes de localidades próximas.²⁸

Para os moradores destas localidades era sugerido que convidassem seus amigos, parentes e outras pessoas conhecidas para que também participassem das reuniões de frente de massa, construindo uma espécie de rede de contatos²⁹ mais abrangente e provavelmente mais

²⁶ Entrevista realizada em 13 de Junho de 2008, na capital do Rio de Janeiro.

²⁷ Reuniões de preparação para as ocupações, nas quais são fornecidas para as pessoas que pretendem participar da ocupação informações sobre os procedimentos de entrada na área a ocupar, construção do acampamento, assim como os possíveis problemas a enfrentar tanto no ato da ocupação quanto durante a permanência como acampados.

²⁸ Esse trabalho de divulgação e convite para novos participantes é chamado por militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de trabalho de base.

²⁹ Marcelo Hernandez, se remetendo a Menezes (1991) chama este tipo de contato de “redes de amizade, vizinhança e trabalho para divulgação dos encontros” – (ERNANDEZ, 2005: 11)

eficaz. Depois da ocupação realizada, os assentamentos próximos serviriam de apoio tático às famílias acampadas, auxiliando com alimentação e envio de pessoal para os casos de enfrentamento contra despejos.

O assentamento que mais contribuiu para a ocupação da Fazenda Santana, como fica evidente no trecho da entrevista acima, foi o assentamento Paes Leme, de Miguel Pereira, de onde os assentados articularam meios de organizar pessoas para participar da ocupação e colaboraram com o fornecimento de alimentos para as famílias durante os primeiros dias de acampamento.

O assentamento Paes Leme foi o fruto de lutas ocorridas no estado no período do primeiro governo de Leonel Brizola, em um momento em que a questão agrária se redefinia no país apresentando novos contornos. No Rio de Janeiro não foi muito diferente. Vinculadas à situação geral do país, as questões fundiárias preenchiam o cotidiano do judiciário com ações impetradas na justiça e também boa parte das manchetes dos noticiários impressos e telejornais, que divulgavam os fatos decorrentes da “luta” pela terra. Nesse momento, a concorrência entre os governantes estaduais era muito forte tendo em vista a possibilidade de sucessão presidencial por via eleitoral direta.

Dessa forma, as manifestações populares precisavam ser respondidas e os conflitos eliminados do modo mais sutil possível. Adotando atitude assistencialista e postura populista³⁰, o governador Brizola passou a intervir diretamente nas negociações com os trabalhadores rurais e também a participar dos debates sobre reforma agrária no estado.

O perfil do que viria a se tornar o MST no estado do Rio de Janeiro começava a se esboçar com a retomada da luta pela terra no estado, embora nesse momento as ocupações de terras ocorressem, na maioria das vezes, sob o nome de “mutirões” e organizadas principalmente pela CPT. Esse foi o caso de Campo Alegre, onde a ocupação foi organizada, a princípio pelo Núcleo Agrícola Fluminense (NAF) – um movimento organizado “em Duque de Caxias, em 1978, por lideranças camponesas que antecederam o golpe militar de 1964, descontentes com a representação sindical e apoiadas pela Igreja” (PEREIRA DOS SANTOS, 2008:23) – em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

³⁰ Novicki (1992)

O depoimento de um militante que vivenciou esse período deixa transparecer que esta também é a visão dos remanescentes dos “mutirões”, hoje militantes do MST:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra teve seu início no bojo dessas lutas que aconteceram na baixada, que teve como centro Campo Alegre. Campo Alegre foi a grande luta que envolveu um número muito grande de famílias e que pelas características do território que estava fragmentado nas mãos de diversos grileiros, foi uma conquista paulatina do território que compunha Campo Alegre. Então vai se ocupando Campo Alegre e vai se construindo a organização – digamos assim – ainda dentro de Campo Alegre³¹.

Campo Alegre foi um grande loteamento urbano em Nova Iguaçu, nos anos 50, mesmo não dispondo da infraestrutura da “urbanização”. Era composto por mais de 20.000 pequenos lotes urbanos, cujo projeto do loteamento não se viabilizou. No momento da ocupação a área estava praticamente toda tomada por apenas cinco grileiros que utilizavam as terras como pasto. Por se tratar de um território amplo, com cerca de 3.500 hectares (PEREIRA DOS SANTOS, 2008), a ocupação não conseguiu garantir a tomada de toda a área. Assim, “o restante do território, à medida que se acumulavam forças, foi sendo ocupado. O processo durou cerca de um ano. É interessante ressaltar que foi o acúmulo de forças da organização que permitiu a ocupação de Campo Alegre”³².

As primeiras ocupações do estado ocorreram em áreas que haviam sido conquistadas antes do regime militar, das quais, após o golpe, os trabalhadores foram expulsos e as terras devolvidas aos antigos “proprietários”, como no caso de São José da Boa Morte.

Teve uma luta antes de Campo Alegre em que a CPT esteve pessoalmente envolvida, que foi a luta pela ocupação de São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu. Isso foi lá pelo início dos anos 80 e teve o envolvimento da igreja, do padre J., que chegou a ser coordenador da CPT. Era a retomada de uma luta, da ocupação de uma terra que tinha sido desapropriada antes da ditadura e que foi retomada naquele momento, exatamente no início dos anos 80. Essa também foi uma luta significativa. Alguns anos antes, mas significativa³³.

Todo esse processo de ocupações e mobilizações antecedeu a constituição do MST no estado, que se deu em dois momentos: o primeiro, logo após o Congresso de Trabalhadores

³¹ Entrevista realizada em 1º de Junho de 2008, na Sede do INCRA/RJ, por ocasião da Vigília dos Movimentos Sociais.

³² Entrevista realizada em 13 de Junho de 2008, na capital do Rio de Janeiro.

³³ Ibidem.

Rurais que oficializou a constituição do Movimento, em 22 de janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná, a partir do qual se formou uma comissão composta por representantes da CPT e de trabalhadores rurais do Rio de Janeiro para contribuir com a organização do movimento no estado. O segundo, ocorreu a partir de 1997, com a indicação de novos militantes vindos principalmente do estado de São Paulo e que ficaram responsáveis por reorganizar o MST no Rio de Janeiro para a retomada das ocupações de terras.

Muitos militantes e dirigentes estaduais atribuem à ocupação de Campo Alegre a gênese do MST no estado, embora saibamos que foi realizada sob outra nomenclatura de movimento. Talvez a proximidade da CPT com praticamente todas as lutas por terra no período e o fato de muitos membros das antigas organizações que promoviam ocupações de terras no estado hoje fazerem parte do quadro de militantes do MST, tenham contribuído para a gênese desse pensamento.

Ainda que essas lutas não estivessem vinculadas diretamente ao surgimento do MST no estado, contribuíram significativamente para a formação de consciência e o acúmulo de experiências daqueles que viriam a ser seus militantes.

2.1.1. A ocupação em Miguel Pereira

A partir de indicações dos próprios assentados de Miguel Pereira, foi identificada a área que se pretendia ocupar mais tarde: uma fazenda com área suficiente para comportar um grande número de famílias e que apresentava indícios de improdutividade³⁴. A informação que chegara à Secretaria Estadual do MST/RJ no ano de 1998 era a de que nas proximidades do assentamento Paes Leme existia uma área sem qualquer tipo de produção ou criação e sem caseiro ou vigias a guardá-la. Era uma grande área plana, o que se configurava raridade para a região sul fluminense, com seus morros e baixadas alagadiças. Logo, foi definido um grupo responsável por pesquisar a área. Deveriam saber se se tratava de área pública ou particular. Caso fosse particular, saber a respeito dos proprietários e também há quanto tempo a área não era utilizada para a produção e por quais razões. Com a coleta de todas as informações possíveis o próximo passo seria identificar as famílias que poderiam participar da ocupação. Pessoas sem condições para se reproduzir física e socialmente. Trabalhadores das regiões periféricas, mal remunerados ou subempregados, mas também pessoas que há muito haviam

³⁴ Nas terras em questão não era possível verificar nenhum tipo de produção ou criação.

sido expropriadas em suas regiões de origem e que, obrigadas a migrar, vieram para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida, o que o estado muitas vezes não foi capaz de proporcionar.

O trabalho de base que antecedeu à ocupação que deu origem ao acampamento Terra Prometida, de início, foi realizado em Pedra Lisa, no município de Nova Iguaçu. Porém, ao perceber dificuldades para reunir pessoas na região dispostas a participar de uma ocupação de terras, a coordenação do MST decidiu transferir os trabalhos de frente de massa para outro local. Analisando condições objetivas e aproveitando o apoio recebido pelo padre de uma comunidade em Japeri, verificaram uma possibilidade de dar prosseguimento ao trabalho nesta localidade. Também existia a vantagem estratégica dos assentamentos existentes tanto em Japeri quanto em Miguel Pereira, que serviriam de base para a futura ocupação. Observamos aqui como as formas de reunir pessoas que eram utilizadas ainda na década de 1950, com as irmandades da igreja católica, se repetem nos anos 90 e contribuem para a constituição do acampamento Terra Prometida:

(...) lá [em Pedra Lisa] era difícil de reunir (...) Não tava juntando ninguém. Aí falei com o X. Como ele já sabia que nós reunia em outros lugares, ele falou assim: 'eu vou ver o que eu faço'. Mas o X era de uma irmandade, da Igreja Católica. Então ele foi falar com o padre. Conversou com o padre e o padre autorizou fazer a reunião em Japeri. Fomos então reunir numa igreja católica em Japeri. Ali sempre foi bem. Não sei o que que houve, mas ali tudo sempre foi bem, mas bem mesmo. Chegamos no ponto de reunir 300 famílias!³⁵

Assim, foi adotando uma tática comum de aglutinação de pessoas, já exercida por movimentos como as Ligas Camponesas, que se procedeu ao trabalho de base com as famílias de Japeri que ocupariam terras no município de Miguel Pereira. Segundo os militantes que participaram desse processo, o trabalho de base durou cerca de um ano, durante o qual ocorriam reuniões periódicas com as famílias. Nestas reuniões discutiam-se desde a estrutura fundiária do país até os procedimentos pormenorizados para a realização da ocupação. Explicavam-se os riscos envolvidos, mas também se ressaltava a possibilidade de conquistar a terra. Falava-se sobre a necessidade e a importância da organização popular e debatia-se com detalhes o material necessário para a hora exata da ocupação: alimentação, lona para a

³⁵ Entrevista realizada em 08 de outubro de 2008, na Fazenda Sempre Verde, hoje segunda Sede do acampamento Terra Prometida, com trabalhador rural que participou de todo o processo para a ocupação e constituição do acampamento.

construção dos barracos, água potável, entre outras coisas. “Pedíamos que cada um tentasse garantir sua lona e alimento para os primeiros dias³⁶”. O argumento mais forte para que as famílias participassem era geralmente a possibilidade de ter o próprio sítio, visto que muitos eram arrendatários, meeiros, ou simplesmente trabalhadores assalariados, mal pagos ou com trabalhos temporários.

(...) eu já estava fazendo a reunião. Eu, ela e mais três pessoas. Eu dizia: Gente, olha, a situação é a seguinte. Olha... se vocês não se organizar vocês nunca vão conseguir um sítio. É difícil, mas a gente amanhã consegue um sítio. Amanhã vocês têm onde botar seu filho, seu neto... aquelas conversas de sempre, né? Mas é a realidade³⁷.

Como foi relatado em depoimento anterior, nos momentos que antecederam a ocupação o trabalho de frente de massa conseguiu reunir cerca de trezentas famílias. Essas famílias eram em sua maioria oriundas dos municípios de Paracambi, Japeri e do próprio município de Miguel Pereira. Apesar do grande número de famílias reunidas por ocasião dos encontros quinzenais, no momento da ocupação estavam presentes apenas 153 famílias. Quando da chegada dos ônibus que traziam as famílias e dos caminhões com os pertences pessoais, alimentação e lonas para a confecção dos barracos, todos ajudaram a descarregar os objetos para que os veículos que os trouxeram pudessem ir embora. Alojaram-se dentro da área pleiteada, a uma distância de aproximadamente cem metros da estrada que circundava a fazenda, em uma região de baixada, que ficava na base de um grande morro que serviria de abrigo contra o vento.

Ao terminarem de descarregar os pertences e o material coletivo não foi possível ainda montar os barracos, em função da escuridão. Era uma hora da manhã. O transporte que trouxera os trabalhadores já havia partido. Assim, forraram o chão com as lonas e deitaram sobre elas. Aos primeiros raios de sol todos se puseram de pé e começaram a montar freneticamente os barracos. Uns foram designados a coletar bambu no mato, outros responsáveis por organizar a refeição e assim se seguiu a primeira manhã dentro da Fazenda Santana.

³⁶ Trecho da entrevista realizada em 07 de outubro de 2008, com um coordenador, no acampamento Terra Prometida com sede em Tinguá.

³⁷ Entrevista realizada em 08 de outubro de 2008, na Fazenda Sempre Verde, com trabalhador rural que participou de todo o processo para a ocupação e constituição do acampamento.

Algumas famílias foram chegando naquela manhã e outras alguns dias depois da grande ocupação e se juntando ao grupo. Entretanto, em função das dificuldades enfrentadas, muitas famílias desistiram. Mais tarde, porém, chegaria a polícia militar com suas viaturas e homens armados que, a princípio não entraram em confronto direto com os trabalhadores, mas que paulatinamente foram agregando maior dificuldade durante sua estadia no acampamento.

Quando nós entramos na fazenda, ela estava vazia. Tinha uma casa em frente da fazenda, mas não ficava ninguém lá. Mas nós sofremos uma espécie de tortura nos primeiros dias. Tinha em frente ao acampamento um carro da polícia militar rondando durante vinte e quatro horas ou fazendo plantão em frente ao acampamento. Eles revezavam em turnos. Então o fazendeiro mesmo não botou jagunço para vigiar a gente, mas ficou a polícia fazendo isso o tempo todo. E ficavam da seguinte maneira: à noite eles ficavam contando piada alto, falando palavrão, xingando a gente e jogando o farol alto contra os barracos para não deixar a gente dormir. Quando alguém saía do barraco para ir ao banheiro eles seguiam a pessoa. Então faziam uma tortura psicológica. Todos os dias as pessoas que saíam do acampamento para fazer alguma coisa e voltavam – quando iam em casa de algum parente ver familiares e voltavam – então eram revistados. Revistavam todo mundo: mulher, homem, criança... (...) ³⁸

Todas as pessoas entrevistadas que participaram dessa etapa da ocupação fizeram relatos semelhantes. A situação piorava conforme o tempo passava e as famílias resistiam acampadas. Após cerca de dois meses acampados neste local, os trabalhadores foram informados pelo INCRA que deveriam deixar a área, pois estavam acampados dentro dos limites da fazenda e que, enquanto assim o fosse, a vistoria não poderia ser realizada.

As famílias acampadas começaram a desmontar os barracos e organizar seus pertences para a partida. A coordenação do acampamento localizou outra área particular que, embora localizada no interior da Fazenda Santana, pertencia a outro proprietário. Logo uma comissão foi eleita para falar com o dono da nova área, que conforme se sabia, possuía outra fazenda nas proximidades. Os porta-vozes dos acampados voltaram com a notícia de que o fazendeiro havia permitido sua estadia nas terras. Tratava-se de uma área de quatro hectares, situada dentro dos limites da fazenda pleiteada, mas que por questões jurídicas não pertencia a esta. Um trabalhador rural que participou da negociação para a mudança de local do acampamento relata sua impressão sobre o que teria ocorrido para o consentimento do proprietário da segunda área: *“uma área particular (...) que não ia pertencer a nós. Mas daí a pouco o camarada que era dono dessa pequena área ele cedeu pra nós ficar. Ele parece que ficou*

³⁸ Ibidem.

com medo”. O medo a que este trabalhador se referia, era o temor presente nas mentes de praticamente todos os proprietários de terras da região, de que os Sem Terra, caso saíssem da Fazenda Santana resolveriam ocupar alguma outra fazenda nas proximidades. Na concepção desses proprietários de terras, essa fazenda poderia ser qualquer uma, inclusive a sua própria. Temor resultante, provavelmente, da possibilidade de que possuísem terras que atendessem aos requisitos que pressupunham uma ocupação; ou talvez não compreendessem os critérios definidos pela organização do MST ao escolher uma área para ocupar: fazendas com indícios aparentes de improdutividade, que simplesmente não cumpram sua função social ou onde se tenha descoberto a existência de trabalhadores em condições análogas à escravidão.

Já instaladas na pequena área particular, as famílias, sem receber assistência do INCRA, passavam por imensas dificuldades enquanto aguardavam que o órgão federal efetuasse a vistoria da fazenda pleiteada. O terreno onde se encontravam era alagadiço e após a primeira chuva os barracos ficaram dentro d’água. As crianças estavam começando a adoecer. Eram comuns os casos de diarreia por beber água de qualidade ruim. A comida que trouxeram consigo para a ocupação já havia terminado há muito e a ajuda vinda de outros assentamentos e acampamentos era embargada pela polícia que sitiava as famílias acampadas. Assim, os trabalhadores enfrentavam dificuldades para atender suas necessidades mais básicas como saúde e alimentação.

Nós cozinhava com barro no meio da canela, porque ali alagava. Os barracos tinha que fazer tudo no alto. O B me ajudava a apanhar lenha. Ele agora mora lá naquela virada da JR [área do acampamento Terra Prometida localizada em Tinguá]³⁹.

Alguns meses nessa situação dentro da área particular e os trabalhadores receberam uma ordem de despejo. O proprietário da pequena área alegava que não permitiu a entrada deles. Surge um oficial de justiça com a ordem para que deixem o local. As famílias deixavam o terreno alagadiço para instalar-se em seguida sobre os trilhos de uma antiga linha férrea desativada, que singrava parte da fazenda pleiteada.

Nós não discutimos porque não dava pra ficar mesmo. Era um alagado. Saímos e fomos para a linha do trem... e aí foi um processo terrível, né? porque aí... a gente passou a sofrer mais. O terrorismo aumentou. Começou carros a parar de madrugada na pista, gritar, buzinar... dar tiros e a fazer uma

³⁹ Entrevista realizada em 08 de outubro de 2008, no acampamento Terra Prometida com sede na Fazenda Sempre Verde, em Duque de Caxias.

série de coisas. Espalhavam também boatos de que tinha gente no acampamento marcado pra morrer⁴⁰.

Em outubro do ano 2000 as famílias foram obrigadas a desmontar novamente seus barracos, desta vez por imposição do INCRA que se recusava a fazer vistoria enquanto os trabalhadores estivessem no interior da fazenda. Os trabalhadores alegavam que as terras onde a ferrovia desativada estava era uma área federal por força da lei, o que não caracterizava uma ocupação direta de território pertencente à Fazenda Santana. Entretanto, pensando que a mudança agilizaria o processo de desapropriação, os trabalhadores cederam às exigências do INCRA e montaram novo acampamento. Instalaram-se às margens da rodovia RJ-125, rodovia estadual que ligava o município de Japeri a Miguel Pereira e este a Paty do Alferes, montando acampamento a um metro de distância da pista, a distância mais segura que puderam, visto que os barracos terminavam de encontro às cercas da fazenda motivo da disputa. Os carros que passavam em alta velocidade faziam com que os barracos tremessem e quase viessem ao chão. Segundo o relato de uma trabalhadora rural entrevistada, em uma ocasião, um carro perdeu o controle após uma curva acentuada, derrapando e parando a centímetros de um barraco.

Além dos riscos pela proximidade da estrada, também existia a questão da intimidação que as famílias sofriam por parte de pessoas que os trabalhadores acreditam estarem a mando dos fazendeiros da região.

quando nós estávamos acampados ao lado da RJ-125, os carros de Miguel Pereira passavam de madrugada e davam tiros pro alto. A gente acha que era pro alto... Mas de madrugada não dava pra saber pra onde era e as crianças ficavam apavoradas porque ouviam os tiros.

(...) Perto de lá tinha a fazenda da Elizabeth Santana que era prima deles e ela ficava preocupada achando que a gente ia tomar as terras dela.⁴¹

Os trabalhadores acreditam que os fazendeiros de uma forma geral haviam se unido para tentar expulsá-los. Não se trataria, portanto, apenas de represálias por parte de familiares dos proprietários da Fazenda Santana, mas da união de proprietários de terras de Miguel Pereira e adjacências para combater um inimigo em comum: os trabalhadores rurais sem terra

⁴⁰ Entrevista realizada em 07 de outubro de 2008, com trabalhador que desempenhava a função de coordenador do acampamento Terra Prometida durante o período que esteve no município de Miguel Pereira. Hoje reside na sede de Tinguá.

⁴¹ Entrevista realizada em 16 de outubro de 2008, com trabalhador acampado atualmente na sede do acampamento em Tinguá.

organizados pelo MST. Os trabalhadores relatam também sobre a desconfiança que sentiam em relação à idoneidade e imparcialidade do INCRA naquele período para lidar com a questão referente às famílias ali acampadas. Para eles o INCRA não estava tratando da questão com a imparcialidade devida, em função da relação entre funcionários do órgão e a família proprietária da fazenda.

(...) Na época o INCRA, com o J (...) foi pra lá e ele se trancou com o fazendeiro para fazer vistas, segundo ele, de alguns documentos. Essa reunião deles aconteceu dentro da fazenda que nós estávamos querendo. E aí a vistoria que eles fizeram foi trancado na sala com o cara bebendo vinho e comendo queijo. É claro que ia dar produtiva, né!⁴²

São atribuídos ao direcionamento dado à questão pelo INCRA outros problemas pelos quais as famílias passaram como a falta dos alimentos que o órgão não disponibilizou para os trabalhadores.

O INCRA não mandava comida pra nós porque o INCRA já era combinado com o dono da fazenda. Que inclusive tinha um parente do fazendeiro lá de cima que trabalhava no INCRA. Então já era combinado. Aí o INCRA então não levava comida pra nós... aí veio a fome.⁴³

Todos os trabalhadores que relataram o período se referem à fome, mesmo aqueles que não o citam como parte dos *piores momentos* vividos.

Era eu e o T, ia pro mato... eu me lembro como se fosse hoje e até me corta o coração... Nós saía pro meio do mato até escondido, pra apanhar mamão, e a comida era mamão com angu e sal. As vezes nem óleo tinha. Era mamão com angu! Era o que nós comia.

Olha, o povo fala em luta, aqui ninguém sabe o que é luta não. Nós ficamos nesse sofrimento... nesse sofrimento, sofrimento... comendo mamão... aí teve um dia que eu fui apanhar mamão e não tinha um pé de mamão baixo. Aí eu falei: e agora? Fui obrigado a pegar... até hoje eu me lembro disso... me dói o coração... fui obrigado a pegar, passar a foice e cortar o pé de mamão que era muito alto. E nós tava de olho, né, porque senão vinha alguém e via. Peguei os mamão ensaquei e levei pro acampamento. E fizemos mais mamão com angu! Eu sei que o fubá sempre tinha alguém que levava o fubá⁴⁴.

⁴² Entrevista realizada em 15 de setembro de 2008, com trabalhador que desempenhava a função de coordenador do acampamento no município de Miguel Pereira.

⁴³ Entrevista realizada em 08 de outubro de 2008, com trabalhador atualmente acampado no Terra Prometida com sede em Duque de Caxias.

⁴⁴ Ibidem.

Foram inúmeras as referências aos meses em que viveram às margens da estrada e corriam risco constante de atropelamento, mas, sobretudo, o que aparece de forma mais marcante na memória dos trabalhadores foi a privação de alimentos. “(...)fomos para a beira da pista... Aí o pessoal foi destacando, destacando. Ficou só umas 70 famílias. Família assim: tinha homem com mulher e filhos e tinha outros sozinhos. Aí vem o ponto pior que era a fome. Quando tinha, a comida era mamão com angu”.

É interessante destacar a diferenciação feita pelos trabalhadores em relação à noção de sofrimento. Para alguns o período em que ficaram acampados sobre a linha de trem foi relatado como o pior período. Para outros esse foi um período bom se comparado a outros momentos vividos. Percebemos que para aqueles que assumiam funções de coordenação os *piores momentos* na maioria das vezes estão relacionados a ameaças de morte e outros tipos de terrorismo psicológico. Para os trabalhadores que não participavam da coordenação do acampamento, os piores momentos vivenciados são descritos como os de maior risco e privação, principalmente pelas intempéries do meio natural – como, por exemplo, o alagamento do terreno onde estavam acampados –, a exposição aos riscos de atropelamentos por veículos durante o período de acampamento às margens da RJ-125 e a escassez de alimentos.

Comparemos os relatos de dois trabalhadores que falam sobre um mesmo período, o período de acampamento sobre os trilhos da antiga ferrovia desativada.

Relato 1:

Nós não discutimos porque não dava pra ficar mesmo. Era um alagado. Saímos e fomos para a linha do trem... e aí foi um processo terrível, né? porque aí... *a gente passou a sofrer mais*. O terrorismo aumentou. Começou carros a parar de madrugada na pista, gritar, buzinar... dar tiros e a fazer uma série de coisas. Espalhavam também boatos de que tinha gente no acampamento marcado pra morrer.

Relato 2:

nós fomos pra linha de Trem. A linha bitola estreita, no caso, era desativada. O trem não rodava mais ali, não. (...) Aí fomos pra linha. Foi até bom. sabe (...) ficamos na linha, lugar sem risco de vida.⁴⁵

⁴⁵ Entrevista realizada em 08 de outubro de 2008, na Fazenda Sempre Verde, com trabalhador rural que participou de todo o processo para a ocupação e constituição do acampamento.

Agora observemos o mesmo trabalhador do segundo relato em sua observação sobre o período em que viveram à margem da rodovia:

(...) Quando pensa que não chega o INCRA e reúne o povo dizendo que nós tinha que sair da linha porque a linha tava dentro da fazenda e o INCRA não faz vistoria se nós não saísse. (...) fomos nós pra beira da pista. Mas que pista perigosa! Quando passava aqueles caminhão baú, os barracos faziam isso... Vruhhmmm... e quase tombavam.

Para os trabalhadores que desempenhavam funções de coordenação, os riscos do acampamento às margens da rodovia estavam associados à insegurança que sentiam quanto à possibilidade de pistoleiros facilmente cometerem um atentado durante a noite.

Independentemente da visão de cada trabalhador sobre os diferentes *sofrimentos*, o que precisamos ter em mente é que o período de acampamento em Miguel Pereira, seja sob chuva e em terreno alagadiço, sobre os trilhos da velha ferrovia ou às margens da RJ-125 proporcionou certo grau de sofrimento para todo o grupo de trabalhadores acampados.

Mesmo após a saída das famílias da área da ferrovia e a reorganização do acampamento às margens da estrada, o INCRA não realizava a vistoria. Ainda por algum tempo as famílias de trabalhadores rurais Sem Terra permaneceriam acampadas às margens da RJ-125.

Nas conversas com os trabalhadores, estes relataram que depois de acamparem “na pista” (como se referem à RJ-125) perceberam o início da movimentação de caminhões que entravam à noite no interior da fazenda e ali descarregavam bois.

O INCRA demorou imensamente para fazer a vistoria. Há um consenso popular... das pessoas que lá se encontravam de que o INCRA tinha feito uma vistoria que não correspondia à realidade. O INCRA deu a área como produtiva e na verdade a área era improdutiva. E é absolutamente consenso que num período muito grande, talvez mais de 6 meses, entre a entrada da área e a vistoria realizada, ele arrendou... trouxe bois de vários criadores de gado... e ele arrendou digamos, o pasto, criando condições para que o aspecto de improdutividade tivesse sido apagado nesse período.

(...)O INCRA mostrou a inviabilidade da desapropriação. Na verdade ele mesmo com sua lentidão provocou a inviabilidade.

Assim, a Fazenda Santana foi declarada produtiva e as famílias, comunicadas da impossibilidade de desapropriação, deixaram a região em direção a outras terras.

2.2. A Chegada em Santa Cruz

Com a impossibilidade de desapropriação da Fazenda Santana as famílias precisavam deixar novamente o local que ocupavam, às margens da rodovia. Entretanto, recusaram-se a simplesmente sair, sem ter um lugar para onde ir. O INCRA então propôs que os trabalhadores indicassem três áreas de seu interesse. Os trabalhadores acampados, juntamente com dirigentes estaduais do MST/RJ, reuniram-se com representantes do INCRA e fizeram as indicações das áreas: uma área do exército em Paty do Alferes, na região sul fluminense; uma fazenda particular também em Paty do Alferes e uma área em Santa Cruz, zona Oeste do município do Rio de Janeiro.

As terras em Santa Cruz haviam sido indicadas ao MST/RJ anteriormente por representantes de um movimento social urbano que também realizava ocupações de terras, mas em regiões metropolitanas e com a finalidade de construir moradias. Tratava-se do Movimento dos Sem-Teto, que descobrira a área, mas que devido à sua grande extensão, perceberam que não conseguiriam ocupá-la em sua totalidade.

Para ter certeza de que se tratava de área passível de desapropriação, o MST/RJ elegeu uma comissão que ficou responsável por investigar o histórico da área. Realizaram pesquisas documentais para saber a classificação daquelas terras dentro da legislação municipal e, principalmente, se a área era pública ou privada. Descobriram que se tratava de uma área de expansão industrial, pertencente à União.

O próprio INCRA, ao apurar sobre as terras indicadas pelo MST/RJ para a transferência das famílias, alegou que a área de Santa Cruz era a que apresentava maior possibilidade de ser desapropriada, por se tratar de terra pertencente à União e que há muito não era utilizada. Queria o INCRA, entretanto, que as famílias permanecessem acampadas às margens da rodovia até que a desapropriação da fazenda de Santa Cruz estivesse concluída. Segundo o órgão federal, isto levaria no máximo três meses.

(...) o J [do INCRA/RJ] (...) disse que por ser uma área federal que a gente já estava assentado. Ele propôs que a gente ficasse acampado lá na RJ-125 e o INCRA ia garantir a área da CNEN enquanto isso. E aí a gente ficaria lá e só iríamos pra Santa Cruz direto pros lotes... O INCRA queria evitar que

ocupássemos em Santa Cruz. Aí nós dissemos o seguinte: não vamos ficar correndo riscos aqui na beira da pista... e fomos pra lá⁴⁶.

Na madrugada do dia 16 de novembro do ano 2000, os trabalhadores partiram para a ocupação da nova região. Levaram consigo tudo o que puderam carregar para reorganizar o acampamento, chegando pouco antes do amanhecer ao destino previsto. A área em questão pertencia à Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN - e localizava-se na baixada de Sepetiba, às margens da Baía de Sepetiba, em Santa Cruz, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, onde, até a década de 1980, funcionou a Escola Agropecuária Raphael Levy Miranda. Tratava-se de uma área de 950 hectares, onde existia a presença de manguezal, motivo pelo qual era e é considerada uma Área de Proteção Ambiental.

Ao chegarem à área selecionada em Santa Cruz, a fim de evitar os problemas pelos quais haviam passado em Miguel Pereira, os trabalhadores optaram por acampar em uma estreita faixa de terras às margens do rio que limitava a fazenda pleiteada. Desta forma estariam fora dos limites da fazenda, em terras pertencentes à marinha, e, portanto, públicas também.

A imagem abaixo mostra a disposição dos barracos, quando instalados na faixa de terras que margeia o Rio Guandu, no distrito de Santa Cruz.

Imagem 1 - Acampamento Terra Prometida em Santa Cruz – Barracos de lona às margens do Rio Guandu



⁴⁶ Entrevista realizada em 07 de Outubro de 2008, com trabalhador que desempenhava a função de coordenador do acampamento Terra Prometida durante o período que este esteve no município de Miguel Pereira e hoje reside na sede de Tinguá.

Os trabalhadores, de início foram vistos com desconfiança pelos moradores das comunidades existentes no entorno.

T: Eles [os vizinhos] por causa do que ouviam na televisão nem vinham falar com a gente.

P: Eles tinham medo?

T: Na verdade vinha dos dois lados... Como a comunidade vizinha era comandada por uma facção criminosa e nós não sabíamos quem da vizinhança estava envolvido ou não, nós não íamos lá falar com eles. E eles pelo que ouviam de nós na televisão não vinham falar com a gente.

A superação dos temores entre os trabalhadores rurais do acampamento e a vizinhança veio algum tempo depois, por meio do contato das crianças do acampamento com as crianças da comunidade, dentro do ambiente escolar.

(...) matriculamos nossas crianças em uma escola ali perto. No início as crianças foram discriminadas. Só que passando o tempo, as crianças indo pra aula e conversando com as outras pessoas, começou a conquistar o pessoal de fora. Então no final de um ano mais ou menos já eram bem recebidas e bem vistas pela comunidade. A escola até veio convidar a gente pra fazer palestra sobre o MST, sobre a nossa história. E foram as crianças que fizeram isso. Então a gente ficou com uma relação muito boa com os vizinhos.

2.3. As Famílias

2.3.1. Origens

Diversas são as origens dos trabalhadores do acampamento Terra Prometida. Alguns passaram pelo eixo rural-urbano, outros vieram diretamente de um ambiente rural para outro e alguns tiveram ali sua primeira vivência no ambiente rural, tendo anteriormente desempenhado exclusivamente atividades urbanas até se tornarem acampados. Aqueles que antes do acampamento desempenhavam atividades rurais eram, em sua maioria, empregados de fazendas, meeiros, arrendatários, ou possuíam outras funções semelhantes, sempre sob a custódia de um patrão-proprietário com quem mantinham uma relação de obrigação e/ou subserviência mediante a ótica do *favor*.

Como visto anteriormente, após a primeira ocupação que originou o acampamento Terra Prometida, as famílias dos trabalhadores rurais iniciaram uma verdadeira peregrinação

de ocupação em ocupação, esperando que fossem assentadas pelo INCRA. Ocupavam uma área próxima à fazenda que pleiteavam e logo tinham que sair por determinação da justiça ou como condição para a continuidade do processo de desapropriação. E saíam, retornavam depois, saindo novamente em seguida, indo acampar mais adiante, até que repetissem todo o processo de montar e desmontar os barracos por vezes incontáveis durante os quase dez anos em que têm vivido como acampados da reforma agrária.

As famílias que compõem o acampamento são formadas por trabalhadores tanto de origem rural quanto urbana, que se encontravam com pouca ou nenhuma perspectiva econômica que garantisse sua reprodução. Naturais das regiões Nordeste, Sudeste e, em menor número, Sul, alguns expulsos do campo desde os fluxos migratórios dos anos 50, vieram se instalar na região da Baixada Fluminense a partir desta época e ali permaneceram desenvolvendo trabalhos temporários (os “bicos”) ou subempregados no setor de serviços, até momentos antes à ocupação em Miguel Pereira. Outros vieram da periferia do município do Rio de Janeiro e de regiões do sul fluminense correspondente ao entorno do município da ocupação.

A maior parte das famílias que participaram da primeira ocupação que originou o acampamento, não resistindo a tantos anos debaixo da lona preta, abandonou-o, seja para ir juntar-se a outras ocupações de terras posteriores ou abandonando de vez a perspectiva de conquistar a terra. O lugar de algumas delas foi ocupado por outras famílias que vieram depois. Há também aqueles que resistiram e resistem ainda, seja por falta de opção ou por convicção. Continuaram no acampamento Terra Prometida acompanhando seus deslocamentos.

Também devido às dificuldades enfrentadas pelas famílias durante a espera pela desapropriação da fazenda no município de Miguel Pereira e no período de acampamento às margens da estrada RJ-125, muitos não resistiram e acabaram por abandonar o acampamento. Em função disso, das cento e cinquenta e três famílias iniciais, apenas setenta e quatro faziam parte do acampamento quando deixaram Miguel Pereira em direção à Santa Cruz. Foi então que aproximadamente trezentas pessoas, entre homens, mulheres e crianças, chegaram em Santa Cruz naquela manhã do mês de novembro de 2000 e começaram a montar seus barracos de lona preta em terras federais.

Instalados em Santa Cruz, os trabalhadores começaram a reviver períodos extremamente conturbados, testando a cada momento sua capacidade de resistência. A solidariedade entre as famílias foi fundamental para enfrentar a situação a qual estavam submetidos. Os que conseguiam algum suprimento através de parentes ou amigos dividiam-no com os outros. E assim foram sobrevivendo ao primeiro ano, ao segundo, terceiro... Além das intempéries da absoluta falta de estrutura, representada pela ausência de saneamento básico, de alimentos e de condições de saúde, precisavam enfrentar o fato de estarem expostas aos fatores da natureza e desassistidas por qualquer entidade governamental.

Se durante o dia debaixo da lona fazia muito calor e era necessário muito cuidado para que as crianças (e até os adultos) não desidratassem, à noite a lona era incapaz de deter o frio e ao menor sinal de vento já começava a rasgar-se. Estrutura mínima para a proteção dos corpos e de alguns objetos de pertence dos trabalhadores, a lona parecia apenas uma proteção simbólica, e como tal se tornou realmente símbolo – símbolo da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais Sem Terra que passaram a se identificar com a lona – a lona preta – e imprimir a esta um significado muito maior do que a simples “proteção dos corpos” contra o ambiente. Para esses trabalhadores a lona preta se tornou o símbolo da luta pela terra de trabalho, pela sobrevivência e pela dignidade. Assim como se tornou parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e tão imprescindível quanto a bandeira vermelha hasteada em cada acampamento e assentamento do MST.

No acampamento Terra Prometida também a simbologia da lona preta é reproduzida como uma mística⁴⁷ à parte. Mística esta que resgata a identidade⁴⁸ coletiva desses trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, a identidade de *Sem Terra*. Essa simbologia é parte imprescindível do processo que permite que as famílias permaneçam durante vários anos à espera da desapropriação da área na qual estão acampados e sua posterior legalização

⁴⁷ “As místicas são encontros celebrativos, através dos quais os assentados e acampados realizam algumas atividades ritualísticas que resgatam a memória de eventos históricos, seja do movimento como um todo, da sua relação com o Estado em que vivem e até mesmo com o Brasil. Além disso, as místicas também se inserem como conjuntos hierárquicos de valores interpretativos da realidade social e política dos participantes e das suas relações com os adversários políticos, com a terra e com o movimento ao qual pertencem”. (Prado & Lara Júnior, 2000 apud PESSÔA, 2005) A mística é constituída por elementos simbólicos, históricos e religiosos, e, utilizada pelo MST como uma forma de resgatar o sentido da luta e aproximar os trabalhadores e trabalhadoras a partir do enfoque de seus objetivos em comum.

⁴⁸ A identidade a que se refere este trabalho é a identidade coletiva, entendida como sentimentos de continuidade, de unidade e de coerência adquiridos por cada membro de um grupo por meio do(s) processo(s) a que o grupo tenha se submetido ao longo do tempo. Como já mencionado anteriormente, esta idéia de identidade coletiva é defendida por Michael Pollak (1992), intimamente ligada ao conceito de memória.

como assentamento rural de reforma agrária. O processo de desapropriação para fins de reforma agrária, geralmente, é longo e insalubre.

A construção da identidade de Sem Terra confere aos trabalhadores, aqueles de origens rurais ou não, o sentimento de pertença ao grupo social que agora constituem. Em certa ocasião, tendo a oportunidade de participar de um encontro de formação com trabalhadores rurais sem terra de quase todos os estados brasileiros, na Escola Nacional Florestan Fernandes, ouvi a assessora Salete Caldart, militante do Setor de Educação⁴⁹ do MST, falar sobre a expressão sem-terra. Ela dizia aos participantes do encontro: *Antes nós éramos sem-terra* – e escreveu no quadro a palavra – *assim, com letra pequena e tudo junto. Mas porque nós ainda não tínhamos uma formação consolidada que nos permitisse entender que poderíamos ser além de uma junção de letras. Hoje nós somos Sem Terra* – enfatizou escrevendo novamente a palavra no quadro – *desse outro jeito, com letra maiúscula e separada, porque agora isso não é mais uma condição de quem não tem terra, agora essa é a nossa identidade, a identidade que construímos juntos em todos esses anos de luta.*

Entretanto, a identidade de Sem Terra não suprime as identidades construídas em outras esferas da vida social, pública e, principalmente, privada. Refiro-me aqui aos papéis sociais desenvolvidos por cada membro integrante do acampamento que, antes de ser Sem Terra já se reportava (e comportava) como mãe, pai, filho, filha, homem, mulher etc, já vivia relações diversas de gênero, de trabalho, entre outras, dentro de uma esfera social mais ampla. São estas identidades da esfera social ampliada que trazem ao acampamento uma multiplicidade de relações constantemente trabalhadas nas reuniões de formação. Como tema recorrente destas reuniões é possível destacar, sem exageros, a questão de gênero.

A presença de uma figura feminina à frente da masculina na bandeira do MST expressa esse interesse nas relações de gênero dentro de suas instâncias (**Figura 1**). Segundo informação de um dirigente, na bandeira do MST a mulher encontra-se à frente do homem porque em nossa sociedade patriarcal ela sempre tem sido posta em posição inferior a ele. No simbolismo da bandeira, a mulher ganha uma posição de destaque, não para mostrarem-na superior, mas para contrapor à posição que geralmente lhe incumbem na sociedade. O

⁴⁹ A organização interna do MST, tanto dentro dos acampamentos e assentamentos quanto nas instâncias regionais, estaduais e nacional é feita a partir da divisão dos militantes em “setores” designados por temáticas, como por exemplo, educação, formação, saúde, gênero, cultura etc.

objetivo da imagem, ainda conforme o dirigente, é promover a idéia de igualdade, sem no entanto deixar de considerar as diferenças, pois na realidade o que pretende o MST é uma intensa participação política de toda a família: das mulheres, dos homens e das crianças⁵⁰. Deste modo, não deixarão de ser o que são como seres individuais, mas em sua dimensão política exercem os mesmos direitos de escolha e o mesmo peso de decisão. Para isso estão voltados os trabalhos do setor de gênero em parceria com os militantes da “formação” no acampamento. Entretanto, esta ainda é uma jornada em que do caminho não se consegue ver o fim.

Figura 1- Destaque do símbolo central da bandeira do MST



É nesse contexto de identidades construídas que se desenvolveu também o valor de solidariedade entre os acampados. Uma solidariedade orgânica, em referência ao conceito de Durkheim, produzida pela divisão do trabalho, coletiva e desperta por motivo de semelhança, onde podemos perceber a primazia do “nós” sobre o “eu”. Uma semelhança que veio à tona a partir da percepção que tiveram de si e dos outros como pessoas pertencentes à mesma sociedade, mas tolhidas dos direitos que são assegurados aos membros dessa sociedade. Ou seja, percepção que aflorou a partir das reuniões dos “trabalhos de base”, daquilo que *todos* eram coletiva e individualmente, ou melhor, do que *todos não eram*. Aqueles homens e mulheres *não eram* proprietários de nada que não fosse sua própria força de trabalho, que por isso mesmo também não lhes pertencia de fato, posto que, não podiam eles próprios empregar

⁵⁰ Vejamos os exemplos das cirandas infantis e dos Sem Terrinhas.

sua força de trabalho em atividade alguma que lhes garantisse sua reprodução, já que os meios para isso não lhes pertenciam.

Logo, cada qual estava ligado ao outro por laços que expressam mais que solidariedade, mas compostos principalmente por ela. Estariam inseridos em uma ligação de indivíduos heterogêneos em torno de uma questão central para o conjunto – a conquista da terra –, sendo cada indivíduo ligado ao outro por uma dependência deste para sua própria existência no interior dessa categoria da qual todos participam e também são parte componente principal. Uma categoria construída coletivamente por todos, que caminha lado a lado com uma identidade que une sob um mesmo propósito indivíduos distintos em origens, crenças e perspectivas para o futuro ainda incerto.

Durante o período em que as famílias se encontravam acampadas nas terras da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), em Santa Cruz, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso adotou uma política de não negociação⁵¹ com os trabalhadores rurais que estivessem acampados em áreas “invadidas”⁵². O INCRA apenas poderia iniciar as negociações para a desapropriação das terras um determinado período após sua desocupação. A medida provisória promulgada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso também proibia o plantio a qualquer agricultor acampado em terras em vias de desapropriação, sob pena de interrupção do processo desapropriatório.

Em função disso as famílias acampadas em Santa Cruz, impossibilitadas de plantar, dependiam da colaboração de pessoas simpatizantes do MST que faziam doações de alimentos, remédios e roupas. Em alguns casos, os trabalhadores precisavam se ausentar do acampamento durante boa parte do dia para a realização de pequenos trabalhos informais que lhes garantissem o recebimento de algum dinheiro, que em geral mal custeava as despesas com alimentação, conforme relatam os próprios trabalhadores.

⁵¹ A Medida Provisória nº 2.027-38 de maio de 2000, substituída em agosto de 2001 pela MP 2.183-56, que acrescenta ao texto da MP anterior, além da proibição de vistoria ou desapropriação de áreas ocupadas pelo período de dois anos após sua desocupação, a exclusão do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal daqueles que forem identificados como participantes, diretos ou indiretos, em “invasões” de imóvel rural ou a prédios públicos.

⁵² A palavra “invadidas” foi utilizada de forma proposital para que fosse possível um esclarecimento sobre sua conotação. Ao usar o termo “invasão”, o governo, assim como a mídia, estão imprimindo um sentido de ilegitimidade às ações dos trabalhadores rurais Sem Terra, colocando-os na condição de “invasores”, ou seja, daqueles que não têm nenhum direito - legal ou legítimo - de estarem ali. Os próprios trabalhadores ao referirem-se à ação de acampar em terras as quais considerem improdutivas para pressionar o governo a promover a desapropriação da mesma para fins de reforma agrária utilizam o termo “ocupação”. Pois, somente seria possível “ocupar” um espaço quando este se encontra “vazio”.

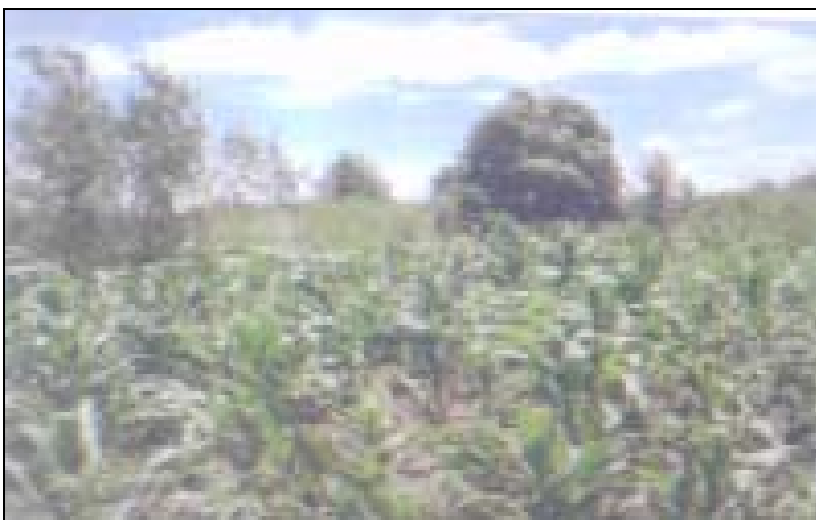
Com a mudança de Governo, e a posse do presidente Lula em seu primeiro mandato, tal situação foi, em parte, amenizada. As famílias decidiram ignorar a medida provisória do governo anterior e iniciaram o plantio. Dessa vez, no entanto, receberam o respaldo do INCRA.

As fotos abaixo mostram duas áreas no acampamento Terra Prometida, em Santa Cruz, pouco tempo após a mudança de governo: A primeira cultivada com aipim e a outra com um roçado de milho.

Imagem 2 - Produção de aipim no acampamento em Santa Cruz



Imagem 3 - Produção de milho no acampamento em Santa Cruz



Apesar disso os problemas do início da ocupação não foram completamente suplantados. Os trabalhadores acampados não recebiam nenhum tipo de subsídio do Governo Federal. Apenas teriam direito a créditos rurais após a efetivação do assentamento, continuando assim com dificuldades para cultivar as terras da fazenda em Santa Cruz. Os que começaram a plantar precisaram financiar sua plantação, de início, com o dinheiro recebido pelos trabalhos temporários – os “bicos”, como eles mesmos nomeavam tais atividades realizadas fora do acampamento.

A localização do acampamento Terra Prometida em Santa Cruz também ajudou um pouco neste sentido, pois o acampamento ficava a vinte minutos do centro comercial da região. Muitos trabalhadores acampados conseguiam trabalhos, em sua maioria na área de prestação de serviços. Isso, no entanto, como pudemos perceber no decorrer da pesquisa, não os descaracterizava como *trabalhadores rurais*, visto que encaram a situação do trabalho “extra acampamento” como temporário e sem maior importância, sendo simplesmente uma forma de conseguir recursos para o objetivo principal que era o de iniciarem suas lavouras. Note-se que os “bicos” são utilizados como mecanismo para a manutenção dos lotes, apontando assim para uma “consciência camponesa” por parte dos trabalhadores que mesmo utilizando-se de trabalhos urbanos têm a finalidade última de produção que proporcione sua manutenção na terra e a utilização do lote de forma produtiva.

Assim, o fato de estarem tão próximos de um centro urbano, ou mesmo o fato de alguns dos trabalhadores não possuírem experiências anteriores com a agricultura não os descaracterizavam como trabalhadores rurais. Seus objetivos, a partir da experiência do acampamento, eram os mesmos, fossem eles, inicialmente, estimulados pela total falta de perspectivas e pela necessidade extrema de sobrevivência imposta pela conjuntura econômica, ou pelo real compromisso com a terra de trabalho. O importante a ressaltar é que estes trabalhadores rurais se constituíam como tal. Já possuíam, naquele momento, perspectivas que iam além do “ganhar um pedaço de terra”. Iam além da reforma agrária propriamente dita. A luta destes trabalhadores e trabalhadoras rurais, metamorfoseada na luta do MST, ganhava dimensões antes inimagináveis para eles, que ultrapassam as barreiras do rural e se estendem até uma mudança radical do sistema econômico, social e político do país. Surgindo o urbano

neste contexto como uma extensão do rural dentro dos limites da rede simbólica de sua territorialização⁵³.

2.3.2. Perfis

Além das origens, a composição das famílias também é muito variada: encontram-se no acampamento Terra Prometida desde famílias compostas por um indivíduo apenas até famílias nucleares numerosas. Também não é raro encontrar pessoas que, mesmo vivendo sozinhas no acampamento, tenham família constituída fora do Terra Prometida. Quando eram perguntadas sobre o porquê da separação familiar⁵⁴, as respostas eram as mais diversas, mas, em sua maioria, pendiam para questões de caráter financeiro. Alguns membros da família estavam trabalhando, mesmo que em subempregos e sem direitos trabalhistas ou estabilidade, gerando uma renda que não poderia ser desprezada de maneira alguma.

Sob a condição de acampados, os trabalhadores do Terra Prometida não podem contar com nenhum tipo de recurso governamental específico para o financiamento da lavoura. Sendo assim, não há como garantir renda para as famílias acampadas. Como já mencionado, aquelas que possuem parentes trabalhando fora do acampamento, ou por meio dos “bicos”, buscam obter o auxílio financeiro necessário para plantar gêneros alimentares, para o uso próprio e/ou mesmo comercialização. As demais famílias ficam na dependência dos créditos que somente se viabilizarão, ou não, após seu assentamento oficial.

Quanto ao nível de escolaridade dos trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida, nos primeiros anos de acampamento em Santa Cruz, não ia muito além da quarta série do ensino fundamental em 90% dos casos. Em seu projeto de extensão realizado no acampamento durante o ano de 2002, Lima Jorge faz uma análise da questão da escolaridade dos trabalhadores. Segundo ele, a escolaridade é um:

(...) dado fundamental para conhecer a origem desses trabalhadores e que também nos dá grande margem para a análise e conhecimento da realidade deste grupo de pessoas, mas que também nos leva a notar a realidade de um grande número de brasileiros das classes mais baixas que tanto no meio urbano como no rural passam grandes dificuldades e são excluídos das

⁵³ O termo territorialização foi retirado do estudo que está sendo desenvolvido pelo professor Dr. Canrobert Costa Neto et. al. sobre a territorialização da questão agrária.

⁵⁴ Informações obtidas por meio de entrevistas realizadas em 2002 com trabalhadores acampados em Santa Cruz, por ocasião do projeto de Extensão da Universidade Federal Fluminense, coordenado pelo professor Luiz Marcos de Lima Jorge.

condições básicas de vida, uma delas sendo o direito à educação que todos os governantes sempre dizem ser a prioridade de seu trabalho sendo a base para a melhoria de várias outras dificuldades da sociedade brasileira, mas vemos que uma grande parte da população ainda está privada deste direito básico que é de ser pelo menos alfabetizado. (Luiz Marcos de Lima Jorge et alli - Projeto de Extensão: Saindo do Campus e indo ao Campo: o Serviço Social junto aos trabalhadores rurais Sem-Terra. Perspectiva profissional e a questão da propriedade da terra, Dez/2002).

A questão da escolaridade, porém, foi superada com o tempo e com um projeto de Educação de Jovens e Adultos, que em alguns casos (após a oficialização do assentamento) conta com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária⁵⁵ (PRONERA) e das Escolas Itinerantes do MST, que contam com a participação de educadores provenientes do próprio movimento.

Mesmo quando o projeto de Educação de Jovens e Adultos conta com algum recurso governamental, este não supera os obstáculos que normalmente são vencidos à custa do empenho dos próprios trabalhadores. São problemas relativos à educação no MST, à própria baixa escolaridade dos educadores, à falta de infraestrutura que permita fácil acesso às áreas dos acampamentos e assentamentos, “à falta de transporte para a realização das atividades previstas no programa” (BICALHO DOS SANTOS, 2007: 49).

No caso específico do acampamento Terra Prometida esses problemas foram em parte superados, pois o MST/RJ conta com um coletivo estadual de Educação bem estruturado. Os educadores, quase em sua totalidade, possuem curso superior na área da educação, ou estão em fase de conclusão, graças aos convênios feitos com faculdades de formação de professores e outros cursos específicos, direcionados para trabalhadores rurais acampados e assentados.

Exemplo do resultado dessas parcerias é o fato de que no ano de 2008, um assentado da região sul fluminense e um trabalhador rural acampado no Terra Prometida conquistaram o Bacharelado em História, pela Universidade Federal da Paraíba, em um curso desenvolvido para atender às especificidades de trabalhadores rurais acampados e assentados da reforma agrária. A monografia de um deles foi de grande contribuição para a construção de parte da presente dissertação⁵⁶.

⁵⁵ Apesar de o PRONERA ser um programa do Governo Federal, os monitores geralmente são selecionados entre pessoas da própria localidade.

⁵⁶ Refiro-me ao trabalho intitulado “A constituição do Sujeito Político MST no Estado do Rio de Janeiro no período de 1984 a 1996, defendida por Eleidimar Pereira dos Santos, no ano de 2008, para a obtenção da

Como consequência da importância atribuída pelo MST à questão da educação, a realidade hoje no Terra Prometida difere-se da encontrada alguns anos atrás. Muitos trabalhadores completaram sua escolarização através dos cursos administrados dentro do próprio acampamento ou em convênios com outras instituições, como no exemplo relatado por um trabalhador rural do acampamento.

Eu era de Rocha Miranda, um bairro perto de Madureira. Minha mãe nunca teve casa própria. Minha tia estava acampada em Miguel Pereira e nos chamou para participar do acampamento (...)

Eu estudava em Rocha Miranda, mas só que eu parei na 4ª série. Eu saí da escola porque eu tinha que trabalhar para ajudar minha mãe. O meu pai largou minha mãe quando minha irmã mais nova nasceu. Acabamos entrando pra dentro do MST. Hoje eu faço todos os cursos que o movimento promove. Às vezes minha mãe reclama que eu preciso viajar pra fazer os cursos, mas eu tenho que estudar. Porque quando a gente fica fora é pro nosso bem, pra gente estudar e aprender mais. O primeiro curso que eu fiz foi o prolongado no Espírito Santo. Foi um curso muito bom e durou dois meses. Mas antes eu tinha ido pro encontro de jovens em São Paulo, em Campinas.

(...) Além de ter esse trabalho de formação dentro do acampamento, eu fiz o curso do EJA lá em Campos [dos Goytacazes] com matérias de escola formal. Na época era português, matemática, história, geografia. Aí teve uma prova. Eu fiz e passei na oitava série. Foi em 2007. Tirei o diploma do MEC. Agora eu estou fazendo o curso lá no Iterra⁵⁷. Ainda tenho alguma dificuldade em português e matemática, mas vou superar isso com a ajuda dos companheiros daqui que estão me ajudando e incentivando. O Y tem me ajudado com matemática⁵⁸.

Muitas famílias acampadas atualmente no Terra Prometida iniciaram sua participação no MST apenas a partir do momento em que se inseriram no acampamento de Santa Cruz, como no caso do trabalhador cujo depoimento foi reproduzido acima. Isso pode ser explicado pela mobilidade das famílias em função das condições de vida insalubres que um acampado se vê obrigado a enfrentar. Quando uma família deixa o acampamento, outra assume seu lugar. Como muitos não resistem às condições da vida de acampados, acabam por abandonar o acampamento. Estes trabalhadores e trabalhadoras ou vão se inserir em outro acampamento à procura de condições melhores de vida, ou abandonam permanentemente o MST e voltam a tentar sobreviver nos grandes centros urbanos.

Licenciatura Plena do Curso de História da Universidade Federal da Paraíba. Eleidimar é assentado no município de Resende, no Sul Fluminense.

⁵⁷ Escola Técnica para trabalhadores rurais que fica no Rio Grande do Sul. O trabalhador entrevistado faz o curso técnico em saúde comunitária, correspondente ao ensino médio.

⁵⁸ Entrevista realizada em 05 de outubro de 2008, com trabalhador acampado no Terra Prometida com Sede em Tinguá.

Outra parcela das famílias é oriunda de ocupações anteriores, que por motivos diversos não chegaram a se concretizar em assentamento. É importante ressaltar que durante a pesquisa no Terra Prometida foi identificado um casal de trabalhadores que há mais de vinte anos se encontra na condição de acampados, partindo de um acampamento para o outro sem conseguir, em sua trajetória, ser assentado definitivamente.

Eu sou de Muriaé e vim para o Rio em 1964. Aí eu fiquei fazendo alguns trabalhos de biscates até que consegui trabalhar numa firma de carteira assinada. De lá fui trabalhar no hospital Dr. Eiras. Depois fui trabalhar na Universidade Gama Filho como roupeiro de esportes. Quando eu saí da Gama Filho fui tentar a sorte em São Paulo, mas não deu certo e eu voltei para o Rio novamente. Voltei pra cá e fiquei perambulando de trabalho em trabalho, mas salário baixo... aí eu soube na época ... isso deve de ter uns 30 anos [1979] ... aí eu soube que aqui no Parque Estoril, perto do Sítio da Carol, eu soube que eles tavam reunindo pra pegar terra.

Eu já tava em outro serviço, já tava na Parafusos Águia. Aí eu falei: Opa, vou pegar uma terra... Porque a terra eu tenho ela sempre e emprego não. [Grifo meu] Aí eu comecei a ir nas reuniões. Ficava indo de 15 em 15 dias... e eu gostava! Toda vez que eu ia eu leva ela [disse apontando para sua esposa que estava ao lado]. O M também, ele era pequeno na época, mas eu levava ele junto. Aí fui perambulando, perambulando... Eu sei que dali a gente teve uma saída pra Fazenda América Fabril, em Santa Cruz da Serra. Nós ocupamos essa fazenda com a Pastoral da Terra⁵⁹.

A experiência relatada por este trabalhador foi apenas a primeira de muitas outras que ele ainda viveria. A ocupação na Fazenda América Fabril não foi bem sucedida e ele voltou a participar de reuniões assessoradas pela Comissão Pastoral da Terra, em uma época em que o MST ainda não existia. Em seguida surgiram os movimentos de ocupação de terra dos anos 80 e este trabalhador participou com sua família de outras cinco ocupações de terras que não lhe permitiram se tornar um assentado. Presente desde a primeira ocupação do acampamento Terra Prometida, há quase dez anos, está vivendo como acampado da reforma agrária.

Outra questão importante a ser destacada é a relação que os trabalhadores fazem entre as categorias trabalho e terra. Em seus relatos, a terra geralmente aparece como uma oportunidade de realização de trabalho. Não que o trabalho dependesse unicamente da terra (como visto anteriormente), embora alguns trabalhadores afirmem que sim, que o trabalhador rural desenvolve o *trabalho* real somente na terra. Para grande parte dos trabalhadores entrevistados a terra é descrita para além do local onde *se deve* materializar o trabalho. Ela

⁵⁹ Entrevista realizada em 08 de outubro com trabalhador atualmente acampado no Terra Prometida com sede em Duque de Caxias.

aparece como a garantia da oportunidade de trabalho, uma possibilidade infinita de materialização da força de trabalho.

Vejamos um trecho do depoimento acima: “*vou pegar uma terra... Porque a terra eu tenho ela sempre e emprego não*”. Na fala deste trabalhador aparece claramente a visão da terra como uma segurança para o futuro, e, principalmente, como uma garantia de trabalho. Ele poderia aplicar sua força de trabalho e realizar um *trabalho* por meio de um emprego, fosse este formal ou não. Entretanto, o emprego lhe pode faltar, como já havia acontecido várias vezes antes. A terra não, ela estaria lá para a realização do trabalho a qualquer tempo. Para esse trabalhador rural Sem Terra, a terra seria seu local *permanente* de aplicação da força de trabalho. Tendo a terra sempre à sua disposição, não lhe faltaria onde desenvolver seu trabalho.

Isso porque para quem tenta sobreviver no ambiente *urbano* e se vê desprovido de alternativas para sua reprodução, o rural aparece como uma possibilidade de sustento familiar por meio do *trabalho* desenvolvido na terra e a terra como uma oportunidade de autonomia para o trabalhador.

A situação das famílias do acampamento Terra Prometida reflete-se também em outros acampamentos de trabalhadores rurais. Os subsídios governamentais para a produção são vetados para famílias em via de assentamento, sendo somente possível conseguir crédito rural, por exemplo, quando já se possui o título de propriedade ou a cessão de uso da terra (no caso dos assentamentos em terras estaduais). Ainda assim torna-se extremamente difícil para um pequeno proprietário, como é o caso das famílias provenientes de acampamentos rurais, conseguir financiamento para o custeio da lavoura.

2.4. O MST no Cotidiano do Acampamento

Embora atualmente haja divergências internas no acampamento Terra Prometida com relação à militância e à participação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a organicidade do movimento é bastante presente no cotidiano das famílias acampadas. A organização interna do acampamento Terra Prometida, assim como em outros

acampamentos do MST, é feita a partir da distribuição das famílias em núcleos que são chamados pelos trabalhadores de “núcleos de base”.

O acampamento Terra Prometida possui cinco núcleos de base, com uma média de quatorze famílias por núcleo. Cada núcleo possui dois coordenadores, sendo preferencialmente um homem e uma mulher, a fim de garantir um equilíbrio nas questões de gênero, uma preocupação do MST dentro das áreas de acampamentos e assentamentos. Os núcleos de base têm certa autonomia dentro do acampamento e as questões levantadas dentro das reuniões de núcleo tendem a ser resolvidas no próprio núcleo. Quando isso não ocorre, essas questões podem ser encaminhadas para a coordenação geral do acampamento, podendo até chegar a ser motivo para a convocação de uma assembléia geral entre os trabalhadores.

Dentro dos núcleos são discutidas questões referentes ao acampamento ou todo e qualquer assunto que um trabalhador ou trabalhadora perceba como necessário. Dessa forma, é comum observarmos assuntos de caráter extremamente pessoal ou que diz respeito apenas a uma família, ser debatido durante as reuniões de núcleo, levados por um ou mais membros da própria família em questão.

Cada núcleo fornece dois coordenadores para a representação das famílias na coordenação do acampamento. As reuniões de coordenação do acampamento devem acontecer periodicamente. Os coordenadores de núcleos, apesar de representativos das famílias nas reuniões de coordenação do acampamento, não têm representatividade nas assembléias, onde cada trabalhador fala por si próprio em meio à reunião com todos os habitantes do acampamento.

As assembléias podem ser ordinárias ou extraordinárias, quando da necessidade de debater-se qualquer assunto de maior importância, tanto referentes ao próprio acampamento quanto a decisões maiores em relação ao MST como um todo. A participação do acampamento em determinado ato público, por exemplo, normalmente é decidida em assembleia.

Nesse sentido, os acampamentos, assim como os assentamentos, têm certa autonomia em relação às ações que vão promover e/ou participar, desde que estas não divirjam das linhas políticas traçadas pelo MST.

A ligação direta de cada família acampada com a organização macro do MST é feita por meio dos coordenadores, tanto os coordenadores de núcleos, quanto os coordenadores do acampamento, que são provenientes também dos núcleos de famílias (ver ideograma 3 na página 142).

Como podemos observar cada núcleo de base (NB), ou núcleo de família (como também são chamados dentro da organização do MST) elege dois coordenadores, que serão os coordenadores de núcleos. Entre os coordenadores de núcleos são escolhidos dois representantes, também seguindo a mesma lógica de paridade de gênero: um homem e uma mulher que serão os coordenadores do acampamento. Os demais membros dos NBs precisam se inserir nos setores, por meio de uma assembléia geral e ordinária. Neste caso a inserção deve se dar por afinidade. As pessoas que se interessarem mais, ou tiverem alguma formação ou aptidão específica por questões de saúde podem se oferecer, por exemplo, para compor este setor no acampamento.

Os setores são constituídos também a partir das necessidades impostas pelo meio. Nesse sentido, no acampamento Terra Prometida temos os setores de Educação, Saúde, Formação, Gênero, Produção, Cultura, entre outros.

Cada setor deve funcionar de forma análoga ao NB. Eles elegerão dois coordenadores por setor e os coordenadores de cada setor se somarão aos coordenadores dos NBs, formando assim a Coordenação de Base. É nesta instância organizacional que são tomadas todas as decisões referentes às competências de cada setor envolvido e referentes às questões mais gerais do acampamento. É o espaço inclusive onde se resolvem as desavenças internas entre famílias, quando necessário.

O Terra Prometida; há algum tempo atrás, possuía seis núcleos de base, hoje reduzidos a apenas cinco. Devido aos muitos anos debaixo da lona preta, vivendo constantemente a incerteza da efetivação do assentamento, a organicidade dos núcleos de base não tem funcionado como o proposto pelas diretrizes do MST. Eles deveriam se reunir quinzenalmente ou, no mínimo uma vez por mês, o que não vem acontecendo, conforme os relatos dos próprios trabalhadores e coordenadores.

Também em outros aspectos algumas famílias têm se mantido distantes, ou, no mínimo, imparciais em relação aos posicionamentos do MST. Embora trate-se aqui de um

acampamento originalmente organizado por militantes do MST, atualmente não percebemos alguns elementos referentes a esta organicidade. Os símbolos continuam fortemente presentes. Como um *semióforo*⁶⁰ a bandeira vermelha está içada sobre o mastro mais alto, mas a organicidade do acampamento perde elementos importantes, adquiridos durante muitos anos entre o desmontar e remontar dos barracos, entre os momentos de calma e os de tempestade vividos coletivamente.

O sentimento de pertença a algo maior que o próprio acampamento que estas famílias constituem pode parecer agora abalado em alguns pontos de sua estrutura, mas isto é fruto de um longo período de incertezas vivido por todos que compõem o acampamento Terra Prometida. Entre as ameaças constantes de despejo e as mudanças de locais, esta instabilidade reflete ora, positiva, ora, negativamente na vida de todos os trabalhadores rurais acampados. Sua unidade é posta à prova a cada novo confronto com “os de fora” sob a figura de autoridades governamentais ou não.

As famílias dos trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida foram elas próprias o fruto de transformações ocorridas no mundo rural brasileiro durante as décadas do pré e do pós 64, quando muitos migraram de seus estados de origem para o Rio de Janeiro, dando início assim a uma nova dinâmica social em meio às regiões metropolitanas do estado, tendo que reaprender a trabalhar longe da terra com outros tipos de ferramentas, tendo que se “modernizar” para acompanhar a “modernização” do país.

Os vários anos vividos embaixo da lona preta foram também anos de profundas mudanças no cenário político, econômico e social. Os trabalhadores, durante este tempo, viveram continuidades no trato político com relação à questão agrária, mas também rupturas de significados e sentidos que os levaram a crer em mudanças. Viram assumir o poder um presidente da república de origem operária, que se dizendo representante da esquerda parecia a premissa de que a questão agrária poderia enfim ressurgir com uma nova conotação no debate nacional. Suas histórias, no entanto, não mudaram com a mudança de governo. Podemos trazer aqui para a reflexão uma exposição constantemente feita para os trabalhadores por grupos de militantes durante os trabalhos de base e reafirmada nos cursos de formação, dos quais tive a oportunidade de presenciar alguns: *A mudança social não pode ser feita de cima para baixo, de um para todos*, mas deve ser fruto do desejo e da ação da base, da

⁶⁰ Marilena Chauí, 2000.

grande maioria da população. Apesar dos símbolos da luta pela terra permanecerem vivos e desse conhecimento pairar sobre o acampamento, o cansaço também pairava sobre ele e o peso de quase dez anos embaixo da lona preta pode esmorecer alguns aspectos da luta, embora também venha a fortalecê-la em outros.

CAPÍTULO III

CONTINUIDADES E RUPTURAS

Neste Capítulo trataremos dos fatores constantes no que se refere à questão agrária brasileira, ou seja, aquilo que permanece ao longo dos anos praticamente imutável, mas também das transformações ocorridas nas conjunturas político-econômica e social que afetaram diretamente o cenário rural brasileiro. Esta abordagem será feita com base nos Capítulos anteriores, observando dois momentos distintos e tendo como marco para as mudanças mais significantes ocorridas no mundo rural brasileiro o período ditatorial instaurado após o golpe militar de 1964. Tomando o acampamento Terra Prometida como referência, veremos como as famílias de trabalhadores rurais deste acampamento representam o resultado das transformações ocorridas no mundo rural a partir de novos elementos inseridos no cenário político nacional.

3.1. A Questão Agrária Atual e os Desafios da Reforma Agrária

A razão para o acampamento Terra Prometida ter sido transferido de Santa Cruz, na Zona Oeste do município do Rio de Janeiro, para a região de Tinguá, em Nova Iguaçu foi o interesse de uma empresa transnacional pela área onde as famílias estavam acampadas.

Quase quatro anos após a ocupação da área em Santa Cruz, as famílias dos trabalhadores rurais Sem Terra continuavam sem perspectiva quanto ao prazo para seu assentamento definitivo. Prosseguiram as negociações com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para andamento do processo de assentamento das famílias e pouca coisa havia mudado desde a saída destes trabalhadores da área ocupada em Miguel Pereira e sua posterior entrada naquelas terras em Santa Cruz. Foi então que o INCRA solicitou à

Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), órgão federal proprietário da área em questão, a concessão de uso das terras para o assentamento das famílias. A CNEN, por ocasião da solicitação do INCRA, se mostrou favorável a negociar com as famílias por meio do Instituto. Logo, porém, as negociações entre a CNEN e o INCRA foram interrompidas por uma alegação do governo do Município do Rio de Janeiro, que apontava a CNEN como detentora de uma dívida milionária com os cofres municipais. Decorrido algum tempo após a apresentação da dívida por parte da Prefeitura, iniciou-se entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear e a Prefeitura do Rio de Janeiro um embate, à parte, sobre o valor da dívida. Divergência esta que prolongaria ainda mais a espera das famílias.

No dia 24 de junho do ano de 2004, a Comissão de Energia Nuclear assumiu a dívida com base no artigo 502 do Código Civil e ratificou a intenção de doação da área para o INCRA. A negociação entre a Comissão e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária vinha ocorrendo desde então, e superados os obstáculos que vinham impedindo a cessão da área ao INCRA para o assentamento das famílias de trabalhadores rurais, os órgãos deram prosseguimento ao processo de repasse das terras. Desde o dia 31 de agosto de 2004, data na qual o INCRA reafirmou seu interesse na área para assentar as famílias, o documento oficializando a doação da área ao INCRA encontrava-se em fase de assinatura. Porém, com a morosidade do processo, apenas no ano de 2006 o processo de doação foi enviado para a Chefia da Casa Civil, em Brasília, Distrito Federal. Em Brasília, o documento necessitava apenas da assinatura do presidente sancionando a transferência das terras da CNEN para o INCRA, para concretizar o processo. No entanto, após o envio do processo de transferência da fazenda em Santa Cruz da propriedade da CNEN para o INCRA, as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida aumentaram.

No ano de 2006, se iniciou uma negociação, paralela à negociação já existente entre a CNEN e o INCRA. Tratava-se agora de um acordo que vinha sendo firmado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (ao qual a CNEN está subordinada) e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj). O Governo do Estado pretendia adquirir a propriedade da área em Santa Cruz, questão da disputa entre os trabalhadores rurais Sem Terra e o Governo Federal, para repassá-la a um grupo transnacional de investidores, do qual fazia parte a empresa alemã Thyssenkrupp. O grupo da transnacional alemã tinha por objetivo a instalação de um pólo industrial nas terras onde estavam acampadas as famílias de trabalhadores rurais.

Ressaltemos que as terras em questão estão situadas em uma área caracterizada pela presença de manguezais na baía de Sepetiba, ou seja, trata-se de área de preservação ambiental.

Os trabalhadores, assessorados por advogados da Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP) entraram com representação junto ao Ministério Público Federal – que acompanhava essa negociação desde seu início – contra a quebra da expectativa de direito e de contrato feito entre a CNEN e o INCRA.

Alguns dias após a ação junto ao MP, as terras de Santa Cruz onde localizava-se o acampamento Terra Prometida foram oficialmente transferidas ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. O relato de um trabalhador acampado no Terra Prometida com sede em Tinguá expressa de forma mais clara o que praticamente todos os entrevistados deixaram transparecer em suas entrevistas com relação à suspeita sobre o interesse da Thyssenkrupp pela área onde estavam acampados. Segundo este trabalhador, que em Santa Cruz desempenhava a função de coordenador do acampamento, o desejo do grupo estrangeiro de instalar seu pólo industrial nas terras da região de Santa Cruz foi estimulado após o envio do processo de desapropriação das terras para Brasília, unicamente em função da oportunidade.

(...) a Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) que ia ser implantada eu acho que em Pernambuco, estava reivindicando uma área pra construir um pólo-industrial ao governo do estado. O estado vai e contata Brasília. Era o governo da Rosinha na época, né.

O que eu entendi, não estou dizendo que é certo, mas foi o que eu entendi... nisso vai tramitando lá um papel na mesa lá do ministro da habitação esse processo da CNEN que é nosso que devia ser assinado pra voltar pra gente. E o estado querendo uma área naqueles moldes. O cara lá em Brasília vê e diz ‘pô, vocês tão querendo uma fazenda assim, assim e assim, tem uma aqui com sem-terra. Só que é o seguinte pra vocês irem pra lá vocês tem que assentar esses sem-terra, tem que garantir as famílias’. Aí o estado aceitou.

Só que eu acho que eles [o estado] estavam pensando que era um grupo sem-terra, mas não era o MST. Pensavam que era um grupo solto. Então eles chegaram aqui com a proposta de dar uma casa lá em Sepetiba pra cada família, achando que assim o negócio estava resolvido. Quando eles se depararam com a gente, a gente começou a peitar. Dissemos: não é assim, não é assim. E a gente não queria sair... não queria sair... Aí nós forçamos uma negociação.

A lentidão dos governos Federal e estadual faria com que as famílias de trabalhadores permanecessem por vários meses no impasse entre a pressão de deixar a área que ocupavam em Santa Cruz e a incerteza de não ter outro local para ir. Mas as famílias decidiram resistir

no local onde estavam até que uma solução viável fosse tomada. Tinham a seu favor e ao mesmo tempo contra si o súbito interesse do governo estadual em transferir as terras ao grupo transnacional de empresários que pretendiam construir ali um pólo industrial. Este fato, ao mesmo tempo em que fazia com que os governos estadual e federal se empenhassem sobremaneira em retirar as famílias da área, colocava nas mãos destas uma ferramenta para a negociação. Os trabalhadores rurais alegavam que somente sairiam com a garantia do assentamento imediato de todas as famílias acampadas, pleiteavam outra área que comportasse todas as famílias e que fosse “legalmente” transferida em seus nomes.

Os trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida permaneceram unidos no objetivo de não abandonar as terras que ocupavam em Santa Cruz enquanto o governo não apresentasse uma solução que viabilizasse o efetivo assentamento das famílias. Seus vários anos como acampados da reforma agrária, vivendo “embaixo da lona preta” haviam lhes rendido a percepção e perseverança necessárias para saber que este era um momento decisivo na negociação que vinham travando com o Estado. Sua identidade de Sem Terra, fortalecida pela experiência de vida adquirida no convívio em coletividade, também os havia fortalecido como grupo e, nesse momento, as expectativas deste grupo apontavam para um desfecho favorável.

Ao mesmo tempo, os trabalhadores rurais Sem Terra e os dirigentes do MST também tinham claro que a área onde se encontravam era uma região rica em manguezais e, portanto, área de proteção ambiental. Sendo assim não acreditavam prudente o governo estadual ceder as terras para a construção de um pólo industrial que certamente provocaria danos ao ecossistema da região. Tinham a consciência de que não poderiam permitir a entrega daquelas terras para esse fim prejudicial ao meio ambiente e, por consequência, prejudicial a todo um conjunto de pessoas que vivem desse ecossistema, visto que na região da Baía de Sepetiba e áreas próximas como a restinga de Marambaia vivem diversas populações tradicionais como caiçaras, caboclos e quilombolas.

O projeto para a construção do pólo industrial do consórcio alemão formado pela Thyssenkrupp Steel e a Companhia Vale do Rio Doce, denominado Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), prevê a construção um conglomerado industrial siderúrgico-portuário, com capacidade para produzir 5,5 milhões de toneladas de placas de aço por ano em uma área de 9 km² às margens da Baía de Sepetiba. A produção seria totalmente direcionada para a exportação. Um montante de 40% da produção seria direcionado para a Alemanha e o

restante, 60%, estariam destinados aos Estados Unidos da América, conforme relatório do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul⁶¹. O impasse estava formado e seria de difícil solução.

Imagem 4 - Canteiro de obras em Santa Cruz



Fonte: Foto obtida em <<http://www.pacs.org.br>>

Conforme Gislene Lima, do Instituto Rosa Luxemburgo, a CSA seria a primeira de três siderúrgicas que se pretende instalar na mesma região. O impacto das obras pode ser devastador para a região. O local é demasiado raso para comportar um porto, portanto o projeto prevê a dragagem do fundo da baía, local onde existe concentração de metais pesados altamente tóxicos. “Eles vazaram ao longo de 20 anos do depósito de uma produtora de zinco na região e que faliu. Com o tempo se acumularam no fundo da baía”⁶² o que com a dragagem pode vir a se espalhar recontaminando as águas.

Os trabalhadores rurais pressionados a deixar a Fazenda em Santa Cruz, resistiram o quanto foi possível. As pressões aumentavam, tanto por parte do Governo do Estado, quanto por parte do consórcio transnacional comandado pela Thyssenkrupp Steel. Trabalhadores rurais Sem Terra e seus coordenadores afirmam que tiveram as vidas ameaçadas por “pessoas estranhas” que “surgiam” no acampamento dizendo-se policiais. Essas “pessoas estranhas” faziam ameaças inclusive às crianças quando retornavam da escola e tentavam entrar no

⁶¹ Disponível em: <<http://www.pacs.org.br/dia-a-dia.php?id=31>>.

⁶² Disponível em <<http://www.rls.org.br>>. Acesso em 12 de novembro de 2008.

acampamento. Os trabalhadores sentiam-se acuados e evitavam sair do acampamento para não se encontrarem com seus ameaçadores “estranhos” que os queriam fora daquelas terras. Recebiam ameaças de várias direções, mas sempre apresentando o braço armado do Estado como a parte que cumpriria as ameaças:

No início o M do Codin⁶³ nos ameaçou. Disseram que se a gente não saísse eles iriam botar a polícia para nos despejar. Aí a gente falou: bota a polícia, mas a gente não sai⁶⁴.

O coordenador que proferiu o relato acima fala também sobre a importância atribuída por ele à força da presença política do MST no embate que se travava. O histórico de lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra seria uma ferramenta a mais na negociação entre as famílias acampadas e os governos estadual e federal.

Aí um representante do Iterj falou pras pessoas de lá: ‘olha, eles são Sem Terra. Você não pensa que eles são só daqui não. Isso tem gente é no Brasil todo. Eles não estão isolados, então pega leve aí.’ Ali eu acho que o estado ficou sabendo que quem tava lá era o MST. Não era um grupinho, era o MST. É o MST. Então quando eles perceberam quem era eles meio que deram uma freada. Mesmo assim eles pressionaram. Eu até tenho aqui em casa, depois te mostro, umas cartas de ameaças que eles mandaram. Ameaçando de despejo e tudo o mais.

Chegou ao cúmulo do absurdo do Codin chegar pras famílias e perguntar quanto a gente queria pra sair de lá. Aí a gente falou: a gente não quer dinheiro a gente quer terra.

A descrição sobre a tentativa de pagar as famílias para que saíssem das terras, feita pelo coordenador que proferiu o relato acima apareceu também em momentos posteriores, nas falas de outros trabalhadores rurais que presenciaram as negociações no dia em questão. Como transparece no trecho da entrevista, quando a força parecia não surtir efeito, outros artifícios também eram utilizados na tentativa de retirar as famílias da área. Nesse sentido, muitos dos entrevistados concordam que os trabalhos de base feitos dentro do acampamento por coordenadores e dirigentes da Secretaria Estadual do MST/RJ foram fundamentais para que a maioria mantivesse a decisão de enfrentar o Estado e permanecer nas terras até que as famílias recebessem a garantia de que seriam efetivamente assentadas.

⁶³ Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.

⁶⁴ Entrevista realizada em 07 de outubro no acampamento Terra Prometida com sede em Tinguá.

Após um período de embates entre as famílias, e o governo do estado – que inicialmente apresentou como seus porta-vozes e negociadores o Secretário Estadual de Economia e o presidente da Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do Rio de Janeiro (Codin) –, o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) finalmente foi incluído nas discussões com os trabalhadores rurais Sem Terra.

(...) quem tava negociando com a gente não era o Instituto de Terras [Iterj] que por lei deveria ser... ou a Secretaria de Agricultura que deveriam ser os porta-vozes do Estado para negociar com os Sem Terra. Era o Secretário de Economia e o do Codin que é o Secretário que trabalha com o meio urbano... que era o *M*.

Ai nós dissemos: ‘se vocês querem negociar então a gente negocia, mas com quem é de direito, queremos nessa negociação o INCRA e queremos o Iterj’. ‘Mas quem é o Iterj’, eles disseram. Agora você veja, os caras do governo estadual não sabiam quem era o Iterj! Ai nós explicamos, o Iterj é um órgão do estado que trabalha com a questão da terra. ‘E quem é o presidente?’ ... nós dissemos pra eles quem era. Ai eles foram pesquisar e na outra reunião já veio o INCRA e o Iterj⁶⁵.

O ITERJ começou então a negociar uma área em Miguel Pereira para as famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Temendo o aumento da presença de assentamentos do MST na região, os fazendeiros de Miguel Pereira negavam-se terminantemente a disponibilizar terras para fins de assentamento das famílias dos trabalhadores rurais Sem Terra, mesmo diante da proposta do Iterj de *comprar* suas terras.

Constatada a impossibilidade de adquirir terras no município de Miguel Pereira, os trabalhadores iniciaram, junto ao Iterj, a procura por outra área que comportasse as setenta e quatro famílias do acampamento.

Localizaram algumas fazendas no município de Nova Iguaçu e arredores. Iniciaram-se as negociações para a compra de duas fazendas limítrofes na região de Tinguá. Com os ânimos enfraquecidos depois de quase sete anos vivendo sob a condição de acampados rurais, e tendo nos últimos doze meses enfrentado todos os tipos de ameaças, em fevereiro de 2006 as famílias deixaram o distrito de Santa Cruz em direção à Tinguá. Foram nesse momento temporariamente vencidos, e sua terra de trabalho, subitamente transformada no que chamaremos de *terra de negócios*.

⁶⁵ Entrevista realizada em 07 de outubro de 2008 na sede do acampamento Terra Prometida localizada em Tinguá.

A terra de trabalho agora se tornava a terra de negócios de um conglomerado transnacional de siderurgia. Aquela área, onde antes famílias depositavam seus sonhos e esperanças para o futuro, fazia parte de um acordo político financeiro viabilizado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e onde antes havia sonhos de pequenos produtores, há especulação e negociações milionárias cujos benefícios que podem vir a trazer para a população de Santa Cruz dificilmente conseguirão superar os danos que vêm causando a todo o ecossistema da região.

Após a retirada das famílias, o Governo do Estado oficializou a doação das terras para o consórcio transnacional, que iniciou as obras com o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Segundo relatório do Instituto Rosa Luxemburgo a empresa também foi contemplada com incentivos fiscais como, por exemplo, a isenção do pagamento de impostos municipais por um período de cinco anos. A Companhia Vale do Rio Doce se associou ao consórcio com participação de 10% no empreendimento, enquanto a Thyssenkrupp Steel controla 90%. A notícia da construção de uma siderúrgica, a princípio, foi recebido com entusiasmo por parte dos moradores de Santa Cruz. A população da região, que esperava se beneficiar com os empregos gerados pelo complexo siderúrgico, teve uma ingrata surpresa, pois o projeto não têm absorvido a mão-de-obra local.

A empresa está contratando migrantes nordestinos e declara ter importado cerca de 900 chineses para trabalhar como pedreiros na obra. O governo brasileiro autorizou a contratação de, no máximo, 600 operários da China – embora o pedido da empresa fosse de 4.000 homens. Eles fariam parte de um contrato firmado, no valor de US\$ 425 milhões entre a Thyssenkrupp e a Citic estatal de Pequim, para a venda de equipamentos e de mão-de-obra barata⁶⁶.

O complexo siderúrgico, ao invés de empregos e desenvolvimento, acabou por gerar para a região de Santa Cruz, Sepetiba e seus arredores danos ambientais irreversíveis, além de prejuízos à população local, que vive da pesca e do turismo, entre outras mazelas.

A postura mais polêmica da CSA, no entanto, são indícios de vínculo da empresa com grupos paramilitares (formados por ex-policiais e matadores de aluguel) que estariam fazendo a segurança do complexo siderúrgico. Ambientalistas afirmam que o uso de milícias seria para inibir investigações sobre mortes de pescadores e operários ou acidentes de trabalho. Mas sobretudo, para intimidar os movimentos sociais da região que resistem à implantação do complexo siderúrgico.

⁶⁶ Lima, Gisele. Complexo siderúrgico da Thyssendrupp causa danos sociais e ambientais no Rio de Janeiro. Instituto Rosa Luxemburgo. Disponível em: <<http://www.rls.org.br>> (Acesso em: 12 de novembro de 2008)

A equipe do PACS, que desde 2007 vem apoiando os pescadores e as comunidades locais, assegura que esse é o tema mais delicado de se denunciar, já que põe em risco direto a população que vive na região.

(...) os pescadores são, muitas vezes, impedidos de sair ao mar para trabalhar, porque a empresa instala equipamentos dentro dos rios e canais, fechando as possibilidades de acesso a pequenos barcos. Além disso, rebocadores da empresa estariam circulando em alta velocidade por esses rios e canais, destruindo material de pesca e ameaçando a segurança de pescadores em atividade⁶⁷.

Entidades ecológicas acusam a CSA de ter obtido licença ambiental de forma fraudulenta e desrespeitando as leis ambientais, fato que está sendo investigado pelo Ministério Público Federal, conforme documento anexo⁶⁸ ao final deste trabalho.

(...) a licença ambiental deveria ter sido concedida pelo órgão federal de meio ambiente (Ibama), uma vez que a região é zona costeira, no entanto foi dada às pressas pelo órgão do estado (FEEMA) sem levar em conta critérios técnicos-legais e éticos. Além disso, os órgãos ambientais FEEMA e Ibama nunca fiscalizaram as obras que desde o início vêm provocando grande destruição ambiental e prejuízos à pesca. O enterramento de lama contaminada por metais pesados (lixo químico) no fundo do mar é outro crime. Não se utilizou as melhores e mais seguras tecnologias. A obra está provocando um empobrecimento enorme de milhares de pescadores artesanais⁶⁹.

⁶⁷ Ibidem.

⁶⁸ Anexo IV, página 141, disponível também em: <<http://www.prrj.mpf.gov.br>>.

⁶⁹ Sérgio Ricardo, ambientalista em entrevista ao Ecodebate. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br>

Imagem 5 - Vista panorâmica das obras do complexo siderúrgico em Santa Cruz



Foto obtida no site <<http://www.diariodorio.com>>.

Instalados em Tinguá, os trabalhadores rurais sabiam que as duas fazendas juntas não possuíam área suficiente para assentar as setenta e quatro famílias do acampamento. As fazendas, circundadas pela Reserva ambiental de Mata Atlântica do Tinguá, têm boa parte da área impossibilitada de ser utilizada por tratar-se de mata preservada. São duas antigas fazendas de gado leiteiro, há muito desativadas, cujos terrenos são bastante acidentados, pedregosos e castigados pela presença anterior de gado naquele solo, mais indicado para o plantio de hortaliças, cujas raízes são pouco profundas. Por outro lado a fazenda possui fontes de água em abundância, uma característica da região de Tinguá. Portanto, com algum investimento, a piscicultura pode ser uma opção (o que algumas famílias planejam fazer para o futuro). Em função das características das fazendas, os lotes necessitariam ser maiores para que outro tipo de produção fosse viável.

Meses após a chegada dos trabalhadores na região de Tinguá, a situação das famílias ainda não tinha perspectivas de solução. As negociações entre os trabalhadores e o Iterj vinham acontecendo desde então e as providências do Instituto de Terras do Rio de Janeiro eram tomadas com extrema morosidade. Este fato levou os trabalhadores a realizar diversos

protestos para que o órgão estadual agilizasse o assentamento das famílias, o que dependia da aquisição de uma área complementar para garantir lotes a todos os acampados. Sem essa solução o assentamento não seria viável.

Os trabalhadores realizaram protestos e atos públicos como marchas às sedes do INCRA/RJ e do Iterj, assim como reuniões com os representantes dos órgãos, nas quais sempre recebiam a promessa de que já se estava providenciando uma nova fazenda e que o assentamento das famílias se daria em breve. Cansados de obter sempre as mesmas informações e não ver nada de concreto se realizar, as famílias optaram por uma ação mais drástica. No dia 06 de março de 2007, dia em que completavam onze meses de acampamento em Tinguá, os trabalhadores rurais ocuparam a sede do Iterj na Avenida Marechal Câmara, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, com a alegação de que somente sairiam após a compra de uma das fazendas que haviam indicado ao órgão para o assentamento das famílias.

Um trabalhador descreve em poucas palavras a saga das famílias após a saída de Santa Cruz na esperança de serem assentados, conforme o governo estadual prometera, em apenas três meses:

(...) compraram a fazenda Paraíso e JR que era próxima a Reserva de Tinguá, então não cabia todo mundo. E nós começamos a pressionar o governo a desapropriar uma outra. Tínhamos a opção da fazenda Dendê que é antes [antes da JR, próximo à entrada da fazenda de Tinguá] e a fazenda Sempre Verde que é em Duque de Caxias.

A fazenda Dendê o fazendeiro pediu muito caro e aí como nós já tínhamos indicado a Sempre Verde, o Iterj se dispôs a entrar com o processo de desapropriação para fins sociais que é um pouco diferente do processo do INCRA pra fazer o assentamento nosso nessa fazenda Sempre Verde.

Foi assim que a gente ficou com a Sempre Verde também além da JR e da Paraíso⁷⁰.

Até a data em que escrevo esta dissertação, as famílias ainda se encontram na condição de acampados, ou como eles mesmos têm se denominado, *pré-assentados*. Continuam oficialmente não existindo para os programas de reforma agrária do governo, disponíveis para assentamentos rurais. Continuam tendo de vender sua força de trabalho em subempregos e atividades temporárias fora do acampamento para garantia dos recursos que

⁷⁰ Entrevista realizada em 10 de junho de 2008, com trabalhador atualmente acampado no Terra Prometida com sede em Duque de Caxias, que desempenha a função de coordenador.

lhes permitirão cultivar os lotes. Continuam esperando há quase dez anos que o INCRA e agora também o Iterj, promovam o assentamento de suas famílias.

Entretanto, mesmo sem a concretização do assentamento por parte dos governos, o que existe no acampamento, em suas sedes de Tinguá e Duque de Caxias, já pode ser descrito como a terra de trabalho destes homens e mulheres. A terra de trabalho que se apresenta como a possibilidade de materialização da força de trabalho. Uma terra de trabalho “camponesa” construída por eles durante mais de nove anos de luta e resistência. Terra de trabalho como as que foram construídas antes em Miguel Pereira e em Santa Cruz, que foram suplantadas pela *terra de negócios*.

A terra de negócios é nesse sentido aquela que veio inviabilizar a terra de trabalho, assim como a terra de gado inviabilizou a terra de trabalho dos trabalhadores estudados por Garcia Júnior (1983). Ela aparece na atualidade em oposição à terra de trabalho como a terra de gado aparecia em oposição a outro tipo de terra de trabalho existente na década de 1970, na Zona da Mata Pernambucana. Assim como a terra de trabalho atual difere do que o foi em décadas passadas, sua oposição direta também se diferenciou com o passar dos anos.

A terra de gado que surgia para os trabalhadores da Zona da Mata Pernambucana estudados por Afrânio Garcia Júnior em oposição direta à terra de trabalho já representava naquele momento uma transformação na estrutura produtiva do latifúndio. O latifúndio, ao modificar sua estrutura produtiva da monocultura para a pecuária extensiva, não comportava mais aqueles pequenos produtores, obrigando-os a procurar em outro lugar as condições de trabalho de outrora. Nesse sentido, é uma atividade externa, exclusiva do latifúndio, que se apresenta em oposição à terra de trabalho camponesa daqueles pequenos produtores da década de 1970.

No estado do Rio de Janeiro, após mais de três décadas, podemos observar uma nova relação de oposição à terra de trabalho, que também já se apresenta diferenciada da primeira, tanto em função das características próprias do estado quanto das modificações sociais, econômicas e políticas ocorridas em nosso país, principalmente após o Golpe Militar de 1964 e as transformações ocorridas no meio rural brasileiro por meio da Revolução Verde.

Com seus incrementos tecnológicos, a Revolução Verde provocou modificações tanto econômicas quanto sociais que afetaram não somente o meio rural brasileiro, mas também

imprimiram um novo formato ao espaço urbano que passou a comportar grande parcela da população migrante dos espaços rurais. Essas transformações modificaram também o significado da expressão *terra de trabalho* e expandiram-na para outros espaços que não somente o rural. A terra de trabalho se apresenta na atualidade para os trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida como um espaço de objetivação do trabalho como forma de emancipação e autonomia do trabalhador, em contraposição à terra ociosa, de especulação, ou mesmo à grande propriedade de exploração monocultora que, além de sua baixa empregabilidade, não permite a emancipação do trabalhador. A terra de trabalho é, portanto, a possibilidade pleiteada de trabalho, de materialização da força de trabalho familiar, conquistada por meio da luta pela terra.

Desta forma, ao analisarmos a história do acampamento Terra Prometida pode-se afirmar que o que existiu para as famílias de trabalhadores rurais em Miguel Pereira foi uma terra de trabalho, posto que embora não tenha se configurado a materialização da força de trabalho familiar, foi construída com este objetivo, pelo período em que perdurou o acampamento das famílias. O que aconteceu em Miguel Pereira foi a derrota da terra de trabalho, derrotada pela terra de negócios caracterizada pela especulação. A terra de trabalho foi suplantada por uma terra ociosa que aguardava valorização para especulações financeiras.

Em Santa Cruz também observamos a derrota da terra de trabalho, desta vez pela terra de negócios metamorfoseada em um grande empreendimento do capital financeiro industrial. Após o interesse do consórcio transnacional da Companhia Siderúrgica do Atlântico pela área, quase um ano de negociações e pressões havia se passado quando os trabalhadores e trabalhadoras foram levados a abandonar a fazenda em Santa Cruz e se transferir para o município de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Como a nova área não possuía a capacidade de comportar todas as setenta e quatro famílias, vários meses se passaram até que o Estado desapropriasse uma terceira fazenda, agora em Duque de Caxias, para garantir lotes para todos. Mesmo após a compra da terra pelo Estado os trabalhadores ainda aguardam o cumprimento da promessa do Governo do Estado do Rio de Janeiro de assentá-los definitivamente. O processo do assentamento ainda tramita, lentamente.

Ainda assim sob essa mesma ótica, podemos dizer que o que existe hoje no acampamento Terra Prometida em Tinguá e Duque de Caxias é *terra de trabalho*. E se essa terra de trabalho vier a fracassar o que terá prevalecido será a terra de negócio disponível para especulação.

Conquistar a terra de trabalho é a razão da luta dos trabalhadores do acampamento Terra Prometida. Quando iniciaram sua jornada em busca da concretização de seus objetivos, muitos não imaginaram que o embate que travariam seria tão longo. Não estavam enfrentando apenas os latifundiários de outros tempos. Sua luta agora está internacionalizada. Enfrentam grandes corporações internacionais, mas também enfrentam os problemas de casa: os “jagunços” com os quais se deparam muitas vezes surgem uniformizados e trazem no peito o símbolo do Estado. No lugar de grandes fazendeiros latifundiários, foram apresentados aos representantes da União e do Estado, a grandes corporações e grupos transnacionais. Estão enfrentando a *terra de negócios* que tenta se apropriar do espaço ocupado por estes trabalhadores, e em contrapartida, tenta expropriá-los novamente ao suplantam a terra de trabalho construída por eles.

Os trabalhadores de Afrânio, por sua vez, enfrentavam o início das transformações do latifúndio, em uma época em que essas estavam sendo implantadas. Contudo, em diferentes regiões, em diferentes décadas, podemos perceber uma permanência: a questão agrária é o que se apresenta tanto para os pequenos proprietários rurais da Zona da Mata Pernambucana quanto para os trabalhadores rurais Sem Terra do acampamento Terra Prometida. Temos a mesma questão agrária, a questão da propriedade privada da terra, para as diferentes situações apresentadas. A questão agrária está na base de todos os conflitos narrados neste trabalho. É ela que aparece no embate entre terra de trabalho e terra de gado estudado por Afrânio em 1970 e ela que está presente novamente no binômio terra de trabalho e terra de negócios vivido pelos trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida. A questão da propriedade privada da terra concentrada nas mãos de poucos, enquanto a grande maioria da população se vê desprovida do acesso à terra de trabalho.

Assim, a questão agrária continuou presente no ano de 1999, quando os trabalhadores, organizados pelo MST, decidiram ocupar terras para pressionar o governo a assentá-los. A propriedade privada da terra aparece, mais do que nunca, extremamente concentrada, enquanto um enorme contingente de pessoas é expropriado desse direito e, sem ele, também se veem excluídas do direito à própria reprodução social como cidadãos.

A questão agrária que outrora afligia trabalhadores rurais nos recôncavos do país continua a existir, agora com novos elementos agregados. Na atualidade, ainda é a questão agrária dos grandes latifúndios, mas também é a questão agrária da especulação financeira, do

agronegócio, dos transgênicos, das *commodities* etc., ainda sob a égide do capital agro-exportador.

Os enfrentamentos para a questão agrária, tal como se apresenta na atualidade, também sofreram alterações quando comparados às formas de lutas do passado. Hoje nem sempre se resumem a ocupações de terras de latifúndios abandonados sem qualquer produção. Podem ocorrer em áreas cobertas por vegetação, mas uma vegetação modificada laboratorialmente e que não condiz com a biodiversidade do país. A questão agrária brasileira do século XXI se manifesta de formas diversas, conforme se diversificam as estratégias da *terra de negócio*. Temos, por exemplo dessas manifestações, a ação de mulheres camponesas durante os protestos do Dia Internacional da Mulher, no ano de 2008, ocupando um laboratório de manipulação genética, destruindo mudas de eucalipto da empresa Stora Enso, no Rio Grande do Sul, e plantando mudas de árvores nativas em seu lugar. Mais que um enfrentamento da questão agrária, esta ação representou um ato de protesto que deu visibilidade internacional à causa camponesa. Uma causa camponesa atual, que luta contra grandes corporações internacionais que se apropriam do solo brasileiro para dele retirarem riquezas que serão enviadas para seus respectivos países enquanto deixam no Brasil destruição e miséria.

A empresa Stora Enso tem adquirido grande quantidade de terras no Rio Grande do Sul, principalmente próximo à fronteira com o Uruguai. Trata-se de uma empresa de nacionalidade sueco-finlandesa, que pelas leis⁷¹ é impedida de adquirir terras em uma área de 150 km de fronteira do Brasil com outros países. Conforme dados do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), inicialmente a Stora Enso adquiriu terras em nome de outra empresa, a Derflin, que por ser também de nacionalidade estrangeira não teria conseguido legalizar as terras, motivo pelo qual teria sido criada uma empresa de “fachada”, cujos proprietários eram brasileiros.

A Agropecuária Azenglever, de propriedade de dois brasileiros: João Fernando Borges e Otávio Pontes (diretor florestal e vice-presidente da Stora Enso para a América Latina, respectivamente). Eles são atualmente os maiores latifundiários do RS.

Cerca de 50 fazendas, totalizando mais de 45 mil hectares, já estão registradas em nome da Agropecuária Azenglever. Entre essas áreas está a Tarumã, ocupada pelas mulheres [no protesto do Dia Internacional das

⁷¹ Lei nº 6.634/1979 e o artigo 20, parágrafo segundo da Constituição Federal de 1988, que legisla sobre a aquisição de terras por estrangeiros em regiões de fronteira.

Mulheres]. Há um inquérito na Polícia Federal responsável para investigar o crime, mas a empresa continua agindo livremente⁷².

No ano de 2006 também chamou a atenção da opinião pública a ocupação realizada por integrantes da Via Campesina, uma organização camponesa internacional da qual o MST é membro integrante, da propriedade da multinacional de sementes, Syngenta Seeds, no dia 14 de março. A Syngenta é de nacionalidade suíça e seus experimentos de engenharia genética vinham sendo desenvolvidos em solo brasileiro por serem proibidos na Suíça sob a alegação de risco de contaminação das áreas rurais de seu país⁷³. A propriedade da multinacional localizava-se no cinturão de proteção ecológica do Parque Nacional do Iguaçu, em Santa Tereza do Oeste, no oeste do Paraná. Os trabalhadores permaneceram acampados na propriedade por dezesseis meses e receberam apoio de várias entidades civis brasileiras e do exterior.

O protesto dos componentes da Via Campesina surtiram efeito, conforme podemos verificar no trecho da reportagem abaixo:

Walter Santos Filho, chefe do Ibama na região, informou na ocasião que a empresa entregou apenas uma autorização da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) para a manipulação e pesquisa de milho transgênico nas fazendas experimentais do Paraná e de Uberlândia (BH). Mas não enviou ao Ibama licenças do projeto de instalação da fazenda e de operação das atividades. A organização não-governamental paranaense Terra de Direitos contestou a regularidade da autorização da CTNBio.

(...) O Governo do Paraná decidiu desapropriar a área de 127 hectares para instalar um centro de agroecologia. A Syngenta plantava soja e milho transgênicos na estação de pesquisas, o que desrespeita a lei brasileira, pois a fazenda fica dentro da zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu. Estudos apontam que plantações de transgênicos estão contaminando de forma irreversível as lavouras convencionais.

A Syngenta já foi multada em R\$ 1 milhão em março do 2006 pelo Ibama, que constatou o plantio de transgênico na estação de pesquisas, que fica na zona de amortecimento do Parque Nacional do Iguaçu, uma faixa de dez quilômetros contada a partir dos limites da reserva.

(...) O Governo do Paraná buscou a desapropriação da estação de pesquisas da Syngenta baseando-se em critérios técnicos⁷⁴.

⁷² Mulheres da Via Campesina ocupam área da Stora Enso no RS. MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br>> (Acesso em: 10 de março de 2008)

⁷³ Agência Nacional de Notícias do Pará. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br>> (Acesso em: 22 de maio de 2009)

⁷⁴ Disponível em <<http://www.aenoticias.pr.gov.br>>

No Rio de Janeiro as ações levantadas contra a *terra de negócios* tem se processado através de passeatas, ocupações de prédios públicos e manifestações contra as privatizações de empresas estatais que intensificam a presença de empresas estrangeiras no país. Como os protestos contra a privatização da empresa Vale do Rio Doce e, mais recentemente, o lançamento da campanha “O petróleo tem que ser nosso”, contra o processo de privatização da Petrobrás. Imbuídos desses valores, no dia 21 de maio deste ano mais de cinco mil pessoas saíram em passeata da Praça da Candelária até a sede da Petrobrás, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Entre vários movimentos sociais e sindicais estava o MST. Trabalhadores rurais Sem Terra acampados e assentados de todo o estado participaram deste ato de protesto.

O fato de terem deixado a fazenda em Santa Cruz cedendo a pressões do governo estadual e federal, assim como da empresa alemã, não significa que os trabalhadores do acampamento Terra Prometida tenham abandonado a luta contra esta empresa e a destruição que tem causado à Baía de Sepetiba. Essa luta trata de uma questão de sobrevivência, como trabalhadores rurais Sem Terra e, principalmente, como seres humanos que dependem do meio ambiente, do equilíbrio dos ecossistemas, para sua própria existência. Os trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida participaram juntamente com trabalhadores rurais de outros acampamentos e assentamentos do estado, com movimentos sociais ecológicos e de pescadores artesanais da região da Baía de Sepetiba da audiência pública para a apuração e responsabilização dos prejuízos causados às comunidades do entorno das obras da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA).

Os enfrentamentos que estes trabalhadores têm promovido são uma forma de conquistar e construir suas terras de trabalho. Como podemos observar, os protestos atuais são contra a terra de negócio, ou (agro) negócio, que veio inviabilizar as estratégias de sobrevivência desta população que se encontra atualmente desprovida dos meios de reprodução. Esses trabalhadores rurais, homens e mulheres Sem Terra que lutam contra a expropriação gerada por esta terra de negócio. Inviabilizando a terra de trabalho a terra de negócio inviabiliza a própria sobrevivência destes trabalhadores que buscam na terra uma possibilidade de empregar sua força de trabalho de forma produtiva e emancipatória.

3.2. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável no Acampamento Terra Prometida

Um aspecto em que a consciência camponesa dos trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida pode ser percebida é em sua relação com a terra dentro dos princípios agroecológicos. Apesar das dificuldades enfrentadas para o plantio dentro dos lotes, os trabalhadores que conseguem iniciá-lo têm adotado práticas agroecológicas de preservação de solo, cultivo e multiplicação de sementes livres de modificações genéticas, as chamadas *sementes crioulas*. Os trabalhadores são assessorados neste sentido por agrônomos do MST e também de organizações como, por exemplo, a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa). No ano de 2005, por exemplo, quando o acampamento ainda se localizava em Santa Cruz, estava em andamento um projeto para armazenamento de sementes crioulas assessorado pela AS-PTA. O projeto partiu da experiência de duas famílias acampadas que começaram a plantar com a finalidade de gerar sementes para suprir as necessidades do acampamento. A iniciativa das famílias foi adotada pela AS-PTA⁷⁵ que a transformou em projeto para o futuro assentamento.

Além do projeto de armazenamento de sementes crioulas é possível observar outros tipos de práticas agroecológicas no interior do acampamento. Existem casos em que tais práticas são formas de trabalhar a terra, de cultivar determinada variedade de sementes e mudas que os trabalhadores tinham consigo quando entraram no acampamento, ou seja, conhecimentos próprios de determinada região adquiridos com os antepassados nos locais de origem dos trabalhadores, se configurando em *saberes* muito específicos. Em outros casos, tais práticas são adotadas pelas famílias após a intervenção de grupos vindos de fora do acampamento como estudantes de agronomia, agrônomos militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ONGs agroecológicas etc. Por vezes, alguns trabalhadores fazem resistência a técnicas “naturais” de plantio e colheita e repetem o discurso difundido no setor de *agrobusiness* sobre baixa produtividade, maior tempo para maturação etc., porém, em geral, as técnicas de manejo sustentável são bem recebidas pela maioria dos trabalhadores acampados que tão logo lhes é possível as colocam em prática.

A entrevista realizada com um trabalhador rural por ocasião da pesquisa de campo exemplifica como o espaço do acampamento pode permitir trazer à tona conhecimentos

⁷⁵ Disponível em: <<http://www.aspta.org.br>>, acessado em 2007.

específicos adquiridos em um passado distante e que há muito se encontrava adormecido por falta de oportunidade de empregá-los. S. (como vamos chamá-lo) viveu com seus avós em um sítio na cidade de Jacaraú, na Paraíba, até os vinte anos idade, quando perderam seu sítio para um grande fazendeiro da região. A família se mudou para outro estado, onde tentaram recomeçar a vida. Produziam gêneros alimentícios em cerca de 20 hectares de terreno alagadiço que, na época das chuvas ficava inundado, impossibilitando o plantio. Nos períodos de seca o plantio era dificultado por falta de água para irrigar a terra. No período de chuva seu avô tinha de trabalhar como tropeiro para complementar a renda da família. Também arrendavam, nesses períodos, terras de grandes fazendeiros da região para poderem plantar os gêneros alimentícios que supririam parte de suas necessidades. S. informou que aprendeu a “lidar com a terra” com seus avós e tudo o que sabe sobre plantação provém do período que conviveu com eles. Veio para o Rio de Janeiro aos vinte anos de idade “tentar a sorte nos canteiros de obras”. Trabalhou como pedreiro, carpinteiro e até desempenhou a função de cabeleireiro durante os vinte e poucos anos que viveu na região metropolitana do estado.

Ao ser convidado a participar da ocupação para a constituição do acampamento Terra Prometida S. viu a chance de voltar a trabalhar com a terra, conquistando sua terra de trabalho e adquirindo melhores condições de vida, o que a “cidade” não estava lhe proporcionando. Ao chegar ao acampamento S. iniciou o plantio de gêneros como os que cultivava em sua terra natal e conforme aprendera com seus avós. Com o passar do tempo, porém, foi agregando ao conhecimento que já possuía novos *saberes* adquiridos por intercâmbio com seus companheiros(as) acampados(as) e também a partir da proximidade com os técnicos agrônomos do MST e de entidades que auxiliam os trabalhadores rurais a aprimorar técnicas de manejo sustentável do solo, cultivos orgânicos etc. O trabalhador rural S., que sempre foi pioneiro na utilização de novas técnicas de cultivos orgânicos, atualmente tem seu lote demarcado no acampamento com sede no município de Duque de Caxias.

3.3. A Terra de Trabalho do Acampamento Terra Prometida

O exemplo anterior de S. também demonstra a forma pela qual muitos trabalhadores retornam a suas origens por vezes há muitos anos distante, ao reconstruírem coletivamente a terra de trabalho, uma terra de trabalho camponesa criada e/ou recriada por este grupo de trabalhadores de origens rural ou urbana em ambientes os mais variados. A primeira formação

do acampamento Terra Prometida constituiu, mesmo que temporariamente, no município de Miguel Pereira a terra de trabalho para esses homens e mulheres Sem Terra. Uma terra de trabalho que, embora pela conjuntura na época não lhes tenha permitido produzir, foi constituída para este fim.

A terra de trabalho aparece para os homens e mulheres do acampamento Terra Prometida como uma *possibilidade* de materialização da força de trabalho. Possibilidade esta adquirida por meio da luta pela terra, do enfrentamento contra uma forma excludente de propriedade privada da terra. Propriedade privada que os manteve excluídos da possibilidade de realização de um trabalho emancipado que a terra de trabalho agora pode vir a proporcionar-lhes. Uma terra de trabalho que pode ser construída e reconstruída quantas vezes se fizer necessário, em áreas rurais ou que se tornam rurais a partir de sua constituição.

É por essa constatação que se reitera aqui a definição de terra de trabalho, no tocante ao acampamento Terra Prometida, apontada no início desta dissertação como *uma área resultante de processo de reforma agrária, objetivando o trabalho como forma de emancipação e autonomia do trabalhador, em contraposição à terra ociosa ou mesmo à terra de grande exploração monocultora*, mas que, como vimos ao observar o cotidiano das famílias do acampamento Terra Prometida, pode existir em simbiose com o espaço urbano que por vezes se traduz em uma extensão da própria terra de trabalho, ao se configurar em peça sem a qual a existência da terra de trabalho não seria possível. Desta forma, a terra de trabalho hoje para os trabalhadores rurais Sem Terra do acampamento Terra Prometida é um espaço coletivamente constituído no qual eles possam garantir a materialização de sua força de trabalho.

Nos relatos dos próprios trabalhadores rurais por ocasião das entrevistas realizadas com as famílias, a terra constantemente aparecia como o elemento que pode lhes garantir a oportunidade de realização de trabalho. É importante ressaltar que o trabalho não aparece nas entrevistas como se dependesse unicamente da terra – veja-se o exemplo das atividades extra-acampamento, os “bicos” –, mas para a grande maioria dos trabalhadores entrevistados a terra é percebida como a garantia da oportunidade de trabalho, ou seja, uma possibilidade infinita de materialização da força de trabalho. A entrevista com o trabalhador C. deixa isso bastante evidente, quando em sua fala a terra é descrita como algo que pode lhe garantir trabalho e segurança para o futuro: “*vou pegar uma terra... Porque a terra eu tenho ela sempre e*

emprego não”. *C.* poderia aplicar sua força de trabalho em um emprego, entretanto, na sua concepção o emprego não é permanente, tendo em vista as experiências vividas por este trabalhador em outros momentos.

Eu sou de Muriaé e vim para o Rio em 1964. Aí eu fiquei fazendo alguns trabalhos de biscates até que consegui trabalhar numa firma de carteira assinada. De lá fui trabalhar no hospital Dr. Eiras. Depois fui trabalhar na Universidade Gama Filho como roupeiro de esportes. Depois eu fui tentar a sorte em SP, mas não deu certo e eu voltei para o Rio novamente.

Voltei pra cá e fiquei perambulando [entre vários empregos](...), mas salário baixo... aí eu soube na época ... isso deve de ter uns 30 anos [1979] ... aí eu soube que aqui no Parque Estoril, perto do Sítio da Carol, eu soube que eles tavam reunindo pra pegar terra⁷⁶.

Semelhantes relatos em relação ao trabalho foram produzidos por outros trabalhadores rurais durante as entrevistas realizadas com as famílias acampadas. Vários já haviam desempenhado diversas funções, principalmente nos setores de serviços e construção civil, antes de se unirem para a ocupação e constituição do acampamento Terra Prometida.

A entrevista realizada com o trabalhador *T.* demonstra trajetória semelhante à relatada pelo trabalhador *C.* *T.* nasceu no município de Santo Antônio de Pádua, em Minas Gerais, onde viveu com seus pais até os dezessete anos em uma pequena área de terras arrendadas. A família de *T.* foi obrigada a abandonar a terra e mudou-se para o Rio de Janeiro. Instalaram-se no município de Volta Redonda, onde já viviam outros parentes seus. Durante cinco anos *T.* morou em Volta Redonda, vivendo de pequenos trabalhos esporádicos. Em 1969 foi “tentar a sorte” em Miguel Couto, distrito de Nova Iguaçu, onde trabalhou como vendedor ambulante dentro de vagões de trem e realizou várias outras atividades temporárias até ser contratado como motorista por uma empresa de ônibus. Durante mais de dez anos trabalhou para três diferentes empresas de transporte rodoviário. Ao ser demitido da última empresa onde trabalhou com carteira assinada, em meados dos anos 80, não conseguiu um novo emprego e voltou a viver de atividades esporádicas, realizando pequenos serviços e mudando-se de local conforme as possibilidades vislumbradas de trabalho iam surgindo. Em meio às mudanças de local *T.* foi instalar-se em Japeri, onde recebeu o convite para participar da ocupação e compor o acampamento Terra Prometida em Miguel Pereira. *T.* informou que o argumento

⁷⁶ Entrevista realizada em 08 de outubro de 2008 com trabalhador rural que participou desde a primeira ocupação que originou o acampamento Terra Prometida em Miguel Pereira e hoje se encontra na condição de pré-assentado na sede do acampamento localizada em Duque de Caxias.

mais forte para ter aceitado juntar-se à ocupação foi a possibilidade de conquistar um sítio próprio e poder garantir o seu sustento e o de sua família.

Eu queria voltar a levar a vida que levava quando vivia com meus pais em Minas Gerais. Aqui no Rio do jeito que a minha vida estava indo eu nunca ia conseguir dinheiro para comprar um sítio. Os trabalhos que eu tinha as vezes não dava, nem para o comer. Aí eu disse: ‘vou me juntar a esse pessoal que com a terra não vai faltar trabalho nem comida’... E eu sei por experiência que quando se trabalha a terra ela te recompensa depois⁷⁷.

Para este trabalhador que tentava sobreviver em um ambiente unicamente urbano e se viu desprovido de alternativas para a reprodução de sua família, o rural surgiu como uma possibilidade, oportunidade de sustentar a família por meio do trabalho desenvolvido na terra. A terra de trabalho para essas famílias é percebida como uma oportunidade de autonomia para o trabalhador.

3.4. A “Nova” Roupagem da Questão Agrária

Como visto anteriormente, a questão agrária aparece na atualidade redimensionada em seu caráter geográfico-social, de forma a comportar novos elementos em seu contexto. Esta recontextualização da questão agrária, entretanto, não significa necessariamente uma mudança, mas apenas a agregação de novos fatores em um contexto amplificado por transformações nas conjunturas político-econômica, territorial e social.

Como consequência da modificação das relações sociais no meio rural brasileiro – com a inserção massiva da exploração empresarial nas atividades agrícolas e agrárias, principalmente a partir de meados da década de 1970 (ALENCAR, 1985), com o advento da tecnologia de mecanização da agricultura, grandemente incentivada pelo governo militar proveniente do golpe de 1964 – podemos observar o surgimento de graves problemas sociais, assim como a intensificação de problemas existentes tanto no meio rural como no urbano. O processo de “modernização” da agricultura trouxe consigo, embutido no pacote tecnológico da Revolução Verde, a expropriação e consequente expulsão de um grande número de

⁷⁷ Entrevista realizada em 03 de novembro de 2008 com o trabalhador rural T., no acampamento Terra Prometida com sede em Duque de Caxias.

pequenos proprietários, trabalhadores rurais, meeiros, arrendatários etc. do meio rural brasileiro.

Esses trabalhadores, ao migrarem à procura de condições melhores de vida e trabalho vão, ocupar em sua grande maioria as periferias dos centros urbanos que em seu imaginário poderiam lhes proporcionar acolhimento e trabalho. Parte considerável deste grupo (POCHMANN, 2003) não encontrara nas cidades aquilo que esperavam quando saíram de seus locais de origem. Neste contexto, grande número de trabalhadores que migraram em busca de trabalho e dignidade encontrou nas cidades apenas mais expropriação. Expropriados, além de tudo o que já haviam perdido, também de seus direitos de cidadãos, de sua cidadania implícita e explícita sob os direitos daqueles que agora habitam na “cidade”. E quando se percebem novamente dentro de um processo de expropriação, parte dos componentes deste grupo de expropriados do campo e da cidade inicia um processo de resistência a essa situação (FERNANDES, 1999). É neste processo que essa população de expropriados se manifesta, demonstrando para a sociedade de um modo geral a face até então não muito exposta da questão agrária brasileira.

Assim, a Revolução Verde proporcionou a mudança do eixo geográfico da questão agrária que atualmente paira também sobre as regiões metropolitanas de estados como o Rio de Janeiro. Podemos dizer que a questão agrária atual se apresenta reterritorializada, propagando-se sob diversos espaços territoriais, e, comportando um segmento social mais abrangente e heterogêneo.

O espaço urbano, em consequência desta reterritorialização (ANDRADE, 1996) torna-se extensão do meio rural, como no caso estudado do acampamento Terra Prometida, onde as famílias de trabalhadores rurais acampadas necessitam buscar no ambiente urbano as condições para a manutenção de seus lotes rurais. Os trabalhos temporários, ou como os próprios acampados denominam, os “bicos” que os trabalhadores rurais realizam fora do acampamento, geralmente no setor de serviços nas localidades próximas aos seus lotes ou mesmo em regiões mais distantes, como em alguns casos mais específicos, são as possibilidades encontradas pelas famílias de trabalhadores que ainda sob a condição de acampados não têm acesso aos créditos e financiamentos existentes para a reforma agrária, para a manutenção de seus lotes.

É somente com os recursos provenientes dos *bicos* que a maioria dos trabalhadores do acampamento Terra Prometida tem conseguido iniciar o plantio. Foi assim na área ocupada anteriormente em Santa Cruz e continua o sendo nos locais onde se encontram atualmente (Tinguá e Duque de Caxias). Sem os recursos advindos dos trabalhos temporários realizados nas cidades próximas ao acampamento, muitas famílias não teriam iniciado o plantio, por falta de equipamentos e maquinários como enxadas, foices, pela impossibilidade do aluguel de horas de trator⁷⁸, e por vezes até mesmo por falta de recursos para a compra de sementes. Também são os “bicos” que garantem a própria sobrevivência do trabalhador e de sua família enquanto o plantio não está consolidado e, portanto não gerando retorno.

A agricultura que este grupo de trabalhadores rurais pratica não deixa de se classificar como agricultura familiar ou, nas palavras de Costa Neto (2007), agricultura camponesa, pois se realiza com a participação do grupo familiar, objetivando a manutenção e reprodução do próprio grupo. Os trabalhadores por sua vez, ao realizarem atividades laborais remuneradas fora do acampamento não se desqualificam como trabalhadores rurais, pois a finalidade última das múltiplas atividades que desempenham é a manutenção do núcleo familiar e sua permanência no lote rural conquistado por meio da luta pela terra.

Assim, podemos dizer que os “bicos” garantem para estes trabalhadores no momento em que estes ainda não têm acesso aos créditos oferecidos por programas governamentais para assentamentos da reforma agrária, sua permanência na terra de trabalho. Apenas com os trabalhos externos é possível para eles, na atual conjuntura em que se encontram, garantir o cultivo da terra tornando-a produtiva⁷⁹. Ou seja, os “bicos” nas cidades permitem a utilização produtiva da terra dentro dos lotes de cada família.

⁷⁸ Como as famílias em sua maioria não são numerosas (algumas são compostas por apenas dois membros), apenas com o trabalho braçal seria muito difícil (quase impossível) arar toda a extensão do lote e preparar a terra para o plantio. Nesses casos, os trabalhadores costumam alugar os serviços de um trator, pagando certa quantia em dinheiro por hora de utilização do equipamento. Nos relatos coletados durante as entrevistas com as famílias, algumas informaram que em períodos eleitorais era comum certos candidatos aparecerem oferecendo o empréstimo de um trator para o acampamento utilizá-lo por um determinado período, mas quando passadas as eleições, voltavam a necessitar de dinheiro para o aluguel dos serviços de um tratorista.

⁷⁹ Os trabalhadores rurais também necessitam ir às cidades para realizar a venda dos produtos obtidos nos lotes. Nestes casos a saída do acampamento para o ambiente urbano não se enquadra na descrição feita anteriormente sobre os “bicos”, mas também mostra o espaço urbano como complementar ao espaço rural, em uma relação simbiótica onde o meio rural oferece produtos diversificados melhorando a qualidade da alimentação para os trabalhadores que vivem no ambiente urbano. E o ambiente urbano por sua vez proporciona aos trabalhadores rurais um local para a comercialização de seus produtos revertendo a produção dos lotes em dinheiro que tanto pode lhes proporcionar a aquisição de artigos que não são produzidos nos lotes, quanto pode ser investido na melhoria da produção futura.

Nesse sentido a atividade de cada trabalhador nos *bicos* fora do acampamento demonstra em última instância a existência de uma consciência “camponesa” que expressa a necessidade de dar continuidade ao trabalho na terra, utilizando o lote de forma tanto produtiva quanto ecologicamente responsável (o manejo ecologicamente responsável pôde ser observado nos lotes de diversas famílias acompanhadas durante o trabalho de campo). É, pois, com as atividades urbanas que estas famílias conseguem se manter na condição de camponeses ou trabalhadores rurais. É também por meio destas atividades que garantem o início e por vezes a continuidade da produtividade dos lotes.

Vejamos o relato de um trabalhador sobre as dificuldades enfrentadas por sua família para a realização do plantio e sobre o importante papel dos trabalhos temporários fora do acampamento para garantir o sucesso da lavoura, em um período onde a expectativa de que o assentamento das famílias seja realizado em breve é grande. Neste momento os trabalhadores que estão acampados nas regiões de Tinguá e Duque de Caxias já se autodenominam pré-assentados, mas sua condição legal ainda permanece a mesma: são acampados da reforma agrária e como tal não possuem o direito legal de pleitear créditos para auxiliá-los na produção. Sendo assim permanecem na dependência de outras fontes de recursos, como por exemplo, os *bicos*.

Agora que a gente aquietou, mas olha, o dinheiro pra dar condições da gente plantar aqui ainda não apareceu e estamos aqui até hoje, praticamente sem plantar nada.

Essas terras que você tá vendo plantada aí, foi feito com doação de trator, óleo... Arou também um trequinho de terra, mas tem que esperar a boa vontade pra gradear e plantar. Também tem as sementes, né. Se eu não tivesse doente agora tava fazendo uns bicos pra poder terminar de plantar, porque conseguindo plantar depois é só esperar que a gente faz mais dinheiro vendendo o que sobra, né.⁸⁰

Ao garantir a manutenção de sua condição de trabalhador rural, o espaço urbano apresenta-se para estas famílias como a extensão do rural, um rural construído física e simbolicamente por esses trabalhadores e que existiu antes no imaginário destes homens e mulheres para depois se concretizar em sua terra de trabalho. Uma terra de trabalho “camponesa” que existiu nos diversos lugares por onde o acampamento Terra Prometida foi instalado. Terra de trabalho “camponesa” que os trabalhadores rurais construíram e

⁸⁰ Entrevista realizada em 08 de outubro de 2008 com trabalhador rural acampado no Terra Prometida com sede em Duque de Caxias.

reconstruíram por várias vezes ao desmontar e remontar seus barracos em diferentes locais, e que para esses trabalhadores primeiro foi uma questão de simbolismo para depois se tornar real e realizável, construída onde quer que o acampamento fosse construído/reconstruído. Uma construção que se tornou possível apenas a partir da construção coletiva da identidade de trabalhador rural Sem Terra. Uma identidade assumida tanto por aqueles de origem rural quanto os outros que estavam pela primeira vez em contato com uma nova realidade.

A solidariedade entre as famílias de trabalhadores foi a ferramenta fundamental para a construção da nova identidade de Sem Terra e trabalhador rural. Foi a partir dela que os trabalhadores trocaram experiências, conhecimentos e saberes, dividindo com o outro um pouco daquilo que antes era só seu. O relato de um trabalhador rural sobre os primeiros anos de acampamento em Santa Cruz é bastante esclarecedor nesse sentido.

A gente não tinha dividido lote ainda porque era acampamento, mas o pessoal plantava lá atrás dos barracos. Fiquei um bom tempo sem plantar nada porque eu não sabia, não entendia nada, né. Aí foi na troca de experiências... com o tempo eu comecei a trabalhar na terra capinando os canteiros dos outros companheiros... aí eu fui aprendendo, né. Então... Os primeiros companheiros que me ajudaram muito a aprender a capinar e a plantar foram o J e o PV. Eles me ensinaram muita coisa, fora os outros companheiros que me ajudavam sempre que podiam, ensinando o que sabiam e também às vezes me davam algumas mudas e sementes⁸¹.

⁸¹ Entrevista realizada em 10 de setembro de 2008, com trabalhador rural no acampamento Terra Prometida em Tinguá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo questão agrária, conforme Porto-Gonçalves (2007), como o questionamento do agro e da estrutura agrária excludente e concentradora da propriedade privada da terra oligopolizada desde os primórdios da “colonização” deste território, podemos dizer que a questão agrária nunca deixou de existir em nosso país. Conforme a própria organização político-econômica e social foi se modificando com o passar dos anos, as formas de enfrentamento, ou seja, as formas de questionamento foram se adaptando às novas conjunturas.

Nesse contexto podemos identificar a questão agrária dos posseiros que viviam às margens das sesmarias, conforme Medeiros (2000), no surgimento das Ligas Camponesas em Pernambuco (e depois em praticamente todo o país) e no enfrentamento dos posseiros contra os grileiros no estado do Rio de Janeiro dos anos 50, até os dias atuais, citando como exemplo a luta do acampamento Terra Prometida. Uma questão agrária resultante de uma estrutura social excludente e das transformações na estrutura produtiva do latifúndio, como as enfrentadas pelos trabalhadores rurais e pequenos proprietários marginais às *plantations* estudados por Garcia Júnior (1983).

Ao analisar especificamente esse grupo, o de pequenos produtores sitiantes ao redor de áreas que foram no passado grandes fazendas de cana-de-açúcar, o trabalho de Garcia Júnior (1983) surge como um testemunho do universo das relações sociais em transformação nos anos 70. O grupo estudado pertence a uma região com um histórico de lutas, sendo os próprios pequenos produtores da área estudada em 1972 o reflexo das transformações das “relações sociais tradicionais entre o trabalhador da grande plantação e o grande proprietário” (op. cit. p. 09), visto que os trabalhadores da cana, ao perderem o acesso às formas tradicionais de subsistência, caracterizadas pelos lotes cedidos para a plantação “por conta própria” e a casa dentro dos engenhos, tornaram-se dependentes unicamente do salário pelos dias de trabalho na cana, e que a expulsão destes trabalhadores dos terrenos dos engenhos não

resultou somente na proletarização, mas também na transformação de alguns em pequenos produtores independentes, como vimos anteriormente.

A transformação das relações sociais e produtivas provoca uma reação em cadeia que invariavelmente acaba por modificar todo um contexto social mais amplo, e cujos resultados nem sempre são previsíveis, podendo resultar em expropriações, proletarização, subordinação, mas também em formas diferenciadas de enfrentamento das situações postas.

É importante ressaltar que a questão agrária do século XXI não é uma questão regional como nos diz Graziano da Silva (2007), tampouco questão “do Nordeste Semi-Árido brasileiro” (op. cit. p. 03). Trata-se, porém, de uma questão globalizada, que envolve de um lado os despossuídos, como os trabalhadores rurais Sem Terra brasileiros, e de outro lado, múltiplos atores, das mais diversas origens, sejam essas regionais ou internacionais, atores cujo objetivo único é a obtenção de lucro pela exploração deste solo.

Essa mesma questão agrária que historicamente envolvia os privilegiados do império, os *capitães* e os *sesmeiros*, que “evoluíram” para os coronéis nordestinos, os barões do café, os reis do gado, entre outros, vem passando por transformações que acompanham as mudanças de um mundo globalizado. Assim, no século XXI, os latifundiários se apresentam também sob a face de empreendimentos multinacionais. Empresas com sede em outros países, que possuem em solo brasileiro milhares de hectares de terras muitas vezes destinadas à produção monocultora de produtos primários, empresas que promovem a degradação dos solos, das águas e das gentes, que devido a esses empreendimentos se veem expropriados do direito à terra de trabalho e dos mais básicos meios de reprodução, como os atingidos por barragens, populações ribeirinhas, e todos nós que de uma forma ou de outra dependemos da fauna e da flora, que dependemos de todo um ecossistema equilibrado para nossa sobrevivência.

Como podemos observar, a questão agrária persiste – assim como persiste a questão da estrutura fundiária concentradora e expropriante – e em sua essência ainda parece estar muito próxima do que era séculos atrás. Os novos elementos que ora aparecem associados à questão agrária estimulam o surgimento também de novas formas de enfrentamento, como as observadas no acampamento Terra Prometida.

No caso dos trabalhadores do acampamento Terra Prometida, que em suas estratégias de luta pela terra de trabalho descobriram novas formas de ação, agregando, por exemplo, o espaço urbano como meio fundamental para a manutenção produtiva do espaço rural enquanto não possuem a alternativa dos créditos rurais para projetos de reforma agrária, percebemos que esses trabalhadores aprenderam a construir coletivamente sua terra de trabalho camponesa onde quer que estejam acampados.

Se as transformações conjunturais na vida desses trabalhadores ocorreram de fora para dentro quando as formas de produção capitalista ditaram as regras que modificaram as vidas de diversos trabalhadores brasileiros, vale ressaltar que importantes transformações também ocorreram de dentro para fora, como, por exemplo, o fato de trabalhadores que anteriormente não haviam tido qualquer contato com o espaço rural – devido à mesma estrutura excludente que historicamente tem expulsado famílias do campo brasileiro – se tornarem os trabalhadores rurais Sem Terra mais produtivos do acampamento.

A partir das “novas regras” por eles percebidas, os trabalhadores e trabalhadoras do acampamento Terra Prometida constroem seu modo de enfrentar a questão agrária. Desde a primeira formação do acampamento, há quase dez anos, estes homens e mulheres Sem Terra vêm construindo, através da luta, sua terra de trabalho. Uma terra, cuja finalidade mais importante é o trabalho, e que, no ideário destes trabalhadores aparece como uma *possibilidade* para a materialização da força de trabalho. Possibilidade esta adquirida por meio do enfrentamento contra uma forma excludente de propriedade privada da terra, que transforma a terra em *negócio*, um negócio de poucos e para poucos.

Ao ocupar e dar à terra uma finalidade de caráter emancipatório, estes trabalhadores estão coletivamente se constituindo como trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, constroem uma identidade coletiva e também seu espaço, coletivamente constituído para possibilitar a materialização de sua força de trabalho, sua terra de trabalho. O trabalho que, segundo creem, possa assegurar sua emancipação.

Acreditamos, no entanto, que suas trajetórias já o tenham feito. Os trabalhadores do acampamento Terra Prometida foram emancipados a partir do momento que decidiram persistir, lutando contra a terra de negócio, pela conquista de sua terra de trabalho, pela demarcação de sua terra camponesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAS, Melhem. A fome: crise ou escândalo? São Paulo: Editora Moderna, 1988.
- ALENCAR, F., CARPI, L., RIBEIRO, M. V. História da Sociedade Brasileira. Editora ALT, Rio de Janeiro, 1985.
- ALENTEJANO, P. R. R. Luta Por Terra e Reforma Agrária no Rio de Janeiro In. Revista Fluminense de Geografia 1 - Revista eletrônica da AGB. Niterói: ano 1 Jan/Jun. (2005) Disponível em: http://www.agbniteroi.org.br/Revista1/rfg1_texto7.htm
- ALENTEJANO, P. R. R. Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 1997.
- ALENTEJANO, P. R. R. Reforma Agrária, Território e Desenvolvimento no Rio de Janeiro. RJ, CPDA/UFRRJ, Tese de Doutorado, 2003.
- ALENTEJANO, P.R.R. & DELGADO, G. C. “A questão agrária na América Latina” In. Conferência Internacional Vozes de Nossa América – Apresentação de Seminário no Grupo de trabalho III. UFRRJ: Outubro, 2007.
- AMODEO, Nora Beatriz Presno e ALIMONDA, Héctor (orgs.). Ruralidades: capacitação e desenvolvimento. Viçosa: Ed. UFV, 2006.
- ANDRADE, M. C. de. Sociedade e Reforma agrária no Brasil. Universidade e Sociedade, ano 5, nº 9, outubro/1995.
- ANDRADE, Manoel Correia. A questão do território no Brasil. São Paulo: IPWSP/Hucitec, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo. Ed. Cortez, 1995.

- AS-PTA. Armazenamento de Sementes no Acampamento Terra Prometida – Uma experiência de Severino e Obdias. Reportagem. Disponível em: www.aspta.org.br, acessado em 2007
- AS-PTA. Câmara vota projeto de lei sobre semente terminator. Reportagem. Set/2007. In: <http://www.aspta.org.br/por-um-brasil-livre-de-transgenicos/campanhas/camara-vota-projeto-de-lei-sobre-semente-terminator/> (acessado em Janeiro de 2008)
- ASSOCIAÇÃO dos Geógrafos Brasileiros: Seção Local - Niterói, RJ. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/niteroi/>>. Acesso em: 01 jul. 2009.
- BALDEZ, M. Sobre o papel do Direito na sociedade capitalista. Ocupações coletivas: Direito Insurgente. Rio de Janeiro: CDDH, 2001.
- BICALHO DOS SANTOS, Romofly. Alfabetização no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Experiências com jovens e adultos na Baixada Fluminense. 2ª Edição. Campinas: Editora Komedi, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de Moraes e AMADO, Janaína (org.) Usos & Abusos da história oral. Editora FGV – 7ª Edição, Rio de Janeiro, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel – Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- BRUNO, Regina. *O ethos da propriedade da terra no Brasil*. In: LIMA, Eli N.; DELGADO, Nelson G.; MOREIRA, Roberto J. (orgs.). UNDO Rural IV – Configurações Rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: MuadX: Edur, 2007.
- CARNEIRO, Maria José. GIULIANI, Gian Mario. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. RIBEIRO, Ana Maria Motta (Org.). Campo Aberto, O Rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Contra Capa, 1998.
- CASTELLI, Pierina German e WILKINSON, John. Conhecimento tradicional, inovação e direitos de proteção. In. Revista Estudos e Sociedade, nº 119, CPDA/UFRRJ, Outubro de 2002.
- CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. O poder da identidade. Vol II. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- CASTRO, Elisa Guaraná de. Assentamentos entre o rural e o urbano. In: CARNEIRO, M. J. et al. (org.). Campo Aberto: O rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, Tese de Doutorado em Antropologia Social, 2005.
- CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 01 jul. 2009.
- CHAUÍ, Marilena. Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000
- CNBB. Igreja e Problemas da Terra. Documento aprovado pela 18ª Assembléia da CNBB, Itaci, 14 de fevereiro de 1980. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/?system=news&action=read&id=1173&eid=3>
- COMISSÃO Pastoral da Terra Disponível em: <<http://www.cptpe.org.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2009
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. “A Desinformação e os quatro mitos Fluminenses”. In: Codin - Qualidade de vida e bons negócios: mitos, realidades e perspectivas – Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio de Janeiro, Agosto de 2006. Disponível em: www.codin.rj.gov.br
- COSTA NETO, Canrobert. “Diversidade social e tecnológica em unidades de produção familiar”. In. LIMA, Eli N.; DELGADO, Nelson G.; MOREIRA, Roberto J. (orgs.). Mundo Rural IV – Configurações Rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: MuadX:Edur, 2007.
- DELGADO, Guilherme C. “A questão agrária no Brasil, 1950-2003”. In. JACCOUD, L. et.al. (org.). Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.
- DELGADO, Nelson Giordano. Negociações comerciais internacionais e agricultura familiar no primeiro Governo Lula. Avanços e impasses. In LIMA, E. DELGADO, N. e

- MOREIRA, R. (orgs.) Mundo rural IV: configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- DIEGUES, Antônio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2001.
- DURAN, Francisco. E. Viejas e nuevas imágenes sociales de ruralidad. In: Estudos sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, nº 11, out/1998.
- DURKEIM, Émile. Textos Escolhidos. In. RODRIGUES, José Albertino (org.) & FERNANDES, Florestan (coord.). 9ª ed. - São Paulo: Ed. Ática, 2006.(Coleção Sociologia)
- ECODEBATES. Entrevista com ambientalista Sérgio Ricardo. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br>
- ERNANDEZ MACEDO, Marcelo. Entre a “violência” e a “espontaneidade”: reflexões sobre os processos de mobilização para ocupações de terras no Rio de Janeiro. Maná [on-line], 2005. Vol. 11, nº 2. Disponível em: www.scielo.br/pdf/mana/v11n2/27455.pdf
- ESCOBAR. A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In. LANDER. E. (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005 (p.133-168). Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Escobar.rtf>
- FERREIRA, M. de Moraes e AMADO, Janaína (org.). Usos & Abusos da história oral. 7ª Ed – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- FLEXOR, Georges. A globalização do sistema agroalimentar e seus desafios para o Brasil. In LIMA, E. DELGADO, N. e MOREIRA, R. (orgs.) Mundo rural IV: configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- GALANO, Ana Maria. Êxodo rural, fazendas e desagregação. In. Revista Estudos e Sociedade, nº 119, CPDA/UFRRJ, Outubro de 2002.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. Entre escravos do passado e parceiros do futuro. Revista Estudos e Sociedade, nº 119, CPDA/UFRRJ, Outubro de 2002.

- GARCIA Jr., Afrânio Raul. Terra de trabalho – Trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade, São Paulo, Edunesp, 1991
- GOHN, Glória Maria. Os sem-terra, ongs e cidadania. São Paulo: Cortez, 1997.
- GONÇALVES, Éber. SOUZA, R. G. V. de. INÁCIO, Felipe Chaves et. al. Construção do Sistema Nacional de Indicadores para Cidades. In: NAHAS, Maria Inês Pedrosa (coord.). Brasil: PNDU, 2005 – Projeto PNDU: BRA/04/022. Disponível em: http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/04textos/indicadores_ideiais.pdf
- GOVERNO DO PARÁ. Ocupação da Fazenda da Syngenta durou dezesseis meses. Agência Nacional De Notícias Do Pará. Reportagem. Disponível em: www.aenoticias.pr.gov.br (Acessado em 22 de maio de 2009)
- GRAZIANO Neto, Francisco. A tragédia da terra. O fracasso da reforma agrária no Brasil. São Paulo: IGLU/UNESP, 1991.
- GREENPEACE. Sementes “terminator” perdem primeira batalha no Congresso Brasileiro. 2007, In.: <http://www.greenpeace.org/brasil/transgenicos/noticias/sementes-terminator-perdem-p>
- GRYNSZPAN, Mário. Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada. PPGASRJ. RJ, UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1987.
- GRYNSZPAN, Mário. Luta pela terra e identidades sociais. In: História, Ciências, Saúde. Vol. V. Rio de Janeiro, julho/1998.
- GRYNSZPAN, Mário. Luta política, gênese de atores e reconfiguração do espaço. In: Revista Tempo, nº 12. RJ, Sete Letras, UFF, 2001.
- IBGE. “Censo agropecuário 2006”. Resultados Preliminares. In: www.ibge.gov.br
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2009.
- INSTITUTO de Colonização e Reforma Agrária Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 01 jul. 2009.

- INSTITUTO de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro Disponível em:
<<http://www.iterj.rj.gov.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2009.
- INSTITUTO Políticas Alternativas para o Cone Sul Disponível em:
<<http://www.pacs.org.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2009.
- JORNAL do Brasil online Disponível em: <<http://jbonline.terra.com.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2009.
- LEITE, S., HEREDUAM B., MEDEIROS, L. et al. Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro, Nead/MDA, 2004.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In. FERREIRA, M. de Moraes e AMADO, Janaína (org.) Usos & Abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV – 7ª Ed., 2005.
- LIMA JORGE, L. M. de. et al. Saindo do Campus e indo ao Campo: O Serviço Social junto aos trabalhadores rurais Sem-Terra. In: Relatório de Projeto de Extensão. UFF, Niterói, 2002.
- LIMA JORGE, Luiz Marcos de. et al. Cidadania e trabalho no campo: a luta dos trabalhadores rurais sem-terra pela terra de trabalho. Projeto de Extensão – UFF, Niterói, 2003.
- LIMA, Eli N.; DELGADO, Nelson G.; MOREIRA, Roberto J. (orgs.). MUNDO Rural IV – Configurações Rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: MuadX:Edur, 2007.
- LIMA, Gisele. Complexo siderúrgico da Thyssendrupp causa danos sociais e ambientais no Rio de Janeiro. Reportagem. Instituto Rosa Luxemburgo. Disponível em: <http://www.rls.org.br> (Acessado em 12/11/2008)
- LINHARES, M. Y. e SILVA, F. C. Teixeira da. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MALUF, Renato. Atribuindo sentido(s) ao desenvolvimento econômico. In. Estudos Sociedade e Agricultura, 2000 - nº 15 (PP. 53-86).
- MANNRICH, Nelson (Org.). Constituição da República Federativa do Brasil. In: Mini Códigos, SP, Ed. Revista dos Tribunais, 2001, 2ª Ed.
- MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo, Hucitec, 1990.

- MARTINS, José de Souza. Reforma Agrária: O impossível diálogo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- MARTINS, José de Souza. A reforma agrária e os limites da democracia na “nova republica”. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- MAY, Peter H. e LIMA, Maria do Socorro. A expansão da soja na Amazônia: redes, projetos e recursos de poder presentes nas estratégias dos atores ligados à cadeia da soja. In LIMA, E. DELGADO, N. e MOREIRA, R. (orgs.) Mundo rural IV: configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sérgio (org.) Assentamentos Rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. et alii (Orgs.) A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos políticos e políticas públicas. Rio de Janeiro/Porto Alegre, CPDA/UFRRJ/UFRS, 1999.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Reforma agrária no Brasil: História e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção Brasil Urgente)
- MENDONÇA, Sônia Regina. “Reforma agrária e questão agrária no Brasil: velhos debates, novas iliações”. In. Colóquio em História Agrária – Conferência. Rio de Janeiro: UFF, 2004.

- MENDONÇA, Sônia Regina. A classe dominante agrária: natureza e comportamento – 1964-1990. In. STÉDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil – vol. V – São Paulo: Expressão popular, 2006.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Ministério Público Federal aponta erros em licenciamento ambiental da CSA: Estado e IBAMA podem responder na Justiça por ilegalidades. Resumo das Notícias. Disponível em: www.prrj.mpf.gov.br (Acessado em 10/07/2008)
- MMC – Movimento de Mulheres Camponesas. Mulheres da Via Campesina ocupam área da Stora Enso no RS. Artigo. Disponível em: www.mmcbrasil.com.br (Acessado em 10/03/2008)
- MOREIRA, Roberto J. Assimetrias de poder, cultura, territórios ecossistêmicos e globalizações. In LIMA, E. DELGADO, N. e MOREIRA, R. (orgs.) Mundo rural IV: configurações rural-urbanas: poderes e políticas. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- MORISSAWA, Mitsue. A História da Luta pela Terra e o MST. Expressão Popular, 2001.
- MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Disponível em: <http://www.mst.org.br>. Acesso em: 01 jul. 2009.
- NOVAES, R. R. De corpo e alma. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Graphia Editorial, Rio de Janeiro: 1997.
- NOVICKI, Victor. O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. UFRRJ, 1992.
- NÚCLEO de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do MDA Disponível em: <http://www.nead.org.br>. Acesso em: 01 jul. 2009.
- O PASQUIM. Edição de 12/01/1979. Disponível em: Pernambuco de A-Z. Biografia: Francisco Julião. www.pe-az.com.br/biografias/francisco_juliao.htm
- OLIVEIRA, A. U. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco M. de. Cultura Política e Construção de Identidades Coletivas de Sujeitos Sociais. Trabalho apresentado pelo Grupo de Trabalho: Emancipação, Cidadania e

- Reconhecimento no XIII congresso brasileiro de sociologia. UFPE, Recife: Junho/2007.
<http://www.sbsociologia.com.br/congresso>
- OLIVEIRA, Jelson. Manifestações de luta: uma forma de efetivação do direito e da democracia. In: Conflitos no Campo Brasil, CPT, 2002.
- PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In COSTA, L. F. e SANTOS, R. (orgs.). Política e reforma agrária. Rio de Janeiro: Muad, 1998.
- PEREIRA DOS SANTOS, Eleidimar. A constituição do sujeito político MST no Estado do Rio de Janeiro no período de 1984 a 1996. Monografia de Conclusão de Curso. Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2008.
- PESSOA, Jadir de Moraes. A revanche camponesa. Goiânia: Editora da UFG, 1999
- PESSÔA, L. A questão agrária no Brasil: a luta dos trabalhadores rurais pela terra de trabalho. Rio de Janeiro/Niterói: UFF, Monografia de Graduação, 2005.
- PESSÔA, L. A questão agrária no Brasil: a luta dos trabalhadores rurais pela terra de trabalho. Rio de Janeiro/Niterói: UFF, Monografia de Graduação, 2005.
- PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano – Liberdade Cultural num Mundo Diversificado. Queluz: Portugal, 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/rdh>.
- POCHMANN, Macio et. al. Atlas da exclusão social no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In. Estudos Históricos, nº 10, 1992.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter . A Nova Questão Agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. Observatorio Social de América Latina, Buenos Aires, v. 16, p. 23-34, 2005.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A questão agrária e política no Brasil. Conferência Internacional Vozes de Nossa América, Brasil, UFRRJ – 21 a 25 de Outubro de 2007.
- PRADO JÚNIOR, Caio. A questão agrária. 5ª ed. – São Paulo: Brasiliense, 2000.

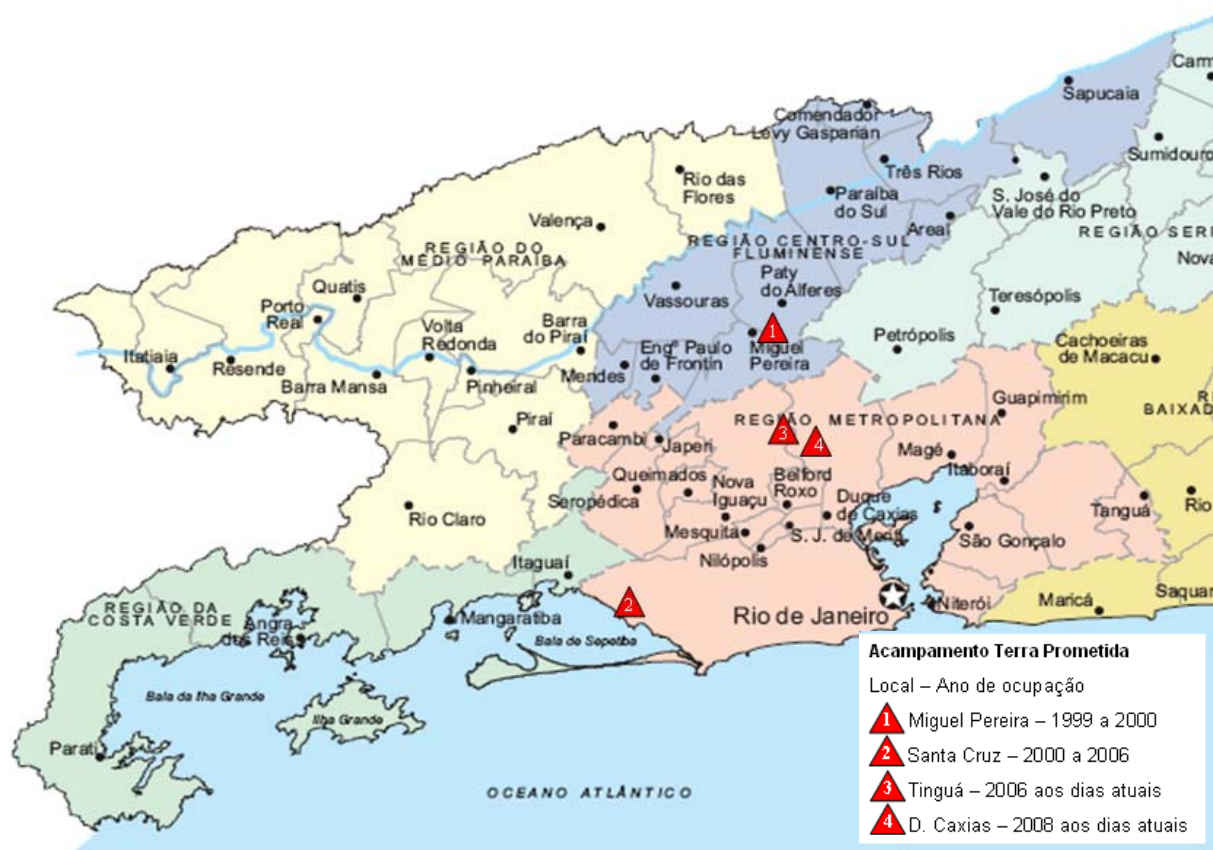
- PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. 19ª ed. – São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato. Uma história da vida rural no Brasil. Editora Ediouro, Rio de Janeiro, 2006.
- PUREZA, José. Memória Camponesa. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- REVISTA SEM TERRA. “Acampados: o retrato do Brasil real em luta”. In: Revista Sem Terra, nº 19, RJ, Abril/Junho 2003.
- RUGAI BASTOS, Elide. As Ligas Camponesas. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local. In. Revista Estudos e Sociedade, nº 16, CPDA/UFRRJ, Abril de 2001.
- SANTOS, Raimundo. Rurbanização e revolução agrária em dois registros clássicos. In. Revista Estudos e Sociedade, nº 16, CPDA/UFRRJ, Abril de 2001.
- SANTOS, Romofly Bicalho dos. Alfabetização de Jovens e Adultos nos acampamentos e assentamentos do MST na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro/Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 2003.
- Secretaria Estadual do MST-RJ. Relatório dos acampamentos e assentamentos no Estado do Rio de Janeiro - 1º sem/2005. RJ, 2005.
- SIGAUD, Lygia. “A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana”. Novos Estudos Cebrap, 2000, pp. 73-92.
- SIGAUD, Lygia. “As condições de possibilidade das ocupações de terra”. Revista de Sociologia da USP - Tempo Social, v. 17, nº1, Junho/2005.
- SIGAUD, Lygia. “Ocupações de terra, Estado e movimentos sociais no Brasil”. Cuadernos de Antropologia Social nº 20, pp.11-23 - UBA, 2004
- SILVA, José Graziano da. A Questão Agrária no Brasil do século XXI. Santiago, Chile: FAO, 2007. (Texto originalmente apresentado no Seminário Desenvolvimento e Questão Agrária no Brasil – Brasília, 28/06/2007).

- SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Estudos Avançados, vol. 15, nº 43. São Paulo: Set./Dec. 2001. disponível em: [http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)
- SOCIEDADE Brasileira de Sociologia Disponível em: <<http://www.sbsociologia.com.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2009.
- SOROKIN, P.; ZIMMERMAN, C. e GALPIN, C. Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In. MARTINS, J. S. Introdução Crítica à Sociologia Rural, Editora Hucitec, São Paulo, 1986.
- SOUZA, Sonali Maria de. Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu. Rio de Janeiro, dissertação de Mestrado em Antropologia, PPGAS/MN/UFRJ, 1992.
- STÉDILE, João Pedro (org.). A questão agrária no Brasil – vol. IV: História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão popular, 2006.
- STÉDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo Mançano. Brava Gente – A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Ed. Fundação Percecu Abramo, 1999.
- THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em Comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional. Companhia das Letras, 1998.
- THOMPSON, Edward Palmer. Senhores & Caçadores: a origem da Lei Negra. 2ª Edição - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- THOREAU, Henry. Desobediência Civil. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938 v. 2.
- VEIGA, J. E da. “Destinos da ruralidade no processo de globalização”. In: Estudos Avançados, nº 51, p. 51-67, maio-agosto / 2004b.
- VEIGA, J. E da. “Nem tudo é urbano” – Artigo. In. Ciência e Cultura, v. 56 nº2, São Paulo, abr/jun, 2004a.
- VEIGA, J. E da. A face rural do desenvolvimento – Natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

- VEIGA, J. E da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.
- VEIGA, José Eli da. Atualidade da Constradição urbano-rural. In. Análise Territorial da Bahia Rural, SEI, Série estudos e Pesquisas nº 7. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Livros/2004_a_atualidade_da_condradicao_urbano_rural.pdf.
- VIAL, Sandra Regina Martini (2003). Análise sociojurídica do acesso à terra no Brasil. Disponível em http://www.direito.unisinos.br/~sandra/arquivos/Analise_Sociojuridica_do_Acesso_a_Terra_no_Brasil_Agosto2003.ppt
- VITA, Álvaro de. Sociologia da sociedade brasileira. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: Estudos Sociedade e Agricultura, nº 15 – Outubro/2000.
- WARREN, Ilse Scherer. Cidadania sem fronteira: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.
- WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

ANEXO I

Mapa 1. Mapa de Localização espaço-temporal do acampamento Terra Prometida



ANEXO II

Mapa 2. Planta de Localização (aproximada) das Fazendas “JR” e “Paraíso”



ANEXO III

Primeira e segunda páginas do acordo firmado para a desocupação da área em Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro

TERMO DE ACORDO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, O INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ, 75 (SETENTA E CINCO) FAMÍLIAS INTEGRANTES DO ASSENTAMENTO DENOMINADO "TERRA PROMETIDA", COM A INTERVENIÊNCIA E ANUÊNCIA DA CSA COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO

38/
de
10 de Janeiro

CONSIDERANDO:

- a necessidade preeminente de desocupação dos imóveis cuja venda fora prometida em 13.05.2005 à CSA Companhia Siderúrgica do Atlântico ("CSA") pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN,
- que tais imóveis, situados na Avenida João XXIII, Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro, identificados perante o 4º Ofício de Registro de Imóveis da Capital dessa cidade sob as matrículas de nºs 52.251 e 104.323, se encontram ocupados por 75 (setenta e cinco) famílias integrantes do assentamento denominado "TERRA PROMETIDA";
- que para o início das obras de construção do complexo siderúrgico que se pretende erguer nos referidos imóveis, o Estado do Rio de Janeiro ("ESTADO") e o Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro ("ITERJ") se comprometeram a promover, com o apoio da CSA, o reassentamento das famílias do "TERRA PROMETIDA" em imóveis localizados no Município de Nova Iguaçu;
- que o ITERJ está em vias de receber, através da doação da CSA, dois imóveis situados no Município de Nova Iguaçu, conhecidos como "Fazenda Paraíso" e "Fazenda JR", para o fim específico de proceder imediatamente ao reassentamento das famílias do TERRA PROMETIDA;
- que o Estado está em vias de iniciar processo de desapropriação de imóvel próximo aos mencionados acima, conhecido como "Fazenda Dendê", com área de aproximadamente 450 hectares; e
- que está em curso perante a 30ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro a Ação Possessória nº 2002.51.01.014506-6, proposta pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN em face de Cláudio Amaro da Silva e outros integrantes do Movimento Sem Terra, tendo

Assinaturas:
[Assinaturas manuscritas]

sido o Estado do Rio de Janeiro intimado, por despacho publicado no DJ de 02/12/2005 para esclarecer se tem interesse no feito como substituto processual (art. 42 do CPC).



As PARTES e o INTERVENIENTE ANUENTE, devidamente representados no presente Acordo de seguinte forma:


- ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pelo seu Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Sr. MAURÍCIO ELIAS CHACUR, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 831.059.215-D, expedida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 709.932.387-34, e pelo Procurador-Geral do Estado, Dr. FRANCESCO CONTE;


- ITERJ - INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela sua Presidente, Sra. Célia Beatriz Ravera Schargrodsky, portadora da carteira de identidade nº 04.291.293-1 IEP, inscrita no CPF/MF nº 715.159.257-49; e



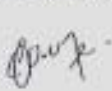

- 75 (SETENTA E CINCO) FAMÍLIAS INTEGRANTES DO ASSENTAMENTO DENOMINADO "TERRA PROMETIDA", por meio de um representante de cada família, assinando em documento anexo ao presente Termo, que passará a fazer parte integrante e complementar desse instrumento.

INTERVENIENTE ANUENTE

- CSA COMPANHIA SIDERÚRGICA DO ATLÂNTICO, pelo seu Diretor Presidente, Sr. Aristides Maria Ricci Corbellini, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 3.000.716 - IEP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 265.496.627-53;

 RESOLVEM, para dar maior agilidade ao processo de desocupação e reassentamento acima referidas, acordar o seguinte:

 CLÁUSULA PRIMEIRA: O ESTADO e o ITERJ ratificam o compromisso assumido pelo Acordo firmado em 13.05.2005 de, com apoio da CSA, implementar um projeto de reassentamento para as 75 (setenta e cinco) famílias integrantes do assentamento denominado **TERRA PROMETIDA**, contemplando a construção da infra-estrutura do assentamento, nos moldes do assentamento "Antônio de Farias", que deverá incluir, moradia com infra-estrutura, via própria ao trânsito de veículos, assistência técnica para a produção e comercialização, acesso a serviços de



ANEXO IV

09/06/2008 - MPF aponta erros em licenciamento ambiental da CSA

Estado e Ibama podem responder na Justiça por ilegalidades

O Ministério Público Federal advertiu o Estado do Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) sobre irregularidades no licenciamento ambiental das obras da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). A Secretaria de Estado do Ambiente e o Ibama receberam recomendações dos procuradores da República Mauricio Manso, Gisele Porto e Andréa Bayão para corrigirem medidas relativas a esse empreendimento. Eles têm até os próximos dias 11 e 12, respectivamente, para informar se vão atender ao MPF. Caso contrário, ficam sujeitos a responder na Justiça pelas ilegalidades cometidas.

O MPF recomendou ao Estado a suspensão das licenças ambientais dadas pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) para as obras. Requisitos legais das licenças expedidas foram descumpridas, com destaque para a exigência do aval do Ibama ao empreendimento. Essa anuência é necessária devido à intervenção no entorno da Baía de Sepetiba, área de preservação permanente. A licença para desvio do canal de São Fernando, por exemplo, dependeria da autorização do Ibama para a retirada da vegetação nativa de Mata Atlântica.

A presidência do Ibama foi recomendada a tomar medidas administrativas e jurídicas para assumir sua competência para o licenciamento ambiental das obras da CSA. Em seu documento, os procuradores ressaltam a inexistência de análise técnica dos estudos ambientais pelo Ibama e os quatro autos de infração do órgão contra a Thyssenkrupp por crimes ambientais no empreendimento.

"Conforme constatado em vistoria, as obras de instalação do empreendimento já estão em curso, estando o empreendedor aguardando apenas a manifestação do Ibama para iniciar o processo de supressão do manguezal", afirma parecer do Ibama citado na recomendação. "Por outro lado, uma análise minuciosa das datas dos documentos apresentados expõe uma celeridade pouco vista no andamento de processos desta natureza – convém lembrar que se trata da maior usina siderúrgica do mundo."

Para os procuradores, essa celeridade constatada pelo Ibama não suprimiu a parte burocrática, como alegado pelo Estado, mas sim a análise técnica necessária para a concessão das licenças. As duas recomendações são parte de um inquérito civil público em que o MPF apura irregularidades na implantação da CSA em terreno de marinha e no mar territorial, de propriedade da União. Fotos aéreas do local, feitas há três meses, mostraram a drástica alteração das características do meio ambiente, o que chamou ainda mais a atenção do MPF.

Fonte: PROCURADORIA da República do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.prrj.mpf.gov.br>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

ANEXO V

Convocação para Audiência Pública

Todas e todos contra violação dos direitos humanos pela CSA!

Audiência Pública:

Prejuízos causados às comunidades do entorno das obras da Companhia Siderúrgica do Atlântico - CSA

Dia 19/03 (quinta-feira) - às 9h
Alerj – Palácio Tiradentes - sala 316.

As atividades no canteiro de obras do consórcio empresarial Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), formado pela empresa Thyssen Krupp e pela Vale, têm violado os direitos humanos, causando impactos à vida de moradores na Zona Oeste do Rio de Janeiro, em especial de Santa Cruz. Pescadores da região estão sendo impedidos de trabalhar e, recentemente, uma liderança teve que sair da região por receber ameaças de morte.

As irregularidades da empresa não se limitam ao campo dos direitos civis e incluem também o desrespeito à legislação ambiental e trabalhista. A empresa já foi embargada duas vezes (pelo IBAMA e pelo Ministério Público do Trabalho) e responde a duas ações civis públicas pelo Ministério Público do Trabalho: uma por ter contratado engenheiros chineses sem a validação do CREA e outra por terem sido encontrados no seu canteiro de obras 120 chineses sem contrato de trabalho e em situação irregular no Brasil.

Recentemente, uma carta assinada por mais de 150 organizações sociais e personalidades nacionais e internacionais também chegou às mãos de Luciano Coutinho, presidente do BNDES. O Banco é um dos financiadores do empreendimento com R\$ 1,48 bilhão. Os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, também tomaram conhecimento sobre as irregularidades e prometeram investigar. Dossiês sobre o caso já chegaram, inclusive, aos parlamentos alemão e europeu.

Agora é hora de a sociedade civil carioca reagir!


Pedimos a presença de todos os cidadãos e cidadãs, instituições e movimentos sociais comprometidos com os direitos humanos nessa audiência pública. Sua presença é muito importante!

A Audiência está sendo organizada pela Comissão de Direitos Humanos da ALERJ.

Fonte: ASSEMBLEIA Legislativa do Rio de Janeiro Disponível em: <www.alerj.rj.gov.br>. Acesso em: 20. 03. 2009.

ANEXO VI

Linhas políticas reafirmadas no V Congresso Nacional do MST - 2007

**MST**
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

CARTA DO 5º CONGRESSO NACIONAL DO MST

Nós, 17.500 trabalhadoras e trabalhadores rurais Sem Terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e amigos e amigas de diversos movimentos e entidades, estivemos reunidos em Brasília entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, no 5º Congresso Nacional do MST, para discutirmos e analisarmos os problemas de nossa sociedade e buscarmos apontar alternativas.

Nos comprometemos a seguir ajudando na organização do povo, para que lute por seus direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais. Por isso, assumimos os seguintes compromissos:

1. Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.
2. Defender os nossos direitos contra qualquer política que tente retirar direitos já conquistados.
3. Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas.
4. Lutar para que todos os latifúndios sejam desapropriados e prioritariamente as propriedades do capital estrangeiro e dos bancos.
5. Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e o monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto etc.
6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país.
7. Exigir o fim imediato do trabalho escravo, a super-exploração do trabalho e a punição dos seus responsáveis. Todos os latifúndios que utilizam qualquer forma de trabalho escravo devem ser expropriados, sem nenhuma indenização, como prevê o Projeto de Emenda Constitucional já aprovado em primeiro turno na Câmara dos Deputados.
8. Lutar contra toda forma de violência no campo, bem como a criminalização dos Movimentos Sociais. Exigir punição dos assassinos – mandantes e executores - dos lutadores e lutadoras pela Reforma Agrária, que permanecem impunes e com processos parados no Poder Judiciário.

9. Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas. A terra é um bem da natureza e deve estar condicionada aos interesses do povo.

10. Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.

11. Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.

12. Defender todas as nascentes, fontes e reservatórios de água doce. A água é um bem da Natureza e pertence à humanidade. Não pode ser propriedade privada de nenhuma empresa.

13. Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.

14. Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade.

15. Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora.

16. Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.

17. Fortalecer a articulação dos movimentos sociais do campo na Via Campesina Brasil, em todos os Estados e regiões. Construir, com todos os Movimentos Sociais a Assembléia Popular nos municípios, regiões e estados.

18. Contribuir na construção de todos os mecanismos possíveis de integração popular Latino-Americana, através da ALBA - Alternativa Bolivariana dos Povos das Américas. Exercer a solidariedade internacional com os Povos que sofrem as agressões do império, especialmente agora, com o povo de CUBA, HAITI, IRAQUE e PALESTINA.

Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo. As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E, nós do MST, nos comprometemos a jamais esmorecer e lutar sempre.

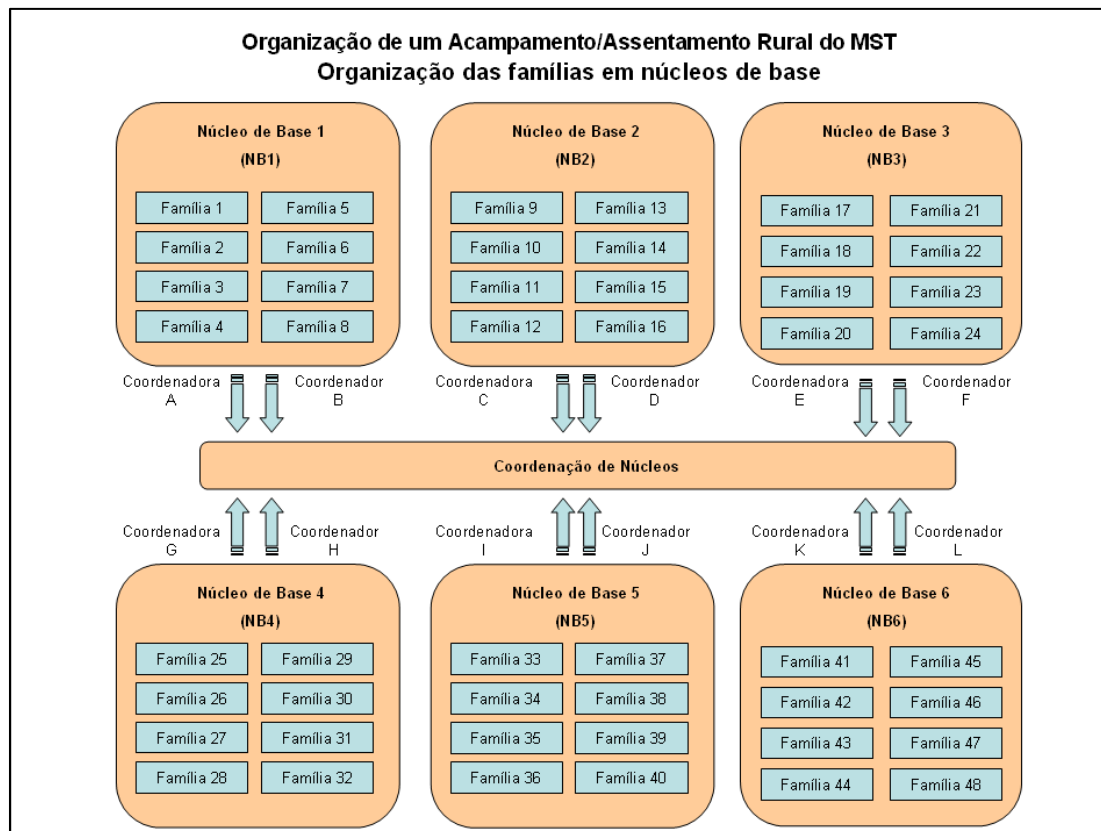
REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular!

Brasília, 15 de junho de 2007

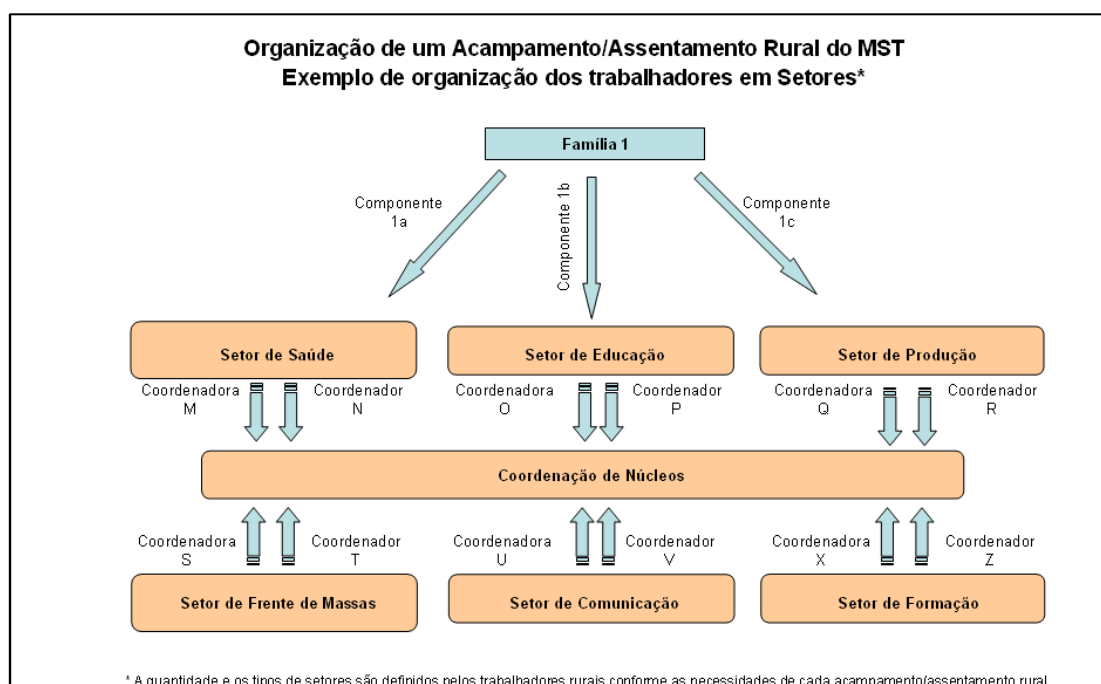
Fonte: MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Disponível em: <<http://www.mst.org.br>>. Acesso em: 01 de agosto de 2008.

ANEXO VII - Ideogramas

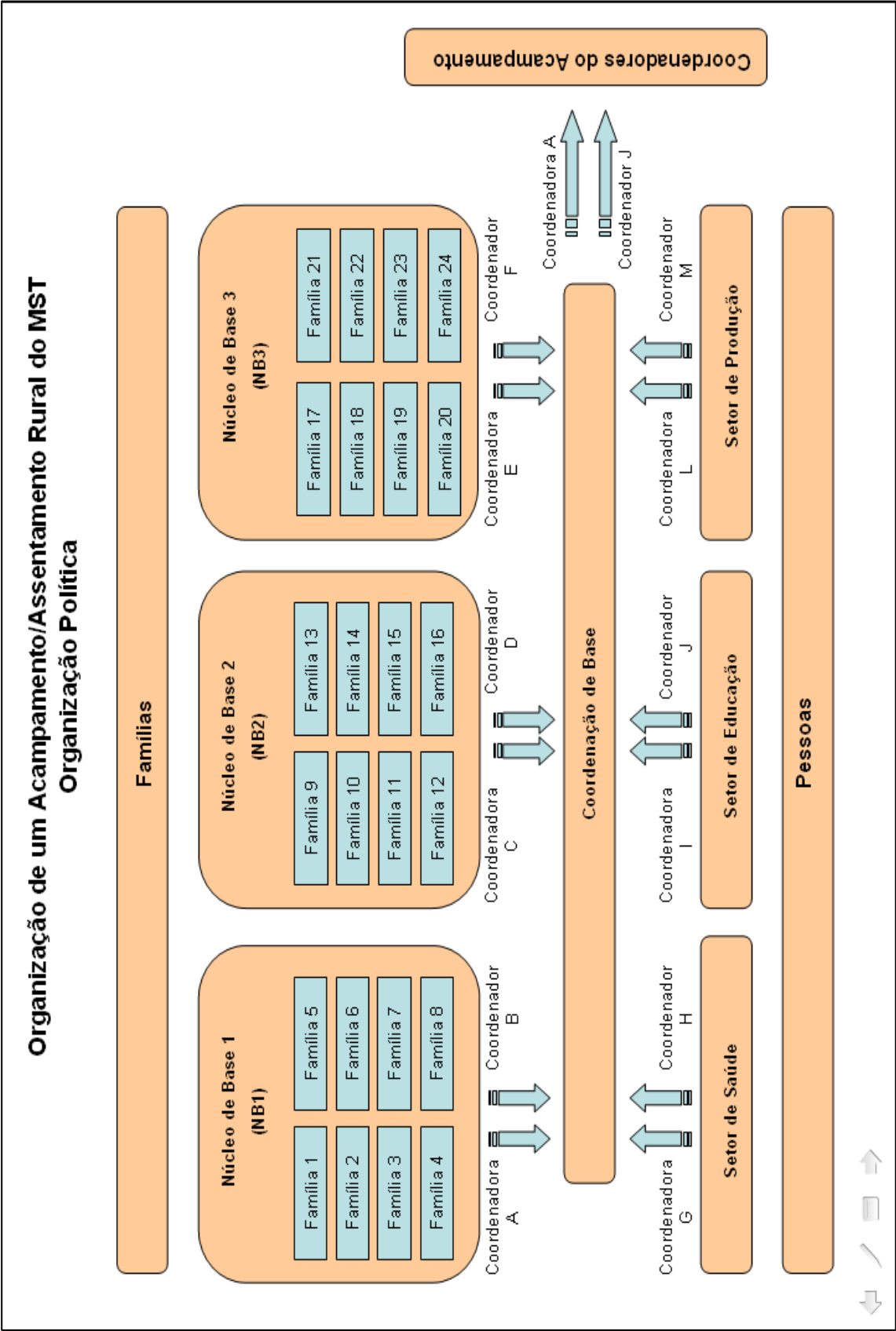
Ideograma 1:



Ideograma 2:



Ideograma 3:



ANEXO VIII

Fotos

Foto 1:



Plantação de bananeiras, casa e mata nativa ao fundo – acampamento Terra Prometida em Tinguá

Foto 2:



“Casarão” – Sede da Fazenda JR onde atualmente residem 5 famílias de trabalhadores rurais

Foto 3:



Vista à frente do “Casarão” da Fazenda JR: Antiga casas de administradores e plantações

Foto 4:



Vista ao lado esquerdo do “Casarão”: Antiga leiteria que atualmente abriga duas famílias

Foto 5:



Animais criados para consumo por família no acampamento Terra Prometida em Tinguá

Foto 6:



Acampamento em Tinguá: ao fundo o galpão onde as famílias foram instaladas assim que chegaram ao local.

Foto 7:



Vista panorâmica do galpão onde alguns barracos provisórios foram instalados

Foto 8:



Barraco “provisório” doados pelo Iterj quando as famílias chegaram a Tinguá

Foto 9:



Lago na Fazenda Paraíso: Uma das diversas fontes de água da região de Tinguá

Foto 10:



Áreas do acampamento Terra Prometida em Duque de Caxias

Foto 11:



Barraco de madeira dentro do lote já demarcado – Duque de Caxias

Foto 12:



Barraco construído com madeira e lona preta – Duque de Caxias

Foto 13:



Barraco construído com madeira e lona preta – Duque de Caxias

Foto 14:



Acampada há mais de 20 anos com sua família, trabalhadora acredita que finalmente será assentada